



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL  
Central de Compras

SENHORES LICITANTES:

OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTA EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETER EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS VENCEDORAS DEVERÃO EFETUAR O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO PORTAL SEI/GDF, por meio do link: <https://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>, CONSIDERANDO SUA OBRIGATORIEDADE PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA.

**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

UASG 926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF

CNPJ: 00.394.700/0001-08 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.329.505/001-89

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90069/2026 - SES/DF**

TELEFONE: 61) 3449-4178 ou 4179

**Data de Início de Propostas (Divulgação): 03/03/2026**

**Data fim de recebimento de propostas: 17/03/2026**

**Horário da Fase de Lances: 17/03/2026 às 9 horas.**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**ADJUDICAÇÃO: POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO**

**ESTIMATIVA GERAL: CARÁTER PÚBLICO**

PROCESSO Nº:00060-00084933/2025-94

**VALOR PREVISTO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 22.002.090,00 (Vinte e dois milhões, dois mil noventa reais).**

**OBJETO:** Contratação potencial de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, em sistema de registro de preços, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, por meio do(a) Central de Compras - CCOMP/DAQ/SUCOMP/SECCIC/SES-DF, sediada no SRTVN 701 Norte, lote D, Edifício PO 700, 2º andar, Central de Compras - Brasília/DF, CEP: 70.719-040, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, visando ao Sistema de Registro de Preços, mediante as condições estabelecidas neste Edital, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto 44.330/2021, e alterações posteriores, Lei Distrital 6.112, de 02/02/2018, alterada pelas Leis nº 6.176/2018 e 6.308 de 13/06/2019 e regulamentada pelo Decreto 40.388 de 14/01/2020, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação potencial de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, em sistema de registro de preços, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

1.2. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no Anexo I do Edital.

ITEM	CÓDIGO BR	AMPLA CONCORRÊNCIA - DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)
01	19380	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, nas dependências internas e externas, das unidades desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), conforme condições e especificações do termo de referência e seus anexos, sob inteira responsabilidade da Contratada, com padrão de excelência necessário, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, EPI's, como também todos os insumos necessários à correta execução dos serviços.	Quilograma	240.460	2.885.520	7.213.800
Observação: Para fins de medição e/ou faturamento, considera-se que 1.000 (mil) quilogramas correspondem a 1 (uma) tonelada. Ou seja, 240.460 quilogramas correspondem a 240,46 toneladas.						

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

- 2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;
- 2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;
- 2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- 2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- 2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.
- 2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado. (Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a SES-DF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)
- 2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.
- 2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.
- 2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela SES-DF.
- 2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF 44.330/2023).
- 2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, **Anexo III deste EDITAL**, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.
- 2.10. **DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**
- 2.10.1. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 2.10.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.
- 3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

(art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

3.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

3.8. Para efeito do disposto no 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.8.3 e 3.8.4, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 3.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.9.1. O disposto no 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

3.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

3.10.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, o item único que compõem o objeto deste edital será destinado à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme previsão constante no Anexo I deste Edital;

3.11. Não poderão disputar esta licitação:

3.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.11.9. **peessoas jurídicas reunidas em consórcio;**

3.11.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.**

3.11.11. **É vedada a participação, direta ou indireta, em licitações, contratações, execução de obras ou serviços e no fornecimento de bens relacionados, por agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal que sejam contratantes ou responsáveis pela licitação.**

3.11.11.1. **Fica proibida a participação do proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica, independentemente da denominação adotada ou do grau de participação, seja qualitativa ou quantitativa, no capital ou patrimônio da referida entidade.(Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);**

3.11.12. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

3.11.13. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

3.11.14. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

3.11.14.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

3.11.15. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

3.11.16. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

3.11.16.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

3.11.16.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

3.11.17. A vedação de que trata o item 3.11.16. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

3.11.18. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

3.11.19. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação.(Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

3.12. O impedimento de que trata o item 3.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.11.2 e 3.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.15. O disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.17. A vedação de que trata o item 3.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.15.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante, consoante o modelo de apresentação de propostas, Anexo I do Edital.
- 5.2. A proposta deverá, ainda, conter o valor unitário e total, com até quatro casas decimais, em moeda nacional, para cada item a que concorrer.
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.10.
- 5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.12. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



- 6.20.2.2. empresas brasileiras;
- 6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
  - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). [A20]
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
  - 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
  - 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6.1 e 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
  - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
  - 7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 7.10.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
  - 7.10.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 7.10.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
  - 8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no Sicaf acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
  - 8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.
  - 8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).
- 8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:
  - 8.2.1. **Qualificação técnica**
    - 8.2.1.1. **Da Qualificação Técnica - Operacional**

I - Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e/ou compatível, de, no mínimo, 30% (trinta por cento) das toneladas/mês do item disputado, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução da prestação dos serviços de contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, que constituem as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com quantidades e prazos compatíveis;

- a) O atestado mencionado acima, deverá(ão) constar do(s) atestado(s) os seguintes dados: Nome do contratante e da contratada; Especificações técnicas dos serviços prestados; Quantitativos e prazos executados.
- b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- c) A licitante deverá apresentar Licença Sanitária vigente, emitida por órgão de vigilância sanitária competente (estadual, distrital ou municipal), autorizando expressamente o exercício das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde.
- d) Cadastro junto ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos (SINIR);
- e) Caso necessário, o pregoeiro, por meio de diligência, poderá solicitar ao licitante a comprovação de legitimidade dos atestados apresentados, devendo o licitante disponibilizar todas as informações pertinentes.

#### 8.2.1.2. Da Qualificação Técnico - Profissional

I - Declaração de que a empresa participante possuirá em seu quadro permanente, na data da contratação, profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, devidamente inscrito e registrado no Conselho Regional de Biologia - CRBio, ou Química – CRQ, ou Engenharia e Agronomia - CREA, ou outro conselho pertinente com competência para exercer tal função, em plena validade, detentor de Atestado ou Certidão de aptidão técnica, devidamente registrado, em plena validade, no Conselho pertinente da Região onde os serviços foram ou estão sendo executados, que comprove ter o profissional executado para Órgão ou Entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para Empresa privada, serviços compatíveis com o objeto da Licitação;

- a) Declaração, sob as penas da Lei, de que caso vencedora do certame disponibilizará Comprovante de Treinamento e Capacitação dos funcionários envolvidos na coleta, transporte e Disposição final dos RSS (da RDC nº 222/2018 ANVISA), a ser apresentado no momento da Contratação;
- b) A comprovação de vínculo profissional será realizada no momento da celebração do contrato, por meio do contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços;
- c) Não será admitido profissional em fase e/ou Contrato de experiência e/ou Contrato temporário. Caso o profissional seja sócio ou proprietário da empresa participante, a comprovação será mediante a apresentação do Estatuto ou Contrato Social registrado perante a Junta Comercial.

#### 8.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440 de 2011.

III - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VIII - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### 8.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

- d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

#### 8.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitação com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

**8.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

**8.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

- I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a **Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).**

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: SRTVN 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.719-040 – CENTRAL DE COMPRAS (CCOMP).

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14. **Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.**

8.14.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada por meio do e-mail: [ghs.diaop@saude.df.gov.br](mailto:ghs.diaop@saude.df.gov.br) de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.14.1.1. As Proponentes deverão procurar o Gerente de Apoio Operacional Especializado (GAOESP), ou o seu substituto, se o local vistoriado for hospital ou unidades da atenção secundária, e o Gerente de Apoio Operacional da Atenção Primária (GAOAPS), ou seu substituto, se o local vistoriado for unidades da Atenção Primária em Saúde, Subsecretaria de Vigilância em Saúde SVS, Subsecretaria de Logística em Saúde - unidade (GADMLAB), CBMDF, URD (Hospital Materno Infantil HMIB, Hospital de Apoio de Brasília HAB, Hospital São Vicente de Paulo HSVP, Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal CRDF), Fundação Hemocentro de Brasília – FHB e Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS, para que os mesmos os acompanhe, no horário de 8h às 17h, de segunda a sexta-feira;

8.14.2. **Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**

8.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022

8.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e



lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto nº 44.330/2023, art. 135, §3º):

8.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.

8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br).

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#);

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar, e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação;
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br).
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DO PAGAMENTO**

- 12.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);
  - III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
  - IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
  - V - Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
  - VI - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).
  - VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014)
- 12.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 12.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.
- 12.4. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.
- 12.5. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:
- I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
  - II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

## **13. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 13.1. **INICIO DA EXECUÇÃO**
- 13.1.1. **A execução do objeto terá início 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, visando a transição contratual.**
- 13.1.2. **A prorrogação do prazo para o início da execução do serviço poderá ser efetuada por igual período, desde que devidamente justificada, antes de seu vencimento, comprovando que não houve culpa da Contratada no descumprimento do prazo inicial.**

- 13.1.3. Os pedidos de prorrogação deverão ser analisados pelo setor demandante do órgão.
- 13.2. **LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**
- 13.2.1. A Contratante elaborará um cronograma de coleta para os estabelecimentos de saúde, considerando as suas necessidades e particularidades, o qual poderá ser ajustado conforme a necessidade ao longo da execução do contrato.
- 13.2.2. A Contratante deverá comunicar imediatamente, à Contratada, qualquer alteração na relação de estabelecimentos da rede, para atualização do Cronograma de Coleta.
- 13.3. **DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS E ROTINAS DA EXECUÇÃO\***
- 13.3.1. Os serviços deverão ser executados em estrita observância às normas técnicas e à legislação vigente, especialmente à RDC nº 222/2018 da ANVISA, à Resolução CONAMA nº 358/2005, bem como às demais disposições aplicáveis, devendo atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.
- 13.3.2. Caberá à empresa contratada o fornecimento de recipientes apropriados e respectivos lacres de segurança, destinados ao acondicionamento, coleta e transporte externo dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados em cada unidade vinculada à Secretaria de Estado de Saúde, observadas as normas sanitárias, ambientais e de segurança pertinentes.
- 13.3.3. O fornecimento dos materiais e insumos necessários à execução dos serviços deverá ocorrer em quantidade suficiente para atender integralmente à demanda das unidades geradoras, devendo a contratada utilizar veículos adequados, devidamente identificados e licenciados pelos órgãos competentes, em conformidade com as normas técnicas da ABNT, ANVISA, CONAMA e demais legislações e regulamentações aplicáveis, de modo a assegurar a execução contínua, plena e segura dos serviços previstos no objeto contratual.
- 13.4. **PLANO DE TRABALHO – TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE\***
- 13.4.1. A empresa contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, um Plano de Trabalho detalhado, contendo a descrição minuciosa dos procedimentos, tecnologias e fluxos operacionais que serão adotados nas etapas de tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos A (potencialmente infectantes), B (químicos) e E (perfurocortantes), em conformidade com as exigências técnicas, sanitárias e ambientais previstas na legislação vigente.
- 13.4.2. O plano deverá evidenciar, de forma clara e objetiva, as tecnologias utilizadas no tratamento dos resíduos, tais como incineração, autoclavagem, tratamento químico, encapsulamento, entre outras eventualmente aplicáveis, demonstrando a eficácia dos métodos empregados quanto à neutralização dos riscos biológicos e químicos, ao mesmo tempo em que assegurem impactos ambientais mínimos. A descrição técnica deverá incluir informações sobre a segurança sanitária dos processos, sua conformidade com as normas da ANVISA, do CONAMA e demais regulamentações pertinentes, bem como justificativas que sustentem a escolha das tecnologias adotadas.
- 13.4.3. Esse plano fará parte integrante da proposta técnica da licitante e será utilizado como referência obrigatória durante a execução do contrato, devendo ser atualizado sempre que houver alteração significativa nos processos operacionais, na estrutura física ou nas tecnologias empregadas.
- 13.4.4. A Contratada deverá apresentar, como parte do Plano de Trabalho, a indicação do local destinado à lavagem diária dos recipientes de coleta, o qual poderá estar integrado ou não à própria planta de tratamento de resíduos ou ao espaço destinado à lavagem e desinfecção diária dos veículos. Esse local deverá dispor de sistema de captação das águas servidas, devidamente conectado à rede pública de coleta e tratamento de esgotos, atendendo aos padrões de lançamento estabelecidos pelo órgão competente. Alternativamente, poderá ser utilizado sistema próprio de tratamento de efluentes, desde que devidamente licenciado pelo órgão ambiental responsável. O procedimento deverá estar claramente detalhado no Plano de Trabalho, evidenciando o cumprimento das exigências ambientais e operacionais aplicáveis.
- 13.5. **VEÍCULOS, MÁQUINAS e EQUIPAMENTOS - CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CAMINHÕES\***
- 13.5.1. O transporte deverá ser feito, devidamente acondicionado nas bombonas ou contêineres específicos, em veículo tecnicamente adequado e em conformidade com a legislação atual (Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e ABNT), identificado conforme NBR 7500 e obedecendo ao disposto na NBR 13221, NBR 12810, NBR 10004 e Resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016 do Ministério dos Transportes e suas atualizações.
- 13.5.2. A Contratada deverá dispor de sistema de manutenção e conservação para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos, máquinas e equipamentos, incluídos recipientes para os resíduos, visando manter os padrões exigidos pela Contratante e pela legislação específica.
- 13.6. **DAS INSTALAÇÕES**
- 13.6.1. A Contratada deverá dispor de garagem ou pátio de estacionamento, escritório para controle e planejamento das atividades, bem como instalações para atendimento de seu pessoal operacional, além de vestiário com chuveiros, sanitários, armários e refeitório compatíveis com o número de empregados e em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Trabalho em vigência.
- 13.7. **CRONOGRAMA DE COLETA DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE**
- 13.7.1. A Contratante elaborará um cronograma de coleta para os estabelecimentos de saúde, considerando as suas necessidades e particularidades, o qual poderá ser ajustado conforme a necessidade ao longo da execução do contrato.
- 13.7.2. A Contratante deverá comunicar imediatamente, à Contratada, qualquer alteração na relação de estabelecimentos da rede, para atualização do Cronograma de Coleta.
- 13.8. **APRESENTAÇÃO DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**
- 13.8.1. Todos os veículos e equipamentos deverão estar disponíveis e operacionais 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 13.8.2. A Contratante terá 5 (cinco) dias úteis para aprovação dos veículos.
- 13.9. **APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO VISUAL**
- 13.9.1. A Contratada deverá apresentar os veículos com a programação visual em 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da aprovação dos veículos pela Contratante, devendo seguir, por analogia, os padrões estabelecidos pelo artigo 34 da Resolução nº 21/2016 - ADASA.
- 13.9.2. Deve constar na lateral dos veículos uma identificação contendo nome da empresa, telefone para contato, número de identificação do veículo, tipo de resíduo transportado, logomarcas do prestador dos serviços e do Distrito Federal e os telefones do Serviço de Atendimento ao Usuário e da ouvidoria da Adasa.
- 13.9.3. A falta de Programação Visual nos veículos não impedirá o início da execução dos serviços, entretanto, a Contratada poderá ser penalizada se não houver motivo justificável.
- 13.9.4. Em caso de não aprovação da programação visual, a empresa poderá sofrer as sanções previstas na legislação, inclusive glosa na medição, referente ao período da instalação e das substituições ao longo da vigência contratual.
- 13.9.5. A arte será definida e fornecida pela Contratada.
- 13.9.6. A programação visual dos caminhões deve ser apresentada para aprovação da Contratante, antes do envelopamento, e suas definições poderão ser alteradas mediante determinação desta. A Contratante terá 5 (cinco) dias úteis para aprovação da programação visual dos veículos.
- 13.9.7. A Contratada deverá seguir os termos da Norma Regulamentadora da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (NR 06), no que diz respeito ao fornecimento de EPI's aos seus colaboradores.
- 13.10. **Informações detalhadas da DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS E ROTINAS DA EXECUÇÃO, PLANO DE TRABALHO E VEÍCULOS, estão dispostas nos tópicos 3 e 5 do ANEXO I deste EDITAL.**
- 13.11. **DO RECEBIMENTO**
- 13.11.1. Será recebido o material:
- 13.11.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 dias úteis, pelos fiscais técnico e/ou administrativo, conforme aplicação análoga da Portaria SES/DF nº 05 de 03/01/2025, incs. VI e VII do art. 25 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, mediante termos detalhados (relatório circunstanciado), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 13.11.1.2. Os serviços serão recebidos definitivamente, após o recebimento provisório, no prazo de 05 dias úteis pelo gestor do contrato ou comissão

designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme disposto nos incs. VIII e IX do Decreto Distrital nº 44.330/2023, obedecendo os seguintes procedimentos:

I - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, para efeito de recebimento definitivo, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

II - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

III - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

IV - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

V - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.11.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela por parte da contratada.

13.11.3. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento.

#### 14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O prazo de vigência da contratação é de 30 meses contados do a partir da assinatura do contrato, **PRORROGÁVEL** por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.4. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

14.5. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

14.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14.7. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.7.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

14.7.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

14.7.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

14.7.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

14.7.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

14.7.6. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/11/2025 pela utilização do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

14.7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

14.7.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

#### 14.8. Da Implementação do Programa de Integridade

14.8.1. A implementação do Programa de Integridade observará as diretrizes estabelecidas no Guia Prático para Análise dos Programas de Integridade Privada, Fevereiro/2025 – versão 1.3, aplicando-se integralmente às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com a Administração Pública do Distrito Federal com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias, quando o valor global desses contratos for igual ou superior a R\$ 5.000.000,00. O § 2º da mesma lei prevê que a exigência se aplica integralmente se o prazo da relação contratual for de 180 dias ou mais.

14.8.2. A exigência decorre do disposto na Lei n.º 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, que institui a obrigatoriedade de implementação de Programa de Integridade por pessoas jurídicas que mantenham relação contratual com o Distrito Federal. Sendo obrigatória sua adoção, assim como das condutas previstas no Código de Conduta Anticorrupção e na Lei Anticorrupção (12.846/2013).

14.8.3. O adjudicatário, após a assinatura do contrato, deverá implementar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, conforme previsto nas Leis Nº 6.112/2018, Nº 6.308/2019, Decreto Nº 40.388/2020 e no Guia Prático para Análise dos Programas de Integridade Privada, da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

14.8.4. A empresa contratada deverá no mínimo:

I - Realizar mapeamento de riscos de integridade, aplicar treinamentos periódicos de integridade, elaborar os relatórios conforme os ciclos previstos e criar medidas disciplinares e de responsabilização interna.

14.8.5. Deverão ser observadas ainda as diretrizes estabelecidas na Política de Governança Pública e Compliance, nos termos do Decreto Nº 39.736, de 28 de março de 2019, bem como o Decreto Nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, que regulamenta a avaliação dos Programas por meio de formulários e relatórios específicos. A contratada deverá:

I - Atender simultaneamente aos critérios de existência e efetividade.

II - Apresentar toda documentação e evidência dos Programas (treinamentos, relatórios, auditorias, investigações, políticas, organograma etc.).

III - Permitir inspeções, análises e auditorias dos Programas pela Administração Pública.

IV - Realizar prontamente as adequações, caso a avaliação identifique insuficiências.

V - Inserir critérios de governança e compliance na contratação de terceiros.

VI - Aceitar que o resultado influencie a seleção ou execução contratual.

VII - Padronizar suas práticas de Governança e Compliance.

14.8.6. Para a efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos e despesas necessários correrão exclusivamente às expensas da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante qualquer ônus ou ressarcimento - contudo - deverá ser designada na estrutura da contratada a unidade responsável pelo compliance da instituição, sendo este o ponto focal de comunicação nessa temática.

14.8.7. A Política e seus programas de Governança e compliance deverão ser adotados junto a todos os órgãos/entidades do DF, fortalecendo as estruturas de governança e compliance internas e implementando/aperfeiçoando a Gestão de Riscos, O Controle Interno e os Mecanismos de Integridade.

14.8.8. Para fins de verificação e conformidade, a empresa deverá apresentar o Formulário de Avaliação de Programa de Integridade, Relatório de Perfil e o Relatório

de Conformidade, nos termos do Anexo I do Decreto Nº 40.388/2020, bem como articular-se com órgãos centrais de governança do DF.

- 14.8.9. Os Programa de integridade e compliance terão validade mínima de 180 dias, devendo ser renovado ao término desse período.
- 14.8.10. Deve ser observada ainda a Implantação de mecanismos de controle, monitoramento e auditoria periódica, no mínimo ao final de cada ciclo.
- 14.8.11. Todas as empresas que pretendam atender às exigências apostas neste Edital, deverão implementar e manter canal de denúncias funcional e seguro.
- 14.8.12. A contratada que já atenda a todos os requisitos, se aplicável, deverá apresentar declaração formal informando sua existência e o atendimento pleno às exigências.
- 14.8.12.1. Poderão ser solicitadas evidências de implementação e efetividade.
- 14.8.13. A contratada que possua erros nas Demonstrações Contábeis "furo de caixa", deve entender que a existência do erro é motivação suficiente para sua descreditação.
- 14.9. **Da manutenção dos programas e obtenção do selo anticorrupção**
- 14.9.1. O selo anticorrupção tem validade de dois anos, podendo ser renovado a pedido da empresa interessada à autoridade competente.
- 14.9.2. O selo somente será concedido às empresas que atendam cumulativamente a todas as exigências constantes da Lei 7.450/2024.
- 14.9.3. As regras instituídas pela Lei Nº 7.450, que cria o Selo Anticorrupção, se destinam a reconhecer as empresas que adotem Programas de Integridade efetivos.
- 14.9.4. Deverão ser atendidas e mantidas, de forma cumulativa, todas as exigências de Integridade, Compliance e Acreditação apostas nas Leis Nº 6.112/2018, Nº 7.450/2024, Decretos Nº 39.736/2019 e 40.388/2020, bem como demais regramentos aplicáveis.
- 14.9.5. Conforme Portaria Nº 193/2024, caberá ao comitê avaliar a propor medidas de mitigação dos riscos e de adequação das inconformidades encontradas.
- 14.10. **Das sanções e disposições finais**
- 14.10.1. A empresa que deixar de encaminhar os relatórios obrigatórios estará sujeita às sanções cabíveis.
- 14.10.2. Pelo descumprimento das exigências, será aplicada à contratada:
- a) Multa diária de 0,08%, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitada ao total de 10% do montante contratual.
- b) O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implica indébito da multa aplicada.
- 14.10.3. O não cumprimento da obrigação implicará ainda:
- I - Inscrição do débito em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;
- II - Rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;
- III - Impedimento de contratar com a Administração Pública do Distrito Federal, em qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação da implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.
- 14.10.4. A fiscalização do Programa de Integridade é realizada mediante critério da dupla visita, sendo a primeira voltada prioritariamente para orientação quanto ao saneamento de eventuais desconformidades levantadas.
- 14.10.5. O Conselho de Governança Pública e o Comitê Interno de Governança Pública poderão editar atos complementares e estabelecer procedimentos para conformação, execução e monitoramento de processos de governança pública e compliance.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A comunicação entre SES-DF e as proponentes se dará através dos e-mails informados nas propostas;
- 15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.10. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 15.11. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 15.12. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 15.13. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 15.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 15.15. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 15.16. Cumprir com o disposto na Lei Distrital 6.128/2018, que dispõe sobre reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua;
- 15.17. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 15.18. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 15.18.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 15.19. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 15.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.21. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



- 15.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I** - Termo de Referência
- ANEXO II** – Planilha de mercado
- ANEXO III** – Minuta de Ata de Registro de Preços
- ANEXO IV** - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019
- ANEXO V** - Minuta de Termo de Contrato

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, mediante Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, nos termos da tabela abaixo.

ITEM	CÓDIGO BR	AMPLA CONCORRÊNCIA - DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)
01	19380	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, nas dependências internas e externas, das unidades desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), <b>conforme condições e especificações do termo de referência e seus anexos</b> , sob inteira responsabilidade da Contratada, com padrão de excelência necessário, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, EPI's, como também todos os insumos necessários à correta execução dos serviços.	Quilograma	240.460	2.885.520	7.213.800
Observação: Para fins de medição e/ou faturamento, considera-se que <b>1.000 (mil) quilogramas correspondem a 1 (uma) tonelada</b> . Ou seja, 240.460 quilogramas correspondem a 240,46 toneladas.						

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois a demanda possui baixa elasticidade-renda e possuem os padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme previsão no inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 2021 (art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023).

1.3. **Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência.**

**Contrato**

1.4. A contratação com será formalizada por intermédio de instrumento de Contrato, conforme o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023 e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1.5. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato, **no prazo de 5 dias úteis**, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

1.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.6. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é imprescindível para a manutenção das condições de salubridade, proteção ambiental e funcionamento regular das unidades de saúde e com base na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 63/2011 no seu art. 23, que aprovou o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos de boas práticas para funcionamento de Serviços de Saúde, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o item 2 deste termo.

**Prazo de Vigência**

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 30 meses contados do a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Do Sistema de Registro de Preços - SRP**

1.8. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) para o pretenso certame fundamenta-se no art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, 1º de abril de 2021, e do art. 189 e incisos I, II, III do art. 190 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, haja vista que à pretensa contratação será adotado o uso do Sistema de Registro de Preços, conforme Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

1.9. Em que pese o serviço de de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS possuir caráter recorrente, a demanda é variável e não totalmente previsível, uma vez que depende do funcionamento e rotinas das unidades de saúde. O SRP permite à Administração contratar os serviços conforme a necessidade real, evitando contratações por estimativa que podem gerar saldo não utilizado ou insuficiente. Isso garante maior eficiência e economia na execução orçamentária, além de evitar desperdícios com contratações superdimensionadas.

1.10. O SRP é um procedimento auxiliar de licitação em que os órgãos públicos registram os preços praticados pelo mercado, baseado no planejamento do quantitativo adequado ao atendimento da demanda anual, para determinados bens ou serviços, podendo, posteriormente, utilizar esses registros para contratações conforme a necessidade.

1.11. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços busca harmonizar o valor obtido para o quantitativo estimado com a variação do ritmo da demanda ao longo do período de validade. Isso significa que a Administração pode contratar os bens ou serviços de acordo com as necessidades reais, adaptando-se ao fluxo de demanda que ocorre durante a vigência da Ata do SRP.

1.12. Além disso, a adoção do SRP visa maior celeridade nas contratações, redução da quantidade de licitações, redução de custos com armazenamento e controle de estoque, possibilidade de utilização da ata por outros órgãos públicos e menores preços pelo efeito da economia de escala.

1.13. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições, conforme art. 200, do Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

1.14. A ata favorece o estabelecimento de um banco de preços referencial para o serviço, deste modo, a licitação para Sistema de Registro de Preços (SRP) se coaduna com o inciso II, art. 190 do Decreto Distrital nº 44.330, 16 de março de 2023, que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril

de 2021 e dá outras providências.

#### **Vigência da Ata de Registro de Preços**

1.15. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses, prorrogável única vez por igual período**, contados da data de sua publicação na imprensa oficial do Distrito Federal, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023, e o item 2.4., da minuta do edital, do Parecer Referencial SEI-GDF nº 44/2024 - PGDF/PGCONS.

1.15.1. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016, apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo, em consonância com item 2.4.2., da minuta do edital, do Parecer Referencial SEI-GDF nº 44/2023 - PGDF/PGCONS.

#### **Adesão à Ata de Registro de Preços**

1.16. Não será permitida adesões à Ata de Registro de Preços (ARP), sendo assim, o quantitativo registrado fica restrito à utilização pela SES, nos termos da Decisão nº 5.277/2016.

1.17. Sobre a Intenção de Registro de Preços - IRP, optou-se pela não divulgação em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, em virtude da necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta Secretaria à qualidade de órgão gerenciador e, consequentemente, prolongar o prazo de realização da licitação.

1.17.1. A decisão fundamenta-se uma vez que a contratação foi dimensionada considerando as necessidades específicas do órgão demandante e Permitir adesões poderia extrapolar a capacidade logística e operacional do fornecedor, podendo comprometer o atendimento regular da demanda originalmente prevista.

1.17.2. A especificidade do objeto é outro fator determinante para a decisão, já que objeto da licitação apresenta características técnicas e operacionais peculiares à realidade do órgão demandante, o que não garante que a adesão por outros entes respeitaria as condições originalmente estabelecidas ou manteria a vantajosidade.

1.18. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelo Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, além dos demais normativos incidentes sobre o objeto.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O presente Termo de Referência visa fundamentar a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF.

2.2. Atualmente, este serviço é prestado através do Contrato Administrativo nº 054864/2025 (177088126), formalizado entre a a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa B-GREEN GESTÃO AMBIENTAL S.A., por meio da Dispensa Eletrônica nº 90.082/2025 (174583467), tendo sua vigência de 25/07/2025 a 25/07/2026, sem possibilidade de prorrogação.

2.3. Anteriormente os serviços eram prestados pela empresa BELFORT Gerenciamento de Resíduos Ltda., por meio do Contrato nº 042958/2021–SES/DF, cuja vigência encerrou em 25 de julho de 2025. A referida empresa manifestou-se formalmente por meio da Resposta ao Ofício nº 35 (documento SEI nº 163206285) e da Resposta ao Ofício nº 122 (documento SEI nº 167269257), solicitando a prorrogação contratual por apenas mais 90 (noventa) dias, no período de 26 de fevereiro de 2025 a 27 de maio de 2025, não demonstrando interesse, a partir desta data, na renovação integral do prazo originalmente previsto.

2.4. O serviço é de natureza essencial e contínua, sendo imprescindível para a manutenção das condições de salubridade, proteção ambiental e funcionamento regular das unidades de saúde. A interrupção deste serviço ocasionaria prejuízos significativos ao regular funcionamento das unidades, acarretaria graves prejuízos, comprometendo a higidez dos ambientes de trabalho, a segurança sanitária e ambiental, e expondo servidores e pacientes a riscos significativos.

2.5. A Secretaria de Saúde do Distrito Federal não dispõe de recursos técnicos, logísticos nem de infraestrutura adequada para a execução direta das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde. A ausência desses meios torna inviável a realização do serviço por execução própria, o que justifica, de forma inequívoca, a necessidade de terceirização junto a empresa com expertise comprovada no setor.

2.6. A contratação proposta tem, igualmente, o propósito de otimizar os processos de trabalho, assegurando a eficiência na gestão dos resíduos gerados pelas unidades públicas de saúde. Tal medida contribuirá para o adequado funcionamento das unidades, além de promover o bem-estar dos servidores e da população usuária. Considerando o caráter essencial, contínuo e ininterrupto da atividade, a contratação de empresa especializada mostra-se imperiosa, configurando-se como solução eficaz para garantir a continuidade dos serviços, mitigar riscos e assegurar a observância dos princípios da eficiência, continuidade e supremacia do interesse público. Ademais, o êxito do processo licitatório será determinante para o cumprimento das normas legais e regulamentares vigentes.

2.7. Os resíduos dos serviços de saúde (RSS) são todos os resíduos gerados em estabelecimentos de saúde, centros de pesquisa, laboratórios e demais estabelecimentos relacionados com a área de saúde. Os RSS são classificados em função de suas características e consequentes riscos que podem acarretar ao meio ambiente e à saúde.

2.8. Os RSS apresentam características específicas, devendo ser segregados, acondicionados, transportados e tratados de acordo com sua classificação de risco, conforme exigido pelas normativas sanitárias e ambientais vigentes.

2.9. De acordo com a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a RDC ANVISA nº 222/2018, os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) são classificados em cinco grupos, conforme o tipo e o grau de risco envolvido:

- I - GRUPO A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.
- II - GRUPO B: Resíduos contendo produtos químicos que apresentam periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.
- III - GRUPO C: Rejeitos radioativos. Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.
- IV - GRUPO D: Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares.
- V - GRUPO E: Resíduos perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, fios ortodônticos cortados, próteses bucais metálicas inutilizadas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas e laminulas, espátulas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri).

2.10. O descarte dos RSS não pode ser realizado por meio do serviço de coleta regular, uma vez que tais resíduos representam risco significativo à saúde humana e ao meio ambiente. Diante disso, é imprescindível a adoção de procedimentos técnicos específicos para o manejo, segregação, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final dos diferentes tipos de resíduos gerados, conforme estabelecido pela Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA.

2.11. A gestão dos resíduos com risco biológico, abrange sua coleta, tratamento e disposição final, é um procedimento indispensável para a preservação da saúde pública e a proteção ambiental. Dada a sua relevância, a interrupção desse serviço é inadmissível, pois acarretaria graves riscos sanitários. Esses resíduos incluem materiais potencialmente contaminados, como sangue e seus derivados, fluidos biológicos, peças anatómicas e outros elementos que podem abrigar agentes patogênicos, tais como vírus, bactérias e fungos. Caso não sejam devidamente tratados, esses microrganismos representam uma ameaça significativa, favorecendo a disseminação de enfermidades. Assim, torna-se imperativo que todas as etapas desse processo sejam executadas de maneira contínua, segura e rigorosamente controlada.

2.12. Todo serviço gerador de RSS deve dispor de um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), em conformidade com as regulamentações vigentes. Esse plano deve contemplar todas as etapas do gerenciamento, incluindo a geração, identificação, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados nas unidades de saúde da rede da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e nas fundações a ela vinculadas.

#### **Plano Contratações Anual - PCA**

2.13. A contratação está devidamente registrada no Plano Anual de Contratações (PAC) 2025 e 2026 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com a

seguinte identificação:

Nº ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID)	DESCRIÇÃO DO ITEM
N/A	N/A	19380	17460	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, nas dependências internas e externas, das unidades desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF)

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. Na contratação em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face do serviço ser considerado comum.

3.2. A contratada, quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde - PGRSS elaborado pelas unidades de saúde da rede SESDF, além de obedecer às diretrizes constantes na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC da Anvisa nº 222 de 28 de março de 2018.

3.2.1. O quantitativo total mensal de resíduos Coletados e Tratados, com base no peso recolhido em cada unidade geradora, conforme levantamento realizado no item 7 do Estudo Técnico Preliminar, durante o período de janeiro de 2024 à março de 2025, foi de 192,37 (cento e noventa e dois, vírgula trinta e sete) toneladas/mês. Acrescido com margem de segurança de 25% (vinte e cinco por cento).

3.3. A Contratada deverá fornecer, em quantidade suficiente, recipientes apropriados (tais como bombonas ou outros que atendam à legislação vigente), destinados à dispensação e armazenagem dos resíduos descritos anteriormente. Esses recipientes deverão estar devidamente identificados conforme os critérios estabelecidos na NBR 7500/2023, sendo de responsabilidade da Contratada a manutenção, conservação e descontaminação dos mesmos, em conformidade com o Procedimento Operacional Padrão (POP) de Higienização de Bombonas.

3.4. A contratada deverá fornecer, continuamente, os recipientes (bombona ou contêiner) para a coleta dos resíduos, contendo as seguintes características: resistentes, rígidas e estanques, com tampa rosqueável, adequadas para o armazenamento dos resíduos líquidos, sólidos, químicos e tóxicos, com identificação conforme legislação vigente, em número suficiente para dispensação e armazenagem dos resíduos, sendo a empresa responsável pela manutenção, conservação e descontaminação dos mesmos.

3.5. A Contratada deverá fornecer recipientes apropriados (bombonas ou contêineres) em coloração padronizada e diferenciada, visando o estrito cumprimento da segregação na fonte e a identificação visual dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) de acordo com sua classificação de risco. Desse modo, a Contratada deverá disponibilizar os recipientes em, 03 (três) distintas identificações visuais, que correspondam, respectivamente, aos resíduos Potencialmente Infectantes (Grupo A), Resíduos Químicos (Grupo B) e Resíduos Perfurocortantes (Grupo E). Esta exigência visa garantir a aderência aos requisitos de biossegurança e gerenciamento de RSS estabelecidos na Resolução CONAMA nº 358/2005 e na RDC ANVISA nº 222/2018.

3.6. A Contratada deverá dispor de sistema informatizado de controle e rastreabilidade que permita comprovar, em tempo real, a coleta, o transporte e a entrega dos recipientes contendo Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). O sistema deverá estar integrado a dispositivo móvel com leitor de QR Code ou tecnologia similar, assegurando o registro eletrônico das operações de forma georreferenciada. Cada movimentação deverá ser automaticamente registrada em plataforma digital acessível à Contratante, permitindo o acompanhamento contínuo, a geração de relatórios e a validação eletrônica das atividades executadas.

3.6.1. O sistema deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações mínimas para cada operação: identificação da unidade geradora de resíduos (nome e código da unidade), o total de recipientes existentes na unidade com seus respectivos pesos, quantitativo de recipientes efetivamente coletados e os respectivos pesos aferidos no momento da coleta, bem como data, hora e local da operação, com registro georreferenciado, identificação do condutor/coletor e do funcionário da Contratante responsável pela validação, confirmação eletrônica da coleta por meio de login e senha ou assinatura digital do servidor designado pela unidade ou funcionário responsável pela validação.

3.6.2. Os dados acima deverão ser armazenados em ambiente digital seguro, com acesso pela fiscalização contratual, e integrados ao MTR Digital, nos termos da Portaria MMA nº 280/2020.

3.7. Os recipientes utilizados para o acondicionamento dos resíduos (bombonas ou outro modelo que atenda à legislação vigente) somente poderão ser recolhidos pela Contratada caso estejam devidamente lacrados e identificados pela unidade geradora, em conformidade com os procedimentos operacionais e as normas aplicáveis, assegurando a integridade e a rastreabilidade do material coletado.

3.8. A Contratada não realizará a coleta dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) que estiverem acondicionados fora dos recipientes adequados, ou em recipientes incompatíveis com o tipo de resíduo, desde que seja comprovado que os recipientes corretos foram previamente entregues, em quantidade suficiente, conforme previsto contratualmente. Também não será realizada a coleta de resíduos depositados fora da área de abrigo externo da unidade geradora, quando esta dispuser dessa estrutura, ou ainda em condições que não atendam às exigências da legislação vigente.

3.9. Os recipientes coletados deverão ser substituídos imediatamente por outros higienizados pela Contratada.

3.10. A Contratada deverá coletar os resíduos nos endereços indicados no Apêndice XI, em dias e frequência indicados, conforme o horário a ser estabelecido com a Contratante.

3.11. A Contratada deverá garantir a realização da coleta conforme estabelecido neste Estudo Técnico Preliminar, inclusive em situações adversas no seu processo operacional. Não será admitido o descumprimento da programação estabelecida, sendo obrigatório o atendimento dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do horário previsto para a coleta. Esta exigência deve observar e estar em conformidade com a legislação distrital vigente, visando assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços essenciais de gestão de resíduos de serviços de saúde.

3.11.1. Não poderá haver interrupção superior a 24 (vinte e quatro) horas entre coletas consecutivas, excetuando-se os casos em que a Contratante tenha definido previamente outra frequência. A Contratada ficará obrigada a realizar nova coleta sempre que houver descumprimento deste intervalo, inclusive em feriados civis e religiosos, de forma a garantir a continuidade ininterrupta do serviço e a regularidade na gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde.

3.12. A Contratada deve atender às exigências legais, assim como às normas NBR 7.500, NBR 10.004:2024 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como às Resoluções nº 5.232/16 e 701/04, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para transporte de resíduos perigosos, ou outras que vierem a complementá-las ou substituí-las, devendo estar licenciada/autorizada a realizar a coleta externa de resíduos de saúde.

3.13. A logística de coleta, assim como a quantidade, o dimensionamento dos recipientes e de seus respectivos lacres, deverá garantir a acomodação adequada dos resíduos, com margem de segurança suficiente para evitar transbordamentos. A Contratada deverá assegurar que os recipientes estejam em conformidade com os limites de preenchimento previstos na legislação vigente, de forma a prevenir riscos sanitários, ambientais e operacionais durante o armazenamento, a coleta e o transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde.

3.14. As ações emergenciais destinadas a garantir a continuidade dos serviços em condições adversas deverão estar formalmente descritas em um Plano de Contingência e Emergência, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Este plano deverá ser apresentado pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, e será analisado pelos gestores e/ou fiscais designados, que deverão aprovar ou solicitar ajustes no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento.

3.14.1. Em caso de greve dos funcionários da Contratada, esta deverá apresentar, no Plano de Contingência e Emergência, ação para garantia dos serviços em caso de interrupção do processo de coleta até a disposição final do resíduo.

3.15. A Contratada deverá adequar os dias e horários das coletas de acordo com as necessidades específicas de cada tipo de unidade geradora, respeitando as particularidades operacionais e assistenciais de cada estabelecimento. A programação ajustada deverá ser comunicada por escrito às respectivas unidades, com antecedência razoável, garantindo a previsibilidade e a continuidade dos serviços.

**PLANO DE TRABALHO – TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**

3.16. A empresa contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, um Plano de Trabalho detalhado, contendo a descrição minuciosa dos procedimentos, tecnologias e fluxos operacionais que serão adotados nas etapas de tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos A (potencialmente

infectantes), B (químicos) e E (perfurocortantes), em conformidade com as exigências técnicas, sanitárias e ambientais previstas na legislação vigente.

- 3.17. O plano deverá evidenciar, de forma clara e objetiva, as tecnologias utilizadas no tratamento dos resíduos, tais como incineração, autoclavagem, tratamento químico, encapsulamento, entre outras eventualmente aplicáveis, demonstrando a eficácia dos métodos empregados quanto à neutralização dos riscos biológicos e químicos, ao mesmo tempo em que assegurem impactos ambientais mínimos. A descrição técnica deverá incluir informações sobre a segurança sanitária dos processos, sua conformidade com as normas da ANVISA, do CONAMA e demais regulamentações pertinentes, bem como justificativas que sustentem a escolha das tecnologias adotadas.
- 3.18. Deverá constar também no plano um fluxograma representativo de todas as etapas do tratamento, desde o recebimento dos resíduos nas instalações da contratada até sua destinação final, incluindo o percurso interno de segregação, pesagem, armazenamento temporário, tratamento propriamente dito e descarte dos resíduos resultantes. A empresa deverá indicar sua capacidade instalada, demonstrando que os recursos técnicos e operacionais disponíveis são compatíveis com o volume estimado de resíduos a ser tratado, especificando, inclusive, a infraestrutura física, os veículos e equipamentos utilizados na operação.
- 3.19. No que se refere à proteção ambiental, o plano deverá detalhar os mecanismos de controle de emissões atmosféricas, de efluentes e de resíduos secundários eventualmente gerados durante o processo, com a apresentação dos métodos de monitoramento e das ações de mitigação dos impactos associados. Também será exigida a apresentação das licenças ambientais, autorizações de funcionamento, e demais documentos expedidos pelos órgãos competentes, que comprovem a regularidade da operação da unidade de tratamento e da frota de transporte utilizada.
- 3.20. Outro aspecto fundamental do Plano de Trabalho é a demonstração do sistema de rastreabilidade adotado, que permita o controle e o acompanhamento, em tempo real ou por meio de registros sistemáticos, do percurso de cada volume de resíduo, desde a origem até a sua disposição final. Esse controle deverá estar disponível à fiscalização contratual da Administração Pública sempre que solicitado.
- 3.21. A contratada deverá, ainda, indicar a equipe técnica responsável pelas atividades de tratamento e disposição final, apresentando as respectivas qualificações e registros profissionais quando aplicável, além de propor indicadores de desempenho ambiental que permitam o acompanhamento da eficiência dos processos, a verificação do cumprimento das metas de sustentabilidade e a melhoria contínua dos serviços prestados.
- 3.22. Adicionalmente, a contratada deverá apresentar à contratante, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da aprovação técnica dos veículos, os mesmos devidamente caracterizados com a programação visual, conforme padrões estabelecidos por analogia ao disposto no artigo 34 da Resolução nº 21/2016 da ADASA. A arte será de responsabilidade da contratada, devendo ser submetida previamente à aprovação da contratante, que disporá de até 5 (cinco) dias úteis para sua análise. A identificação visual dos veículos deverá conter, obrigatoriamente, na lateral externa: o nome da empresa, número de identificação do veículo, tipo de resíduo transportado, telefone de contato, logomarcas do prestador de serviço e do Governo do Distrito Federal, bem como os telefones do Serviço de Atendimento ao Usuário e da Ouvidoria da SES-DF. A ausência da programação visual não impedirá o início da execução dos serviços, entretanto, poderá ensejar a aplicação de penalidades, inclusive a glosa na medição correspondente ao período em que a identificação não estiver em conformidade, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração. Alterações na identidade visual poderão ser determinadas pela contratante, inclusive ao longo da vigência contratual, devendo ser prontamente atendidas pela contratada. Ressalta-se, ainda, que a contratada deverá observar, em todas as fases de execução do contrato, as disposições da Norma Regulamentadora nº 06, do Ministério da Economia, no que diz respeito ao fornecimento e uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os seus colaboradores envolvidos nas atividades contratadas.
- 3.22.1. Esse plano fará parte integrante da proposta técnica da licitante e será utilizado como referência obrigatória durante a execução do contrato, devendo ser atualizado sempre que houver alteração significativa nos processos operacionais, na estrutura física ou nas tecnologias empregadas.
- 3.23. A Contratada deverá apresentar, como parte do Plano de Trabalho, a indicação do local destinado à lavagem diária dos recipientes de coleta, o qual poderá estar integrado ou não à própria planta de tratamento de resíduos ou ao espaço destinado à lavagem e desinfecção diária dos veículos. Esse local deverá dispor de sistema de captação das águas servidas, devidamente conectado à rede pública de coleta e tratamento de esgotos, atendendo aos padrões de lançamento estabelecidos pelo órgão competente. Alternativamente, poderá ser utilizado sistema próprio de tratamento de efluentes, desde que devidamente licenciado pelo órgão ambiental responsável. O procedimento deverá estar claramente detalhado no Plano de Trabalho, evidenciando o cumprimento das exigências ambientais e operacionais aplicáveis.
- 3.23.1. Ao final de cada turno de trabalho, os veículos coletores deverão ser submetidos a procedimentos de limpeza e desinfecção simultânea, utilizando-se preferencialmente jatos de água quente sob pressão, conforme estabelecido na NBR 12810. Esta prática visa assegurar as condições sanitárias adequadas dos equipamentos, prevenindo a contaminação cruzada e garantindo a conformidade com os padrões de biossegurança.
- 3.24. Deverá ser realizada a pesagem obrigatória das bombonas no ato do recolhimento, diretamente na unidade geradora, com a devida assinatura do responsável local. Além disso, uma nova pesagem deverá ocorrer no local de incineração dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) coletados. A Contratada deverá entregar à Contratante um relatório semanal contendo os dados consolidados dessas pesagens, garantindo rastreabilidade, controle e transparência em todo o processo.
- 3.24.1. Os resíduos de serviços de saúde serão pesados no ato de recolhimento e o valor a ser pago pelo serviço será baseado nesta pesagem, considerando o valor unitário proposto do peso.
- 3.24.2. O pagamento deverá ser realizado mensalmente, sendo definido o valor mensal de acordo com a quantidade de resíduo coletado (Quantidade X Valor Unitário).
- 3.24.3. A pesagem deverá ser realizada com equipamentos aferidos dentro do intervalo de validade previsto pelo órgão regulador (INMETRO) pela contratada na presença do Fiscal do Contrato e/ou responsável local, e deverá ser emitido um comprovante da pesagem.
- 3.24.4. Todo o equipamento necessário para o fiel cumprimento da execução do serviço será da empresa contratada.
- 3.25. A unidade geradora deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, o peso estimado e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. A pesagem será acompanhada por um servidor da unidade de saúde geradora do resíduo e assinará o registro do peso apurado no recolhimento do resíduo.
- 3.26. A Contratada deverá apresentar, à Contratante, relatório mensal contendo as informações sobre a geração dos resíduos, no qual deverão constar, obrigatoriamente: o número diário de bombonas utilizadas, o peso correspondente por tipo de resíduo coletado e o total mensal consolidado. Este relatório tem por objetivo subsidiar o acompanhamento da prestação dos serviços e garantir a rastreabilidade e o controle da gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).
- 3.27. A Contratada deverá incluir, em seu Plano de Trabalho, informações detalhadas sobre os processos de tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). Essas informações deverão contemplar os métodos utilizados, a conformidade com a legislação ambiental vigente e os locais licenciados onde serão executadas as referidas etapas, garantindo total transparência e rastreabilidade das atividades.
- 3.28. O tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) deverá obedecer integralmente às normas técnicas e sanitárias estabelecidas na RDC nº 222/2018 da ANVISA, garantindo segurança, eficácia e conformidade ambiental em todas as etapas do processo.
- 3.29. Os resíduos pertencentes ao Grupo A5 devem ser segregados adequadamente e acondicionados em sacos vermelhos duplos, que funcionam como barreira de proteção, sendo posteriormente armazenados em recipientes exclusivos e devidamente identificados. O seu tratamento final deve ser realizado por incineração, conforme estabelecido na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, e na RDC nº 222/2018 da ANVISA.
- 3.30. Os resíduos classificados no Grupo B, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento específico e, posteriormente, encaminhados à destinação final ambientalmente adequada, conforme previsto na legislação vigente. Sempre que forem caracterizados como rejeitos, deverão ser obrigatoriamente dispostos em aterro de resíduos perigosos – Classe (Tipo) I, em conformidade com as orientações dos órgãos ambientais competentes.
- 3.30.1. Fica sob responsabilidade da Contratada a coleta de pilhas, baterias, acumuladores de carga, lâmpadas fluorescentes e demais resíduos contendo mercúrio, devendo a mesma indicar previamente a forma de tratamento e destinação final pretendida para esses materiais. A Contratada deverá, ainda, disponibilizar cópia do Certificado de Tratamento dos Resíduos à respectiva unidade geradora, assegurando a rastreabilidade e o cumprimento das normas ambientais e sanitárias aplicáveis.
- 3.30.2. A contratada deverá disponibilizar embalagens do tipo caixa de papel kraft para o recolhimento dos resíduos do Grupo B, conforme demanda da unidade.
- 3.30.3. A Secretaria de Estado de Saúde disponibilizará as caixas coletoras de perfurocortantes (Grupo E).
- 3.31. Deverá ser emitido pela contratada e entregue ao fiscal/gestor do contrato, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, o Certificado de Destinação Final – CPF, que comprove que o material foi destinado de maneira correta.
- 3.32. O tratamento dos resíduos pertencentes ao Grupo B deverá ser realizado de forma separada e independente do tratamento dos resíduos classificados nos Grupos A e E, respeitando-se as especificidades químicas e os riscos associados a cada tipo de resíduo.
- 3.33. Os locais destinados ao tratamento e à disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A, B e E, deverão ser devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente. A Contratada deverá apresentar relatório mensal à Contratante, contendo cópia do Certificado de Tratamento dos Resíduos encaminhado

aos órgãos competentes, no qual conste a comprovação da redução da carga microbiana compatível com o Nível III de Inativação Microbiana, bem como a eliminação das características químicas que ofereçam risco ao meio ambiente e à saúde pública, conforme estabelecido na Resolução CONAMA nº 358/2005 e na RDC/ANVISA nº 222/2018.

3.34. A Contratada não poderá modificar os postos de tratamento, ou os locais de disposição final dos resíduos, sem prévia autorização escrita da Contratante, cabendo-lhe obedecer rigorosamente os locais de destinação final dos resíduos de serviços de saúde, licenciados pelo órgão ambiental competente.

3.34.1. Caso a Contratada opte por utilizar estação de transferência de resíduos no processo de logística e transporte, esta deverá estar devidamente licenciada pelos órgãos ambiental e sanitário competentes, em conformidade com a legislação vigente.

3.35. Todos os resíduos infectantes (Grupo A) e perfurocortantes (Grupo E) coletados deverão ser obrigatoriamente submetidos a tratamento térmico eficaz, conforme as normas sanitárias e ambientais vigentes. É expressamente vedado o aterramento direto desses resíduos, mesmo em aterros industriais, sem que tenham passado previamente por tratamento térmico (incinerados em temperaturas elevadas) que assegure a inativação microbiológica e a descaracterização do risco.

3.36. A unidade geradora deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, pesos e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. O preenchimento deverá ser no ato da pesagem e será acompanhado por um servidor da unidade de saúde geradora do resíduo.

#### **VEÍCULOS, MÁQUINAS e EQUIPAMENTOS - CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CAMINHÕES**

3.37. O transporte deverá ser feito, devidamente acondicionado nas bombonas ou contêineres específicos, em veículo tecnicamente adequado e em conformidade com a legislação atual (Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e ABNT), identificado conforme NBR 7500 e obedecendo ao disposto na NBR 13221, NBR 12810, NBR 10004 e Resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016 do Ministério dos Transportes e suas atualizações.

3.38. A Contratada deverá dispor de sistema de manutenção e conservação para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos, máquinas e equipamentos, incluindo recipientes para os resíduos, visando manter os padrões exigidos pela Contratante e pela legislação específica.

3.39. Os caminhões deverão possuir balança móvel integrada que permita a pesagem dos recipientes na origem, com registros automáticos em sistema informatizado. Na hipótese de falha ou impossibilidade técnica da pesagem causada pela Contratada, o recolhimento dos resíduos deverá ser efetuado sem prejuízo à continuidade do serviço, sendo vedada a cobrança pelo volume coletado sem registro de peso. O servidor local da unidade geradora, designado pela Contratante, deverá lavrar ocorrência circunstanciada do fato no sistema, com identificação do funcionário da Contratada presente.

3.40. A pesagem dos recipientes deverá ser realizada por sistema eletrônico embarcado nos veículos, com balança calibrada e integrada ao sistema informatizado da Contratada. O equipamento deverá registrar automaticamente o peso bruto, a tara (zerada conforme o tipo de recipiente) e o peso líquido, vinculando essas informações à respectiva unidade geradora. Os dados da pesagem deverão ser transmitidos em tempo real ao sistema de rastreabilidade e controle, podendo ser acessados digitalmente pela fiscalização da Contratante. Quando tecnicamente inviável a integração eletrônica, admite-se a emissão de ticket impresso como registro auxiliar, devendo ser conferido e validado pelo servidor da unidade geradora no ato da coleta.

3.41. A coleta de resíduos químicos e substâncias explosivas, entre outros, não classificados como resíduos com risco biológico, também deverá ser realizada por veículo licenciado ou autorizado pelo órgão ambiental competente.

3.42. A Contratada deverá apresentar relação detalhada, na data do início da execução do contrato, dos veículos, máquinas e equipamentos a serem utilizados nos serviços de coleta e transporte, relacionando marca, modelo, fabricante, capacidade, ano de fabricação.

3.43. A Contratada deverá garantir o perfeito funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos, promovendo os reparos, ou sua manutenção sem interromper o funcionamento normal dos serviços.

3.44. Todos os veículos automotores, máquinas e demais equipamentos, a serem utilizados pela Contratada para a realização do serviço, deverão estar devidamente licenciados e/ou autorizados pelo DETRAN e em perfeitas condições de operação, antes mesmo do início da execução dos serviços, de acordo com cada tipo de resíduo, cabendo-lhe entregar à Contratante cópia de todas as licenças e autorizações vigentes quando da assinatura do contrato.

3.45. A empresa deverá possuir licença ambiental e estar devidamente licenciada nos órgãos competentes bem como seus veículos, incineradores e motoristas formalmente habilitados pelo MOPP (movimentação de produto perigoso).

3.46. Para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, exigir-se-á a disponibilidade de uma frota de veículos em bom estado de conservação, com, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação.

3.47. Deverão ser utilizados veículos devidamente equipados com dispositivos que impeçam o derramamento de líquidos percolados, bem como dotados das ferramentas e equipamentos necessários ao recolhimento e transporte adequado dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), em estrita consonância com a legislação sanitária, ambiental e de transporte vigente.

3.48. A Contratada não deverá permitir, em hipótese alguma, que os veículos venham a derramar resíduos, ou líquido percolado, em vias e logradouros públicos.

3.49. A Contratada deverá apresentar, por escrito, um protocolo de conduta específico para situações de derramamento de resíduos durante as etapas de coleta e transporte. O documento deverá conter as medidas corretivas e preventivas a serem adotadas imediatamente, incluindo a obrigatoriedade de notificação aos órgãos ambientais competentes e à Vigilância Sanitária, conforme previsto na legislação vigente e nos procedimentos de emergência ambiental e sanitária.

3.50. Para a coleta e o transporte externo dos resíduos de serviços de saúde deverão ser utilizados veículos que atendam às exigências legais e às normas da ABNT.

3.51. O transporte deve ser feito por veículo em carroceria fechada, estanque, identificado conforme NBR 7.500 e obedecendo ao disposto na NBR 13.221, NBR 12.810, NBR 10.004 e Resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016 do Ministério dos Transportes e suas atualizações.

3.52. A descontaminação do veículo de transporte dos resíduos deverá ser realizada no pátio de serviço da Contratada, conforme legislação e normas vigentes.

3.53. Deverá ser feita, pela Contratada, a lavagem e desinfecção dos veículos coletores, em local licenciado ambientalmente e que possua sistema de captação das águas servidas à rede coletora e tratamento público de esgoto, atendidos os padrões de lançamento estabelecidos pelo órgão competente com a devida autorização do órgão ambiental, ou a um sistema de tratamento adequado igualmente licenciado pelo órgão ambiental. O Plano de Trabalho deverá detalhar este procedimento.

3.54. Ao final de cada turno, os veículos coletores devem ser submetidos à limpeza e desinfecção simultânea, mediante o uso de jatos de água preferencialmente quentes e sob pressão, conforme NBR 12810.

3.55. A Contratada deverá manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos e equipamentos de segurança e proteção exigidos pela legislação, constituindo obrigação contratual a lavagem diária dos veículos coletores de RSS e a manutenção da pintura em perfeito estado de conservação.

3.56. A Contratada se obriga a atender, a qualquer momento, por solicitação da Contratante, a exigência de troca de máquinas e equipamentos que estejam em desacordo com as necessidades dos serviços.

3.57. Os veículos, máquinas e equipamentos deverão atender aos padrões de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis, sob pena de imediata substituição dos mesmos. Em particular, destaca-se a emissão de fumaça negra pelos veículos, máquinas e equipamentos, devendo atender às prescrições do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

3.58. A Contratada será inteiramente responsável por todas as despesas relativas aos maquinários, equipamentos e ferramentas utilizadas nos serviços, cabendo-lhe, inclusive, o fornecimento de todo e qualquer componente, peças de reposição, combustíveis, lubrificantes e outros elementos necessários à sua boa operação e manutenção, durante a vigência do Contrato.

3.59. Todas as inspeções e ensaios a serem realizados nos equipamentos deverão estar em conformidade com as normas vigentes.

3.60. A Contratante não se responsabilizará pela integridade dos veículos e equipamentos vinculados ao contrato em casos de greve ou perturbação da ordem pública, cabendo à Contratada responder pela eventual violação de leis, regulamentos, ou posturas aplicáveis aos serviços, perpetrados por si, seus empregados ou prepostos.

#### **DAS INSTALAÇÕES**

3.61. A Contratada deverá dispor de garagem ou pátio de estacionamento, escritório para controle e planejamento das atividades, bem como instalações para atendimento de seu pessoal operacional, além de vestiário com chuveiros, sanitários, armários e refeitório compatíveis com o número de empregados e em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Trabalho em vigência.

#### **CRONOGRAMA DE COLETA DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE**



- 3.62. A Contratante elaborará um cronograma de coleta para os estabelecimentos de saúde, considerando as suas necessidades e particularidades, o qual poderá ser ajustado conforme a necessidade ao longo da execução do contrato.
- 3.63. A Contratante deverá comunicar imediatamente, à Contratada, qualquer alteração na relação de estabelecimentos da rede, para atualização do Cronograma de Coleta.

#### **APRESENTAÇÃO DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**

- 3.64. Todos os veículos e equipamentos deverão estar disponíveis e operacionais 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 3.65. A Contratante terá 5 (cinco) dias úteis para aprovação dos veículos.

#### **APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO VISUAL**

- 3.66. A Contratada deverá apresentar os veículos com a programação visual em 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da aprovação dos veículos pela Contratante, devendo seguir, por analogia, os padrões estabelecidos pelo artigo 34 da Resolução nº 21/2016 - ADASA.
- 3.67. Deve constar na lateral dos veículos uma identificação contendo nome da empresa, telefone para contato, número de identificação do veículo, tipo de resíduo transportado, logomarcas do prestador dos serviços e do Distrito Federal e os telefones do Serviço de Atendimento ao Usuário e da ouvidoria da Adasa.
- 3.68. A falta de Programação Visual nos veículos não impedirá o início da execução dos serviços, entretanto, a Contratada poderá ser penalizada se não houver motivo justificável.
- 3.69. Em caso de não aprovação da programação visual, a empresa poderá sofrer as sanções previstas na legislação, inclusive glosa na medição, referente ao período da instalação e das substituições ao longo da vigência contratual.
- 3.70. A arte será definida e fornecida pela Contratada.
- 3.71. A programação visual dos caminhões deve ser apresentada para aprovação da Contratante, antes do envelopamento, e suas definições poderão ser alteradas mediante determinação desta. A Contratante terá 5 (cinco) dias úteis para aprovação da programação visual dos veículos.
- 3.72. A Contratada deverá seguir os termos da Norma Regulamentadora da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (NR 06), no que diz respeito ao fornecimento de EPI's aos seus colaboradores.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **SUSTENTABILIDADE**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.1.1. Em consonância com os princípios da sustentabilidade definidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e visando à promoção de práticas ambientalmente responsáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, os serviços objeto desta contratação deverão observar, de forma integrada e obrigatória, os seguintes requisitos de sustentabilidade:
- I - A execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos A (potencialmente infectantes), B (resíduos químicos) e E (perfurocortantes), deverá obedecer rigorosamente à legislação ambiental e sanitária aplicável, destacando-se, entre outras, a Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, e a Resolução CONAMA nº 358/2005, que regulamenta o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada desses resíduos.
- II - O manejo dos resíduos deverá ser feito de forma a minimizar os impactos ambientais, observando-se as boas práticas de segregação, acondicionamento, identificação, transporte e destinação final, em conformidade com os princípios da logística reversa, da precaução ambiental e da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- III - A contratada deverá comprovar que as tecnologias empregadas no tratamento dos resíduos são ambientalmente adequadas e preferencialmente de menor impacto ambiental, conforme diretrizes da Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), e que atendem aos critérios de eficiência energética, baixa emissão de poluentes e segurança sanitária.
- IV - No aspecto social, a contratada deverá assegurar a proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores envolvidos, fornecendo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos riscos inerentes à atividade, devidamente certificados e em bom estado de conservação, bem como promovendo a capacitação contínua dos trabalhadores, com treinamentos específicos para a coleta, transporte e manipulação de resíduos perigosos, em conformidade com a NR 38 – Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana, e demais normas correlatas, tais como NR 6 (EPIs) e NR 7 (PCMSO).
- V - Adicionalmente, recomenda-se que a contratada adote práticas inclusivas, como a valorização da diversidade, promoção da equidade de gênero e respeito aos direitos trabalhistas, além da preferência por fornecedores e parceiros que atuem com responsabilidade socioambiental certificada.
- VI - A comprovação do atendimento a esses requisitos poderá ser exigida por meio de documentação técnica, certificados ambientais, relatórios de treinamento, registros de entrega de EPIs, licenças ambientais, autorizações dos órgãos competentes e demais documentos correlatos, conforme especificado no Termo de Referência e nas etapas de fiscalização contratual.

#### **SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.2. A subcontratação, total ou parcial, do objeto lícito não será permitida. Essa vedação decorre da simplicidade e padronização do objeto a ser contratado, bem como da ampla capacidade de atendimento direto por parte do contratado. A subcontratação geraria a necessidade de instrumentos adicionais, dificultando o controle e a responsabilização, além de impor encargos administrativos desnecessários à Administração Pública.
- 4.2.1. A exigência de execução direta visa assegurar a responsabilidade exclusiva do contratado, reduzir riscos contratuais e preservar a economicidade, nos termos do art. 116, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

#### **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5 % (cinco) do valor inicial do contrato, de acordo com o artigo 98, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, conforme previsto no § 1º do Art. 96, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.4. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato, em atendimento ao § 3º do Art. 96, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 4.7. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

#### **DA VISTORIA**

- 4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia. De forma que a vistoria dos espaços serão os seguintes:
- 4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, de modo que as vistorias sejam realizadas individualizadamente com cada interessado.
- 4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.10.1. A vistoria deverá ser realizada até 2 dias úteis antes da abertura das propostas e deverá ser agendada por meio do e-mail: ghs.diaop@saude.df.gov.br;

4.10.2. As Proponentes deverão procurar o Gerente de Apoio Operacional Especializado (GAOESP), ou o seu substituto, se o local vistoriado for hospital ou unidades da atenção secundária, e o Gerente de Apoio Operacional da Atenção Primária (GAOAPS), ou seu substituto, se o local vistoriado for unidades da Atenção Primária em Saúde, Subsecretaria de Vigilância em Saúde SVS, Subsecretaria de Logística em Saúde - unidade (GADMLAB), CBMDF, URD (Hospital Materno Infantil HMIB, Hospital de Apoio de Brasília HAB, Hospital São Vicente de Paulo HSVP, Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal CRDF), Fundação Hemocentro de Brasília – FHB e Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS, para que os mesmos os acompanhe, no horário de 8h às 17h, de segunda a sexta-feira;

4.10.3. O representante deverá assinar lista de presença, registrando-se civilmente. A hora de chegada para a vistoria e seu respectivo término será registrada pela SES-DF;

4.10.4. O representante deverá apresentar cópia de documento que comprove seu vínculo jurídico com a Proponente;

4.10.5. Ao final da vistoria, a SES-DF emitirá Declaração de Vistoria - APÊNDICE VII, circunstanciando o atendimento desta exigência. Tal documento deve ser apresentado na habilitação da interessada, no momento em que for exigido. O custo da vistoria é por conta da Proponente;

4.10.6. A declaração deverá ser em papel timbrado da SES-DF, com a assinatura legível e matrícula do chefe da unidade ou substituto.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.11.1. Nesse sentido, Caso a Proponente não visite os locais, deverá apresentar declaração que não realizou as vistorias, conforme Declaração de Desistência de Visita Técnica - APÊNDICE VIII, assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento das características e condições de local para a prestação do serviço, não sendo aceito a alegação de incidência para se eximir das obrigações assumidas, cobrar valores à parte ou solicitar a alteração nos valores do serviço.

#### **DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP**

4.12. Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147 de 2014, em especial o inciso III do Art. 49 da Lei Complementar 123/2006, esclarece-se que tal proveito não se aplica à contratação almejada, tendo em vista que o objeto da presente contratação demanda capacidade técnica comprovada, infraestrutura robusta e disponibilidade imediata de materiais, peças e mão de obra qualificada. Esses requisitos são essenciais para evitar falhas que possam colocar em risco a operação dos sistemas de climatização e, por consequência, a segurança e bem-estar dos pacientes e profissionais de saúde nas unidades da SES/DF.

4.13. Portanto, a vedação ao tratamento diferenciado é justificada pela necessidade de garantir o pleno atendimento às exigências técnicas e operacionais indispensáveis à execução do contrato.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **INICIO DA EXECUÇÃO**

5.1. A execução do objeto terá início 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, visando a transição contratual.

5.1.1. A prorrogação do prazo para o início da execução do serviço poderá ser efetuada por igual período, desde que devidamente justificada, antes de seu vencimento, comprovando que não houve culpa da Contratada no descumprimento do prazo inicial.

5.1.2. Os pedidos de prorrogação mencionados no item 5.2 deverão ser analisados pelo setor demandante do órgão.

5.2. Os serviços serão realizados sob demanda do órgão, de acordo com a necessidade local dentro das especificações detalhadas neste termo de referência.

#### **LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

5.3. A Contratante elaborará um cronograma de coleta para os estabelecimentos de saúde, considerando as suas necessidades e particularidades, o qual poderá ser ajustado conforme a necessidade ao longo da execução do contrato.

5.4. A Contratante deverá comunicar imediatamente, à Contratada, qualquer alteração na relação de estabelecimentos da rede, para atualização do Cronograma de Coleta.

#### **DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS E ROTINAS DA EXECUÇÃO**

5.5. Os serviços deverão ser executados em estrita observância às normas técnicas e à legislação vigente, especialmente à RDC nº 222/2018 da ANVISA, à Resolução CONAMA nº 358/2005, bem como às demais disposições aplicáveis, devendo atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

5.6. Caberá à empresa contratada o fornecimento de recipientes apropriados e respectivos lacres de segurança, destinados ao acondicionamento, coleta e transporte externo dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados em cada unidade vinculada à Secretaria de Estado de Saúde, observadas as normas sanitárias, ambientais e de segurança pertinentes.

5.7. O fornecimento dos materiais e insumos necessários à execução dos serviços deverá ocorrer em quantidade suficiente para atender integralmente à demanda das unidades geradoras, devendo a contratada utilizar veículos adequados, devidamente identificados e licenciados pelos órgãos competentes, em conformidade com as normas técnicas da ABNT, ANVISA, CONAMA e demais legislações e regulamentações aplicáveis, de modo a assegurar a execução contínua, plena e segura dos serviços previstos no objeto contratual.

5.7.1. A contratada deverá conter manter estoque mínimo de embalagens, caixas coletoras, etiquetas de identificação, lacres e demais insumos indispensáveis à execução dos serviços. O quantitativo deverá ser planejado de forma a garantir a continuidade da prestação, mesmo em caso de eventual atraso no fornecimento por parte de terceiros, evitando a interrupção das atividades essenciais.

5.8. A Contratada prestará os serviços de coleta de resíduos nas unidades de saúde geradoras da rede da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES/DF), conforme descrito no Apêndice XI deste Termo de Referência, o qual apresenta a relação detalhada de todos os locais e a frequência de coleta exigida pela SES/DF.

5.9. Considerando a constante expansão da estrutura da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), novas unidades geradoras de resíduos poderão ser incluídas no escopo contratual, conforme a necessidade da Contratante, especialmente em decorrência de medidas emergenciais de saúde pública eventualmente decretadas pelo Governo do Distrito Federal ou pelo Governo Federal. Da mesma forma, poderá ocorrer a exclusão de unidades geradoras, seja em função do encerramento de tais medidas ou por outras razões justificadas. Nessas hipóteses, haverá o redimensionamento proporcional do quantitativo de resíduos de serviços de saúde a ser coletado, tratado e destinado, ajustando-se o contrato conforme a nova realidade operacional.

5.10. A Contratada deverá providenciar o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo profissional responsável, conforme determina o Art. 1º da Lei nº 6.496/1977 e a Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023 e/ou conforme exigências do respectivo Conselho Regional de Química (CRQ), quando aplicável.

5.10.1. A substituição, a qualquer tempo, de um ou mais responsáveis técnicos pela execução da obra ou prestação do serviço obriga ao registro de nova ART, vinculada à ART anteriormente registrada, conforme determina o art. 30 da Resolução nº 1.137/2023.

5.10.2. A Contratada deverá submeter-se aos mecanismos de programação, supervisão e fiscalização estabelecidos pela Contratante, incluindo, mas não se limitando a: diários de manutenção, registros de acesso e presença das equipes, controles de utilização de materiais, entre outros instrumentos de monitorização definidos pela Contratante.

5.10.3. A Contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde – PGRSS elaborado por cada órgão ou unidade geradora de resíduos de saúde objeto do contrato.

5.10.4. A Contratada deverá fornecer os recipientes devidamente identificados de acordo com o grupo de resíduos e seus respectivos lacres, obedecendo as características definidas na legislação específica, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018 e a Resolução CONAMA nº 358/05, para o acondicionamento, a coleta e o transporte dos resíduos de serviços de saúde das unidades geradoras, em quantidade suficiente para a demanda, e reserva técnica, de forma a atender o fluxo de sua geração, o tipo de resíduo e que sejam compatíveis com a programação de coleta, com o PGRSS de cada Unidade e com a identificação do estabelecimento gerador.

5.10.4.1. Caberá ao servidor da unidade geradora atentar-se para a devida identificação do recipiente, e em caso de desconformidade, não aceitar o mesmo, sendo a Contratada responsável pela substituição imediata, sem prejuízo para a coleta.

5.10.5. A Contratada deverá manter um sistema completo de higienização, descontaminação, limpeza e manutenção dos recipientes coletores, equipamentos e

veículos, de tal forma que tudo esteja dentro dos padrões estabelecidos nas Resoluções ANVISA e CONAMA e demais normas técnicas pertinentes.

5.10.6. A Contratada deverá assegurar que todos os recipientes destinados ao acondicionamento dos resíduos estejam devidamente identificados com o nome da unidade geradora correspondente, de forma clara e visível, de modo a permitir a rápida e precisa visualização das informações pela equipe de fiscalização e demais envolvidos na operação.

5.10.6.1. Os recipientes deverão ser identificados pela contratada com cada tipo de resíduo a ser armazenado, atendendo a legislação vigente.

5.10.7. A Contratada deverá possuir frota de veículos especializados, devidamente identificados e licenciados/autorizados pelos órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor.

5.10.8. A Contratada deverá garantir, de forma rigorosa, que todos os seus colaboradores estejam devidamente equipados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários ao manuseio dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), sendo estes fornecidos pela própria empresa e em conformidade com a Lei Federal nº 6.514/1977 e com a Norma Regulamentadora nº 06, aprovada pela Portaria GM nº 3.214/1978. Os EPIs deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, de modo a assegurar a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores.

5.10.8.1. Compete ainda à Contratada a responsabilidade pela execução dos serviços de lavagem e desinfecção dos uniformes e dos EPIs, devendo esta atividade ser realizada exclusivamente em locais licenciados pela Vigilância Sanitária e Ambiental para tal fim.

5.10.8.2. Caberá à Contratante, por intermédio dos servidores designados para a fiscalização nas unidades geradoras, observar, exigir o cumprimento e relatar eventuais irregularidades relacionadas à ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) ou de identificação adequada por parte dos funcionários da Contratada, adotando as providências cabíveis conforme previsto no contrato.

5.10.9. A Contratada deverá providenciar, promover e manter ações contínuas de capacitação e treinamento direcionadas às equipes de profissionais que atuam no setor. Os treinamentos deverão abranger o uso correto e o manuseio dos materiais disponibilizados para o acondicionamento dos resíduos, bem como os procedimentos relativos à coleta, transporte, tratamento e disposição final dos mesmos. O treinamento deverá ser comprovado semestralmente, com a assinatura dos profissionais participantes. Ressalta-se que a execução desta obrigação não acarretará qualquer ônus à Contratante.

5.10.9.1. No ocasião das unidades geradoras ofertarem treinamento e/ou capacitação, estes poderão ser oferecidos a participação ao colaboradores da prestadora do serviço.

5.10.10. A Contratada deverá dispor de um sistema de escoamento técnico emergencial, devidamente estruturado para assegurar a continuidade dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), de modo a garantir que tais atividades não sofram qualquer tipo de interrupção. É vedada, em qualquer hipótese, a paralisação desses serviços, inclusive em casos de greve, manifestações, problemas operacionais ou quaisquer outras causas. Em situações emergenciais, a Contratada deverá adotar, de forma imediata, todas as medidas necessárias para a continuidade plena e eficaz da execução contratual, assegurando a minimização de riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

5.10.11. A Contratada deverá zelar pela observância das normas de higiene pública e pela preservação ambiental durante toda a execução dos serviços. Deverá, ainda, comunicar imediatamente à Contratante a ocorrência de quaisquer infrações ambientais verificadas, tais como acidentes decorrentes de descargas irregulares de resíduos ou a inexistência ou inadequação dos recipientes utilizados para o acondicionamento, coleta e transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), a fim de possibilitar a adoção de medidas corretivas e preventivas.

5.10.12. A Contratada deverá apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, um Plano de Contingência e Emergência para situações de risco, contemplando as medidas de segurança pública aplicáveis aos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). O plano deverá, ainda, incluir um sistema eficaz de comunicação imediata à Contratante sobre a ocorrência de infrações ambientais, assegurando a adoção tempestiva de ações corretivas e preventivas.

5.10.13. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, a compatibilidade com as condições exigidas para a execução das obrigações assumidas, preservando, integralmente, os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira apresentados no processo licitatório, conforme previsto na legislação vigente.

5.10.14. A Contratada responderá e arcará, no que lhe compete, pelo atendimento a todas as exigências dos órgãos públicos Federais, Estaduais ou Municipais, inclusive os de controle ambiental, derivadas da prestação dos serviços.

5.10.15. A Contratada responsabilizar-se-á pelas despesas e quaisquer impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados.

5.10.15.1. Na ocorrência de omissões ou lacunas nos recolhimentos de que trata o item anterior, a Contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para comprovar-se adimplente em relação a todos os empregados, bem como para sanar a irregularidade detectada, sem prejuízo de eventuais sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência, e demais instrumentos originadores da contratação pretendida.

5.10.16. A Contratada deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços, pela mão de obra por ela empregada e pelos eventuais danos pessoais ou materiais deles decorrentes, inclusive por acidentes provocados por seus veículos e equipamentos.

5.10.17. A Contratada deverá comunicar à Contratante, por escrito, todos os eventuais defeitos, irregularidades ou falhas de ordem técnica constatados na execução dos serviços junto às unidades geradoras.

5.10.18. A Contratada obriga-se a permitir aos órgãos de fiscalização livre acesso a seus depósitos, oficinas, garagens e outras dependências, possibilitando a vistoria das instalações e anotações relativas a máquinas, equipamentos, veículos, funcionários e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os elementos referentes aos serviços por ela prestados.

5.10.19. As tratativas referentes à fiscalização dos serviços pela Contratante, bem como quaisquer irregularidades ou ocorrências verificadas durante a execução dos serviços, serão formalizadas por meio da plataforma virtual do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, e encaminhadas à empresa por correspondência eletrônica.

5.10.20. A Contratada será integralmente responsável pelo pagamento de quaisquer multas, penalidades ou sanções aplicadas por órgãos integrantes do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, incluindo aquelas decorrentes de responsabilidade civil e/ou criminal, que venham a ser impostas em razão de impactos ambientais provocados por falhas, negligência ou má operação na unidade de tratamento e/ou na destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

5.10.21. Cabe à Contratada a emissão de todas as notas fiscais referentes aos serviços prestados.

5.10.22. A documentação comprobatória do serviço licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativas/quantitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133, em tudo o que couber.

5.10.23. A Contratada deverá apresentar à Contratante, após a assinatura do contrato e sempre que solicitado, a seguinte documentação comprobatória relativa ao tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS):

5.10.23.1. Certificação de Tratamento e disposição final de resíduos potencialmente infectantes, perfurocortantes (Grupos A e E).

5.10.23.2. Certificação de tratamento e disposição final dos resíduos do Grupo B (químicos), obrigatoriamente realizados em aterro de resíduos perigosos Tipo I, conforme disposto nos artigos 57 a 60 da RDC nº 222/2018 da ANVISA.

5.10.23.3. Laudo de monitoramento do processo de tratamento de resíduos, emitido pelo órgão ambiental competente.

5.10.23.4. Descritivo técnico do percentual de redução do volume do resíduo tratado e o processo de descaracterização utilizado antes da disposição final.

5.10.23.5. Laudo de controle de emissão de gases gerados no processo de tratamento.

5.10.23.6. Licença Ambiental de Operação (LAO) emitida pelo órgão ambiental competente para atividade de tratamento de RSS, conforme Resolução CONAMA nº 237/1997;

5.10.23.7. Licença ou autorização ambiental para transporte de resíduos perigosos dentro dos limites estaduais, emitida pelo órgão competente, conforme a Resolução CONAMA nº 358/2005;

5.10.24. A Contratada obriga-se a atender as legislações vigentes e suas atualizações, referenciadas abaixo:

- Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos;
- Decreto Distrital nº 44.330/2023 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta,

autárquica e fundacional do Distrito Federal;

- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Decreto nº 10.936/2022 - Regulamenta a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ABNT – NBR 7500 - Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos.
- Norma técnica da ABNT– NBR 7503 – Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 9735 - Conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 10004 – Resíduos Sólidos – Classificação.
- Norma técnica da ABNT – NBR 10007 – Amostragem de Resíduos – Procedimentos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 11175 - Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho – Procedimento.
- Norma técnica da ABNT – NBR 12235 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 12809 - Manuseio de resíduos de serviços de saúde.
- Norma técnica da ABNT – NBR 12810 - Coleta de resíduos de serviços de saúde.
- Norma técnica da ABNT – NBR 13221 - Transporte terrestre de resíduos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 13463 - Coleta de resíduos sólidos – Classificação.
- Norma técnica da ABNT – NBR 14064 - Gases de efeito estufa.
- Norma técnica da ABNT – NBR 14652 - Coletor-transportador Rodoviário de Resíduos de Serviços de Saúde.
- Norma técnica da ABNT – NBR 14725 - Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente.
- NR – 06 - Ministério do Trabalho e Emprego – Equipamento de Proteção Individual.
- NR – 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde
- Resolução ANVISA - RDC nº. 222/18 – Gerenciamento de Resíduos em Serviços de Saúde.
- Resolução ANVISA - RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004 - Regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- Resolução CONAMA – nº. 358/05 – Tratamento e Disposição Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde.
- Resolução CONAMA – nº 237/97 – Licenciamento Ambiental.
- Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022 - Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

#### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.11. Cumprir com todas as obrigações, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste termo de referência e no edital, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 5.12. Comunicar imediatamente a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), bem como ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.
- 5.13. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento empreendido pelo contratante.
- 5.14. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, além de sujeitar-se a outras obrigações no Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei Federal nº 8.078, de 1990, que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.
- 5.15. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela contratante.
- 5.16. Atender, no prazo fixado, às solicitações do fiscal técnico, fiscal administrativo e/ou gestor do contrato.
- 5.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.18. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente termo de referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, fretes; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus à contratante.
- 5.19. Assegurar que a prestação de serviços estará em consonância com as normas vigentes e demais legislações relacionadas à sua natureza, de forma a garantir a qualidade do serviço apresentado, conforme art. 42, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.20. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.
- 5.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.22. É vedada, em qualquer hipótese, a paralisação desses serviços, inclusive em casos de greve, manifestações, problemas operacionais ou quaisquer outras causas. Em situações emergenciais, a Contratada deverá adotar, de forma imediata, todas as medidas necessárias para a continuidade plena e eficaz da execução contratual, assegurando a minimização de riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

#### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 5.23. Receber o serviço contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no termo de referência.
- 5.24. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e sua proposta.
- 5.25. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 5.26. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para a sua correção.
- 5.27. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
- 5.28. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.
- 5.29. Determinar providências que entender necessárias visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas.
- 5.30. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação de serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

#### **OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 5.31. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 5.32. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da

LGPD.

- 5.33. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 5.34. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 5.35. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 5.36. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 5.37. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 5.38. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

#### **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 5.39. Para a elaboração da proposta os interessados deverão observar todo o conteúdo contido neste Termo de Referência e seus anexos.
- 5.40. A proposta deve refletir a capacidade de atendimento a exigências específicas que impactam o custo operacional:
- 5.40.1. Locais de Coleta: A Contratada deverá prestar os serviços nos endereços indicados no Apêndice XI deste Instrumento, que detalha a relação de todos os locais e a frequência de coleta exigida pela SES/DF.
- 5.40.2. Prazo de Atendimento: O atendimento é considerado essencial, contínuo e ininterrupto, ou seja, o serviço deverá ser prestado os 07 (sete) dias da semana.
- 5.40.3. Rastreabilidade e Pesagem: A Contratada deve operar um sistema informatizado de controle e rastreabilidade em tempo real e utilizar o MTR Digital (Manifesto de Transporte de Resíduos). A frota deve possuir balança móvel integrada, calibrada e eletrônica que permita a pesagem dos recipientes na origem (unidade geradora), com registros automáticos e georreferenciados.
- 5.40.4. Fornecimento de Recipientes: A Contratada é responsável pelo fornecimento contínuo de recipientes apropriados (bombonas ou contêineres), resistentes, rígidos e estanques, devidamente identificados conforme NBR 7500/2023. Deverá haver a disponibilização de recipientes em, no mínimo, 03 (três) distintas colorações para os resíduos dos Grupos A, B e E.
- 5.40.5. Infraestrutura de Suporte: A Contratada deve possuir garagem/pátio, escritório, vestiário, chuveiros, sanitários, armários e refeitório em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs). É essencial a indicação de um local destinado à lavagem diária dos recipientes e veículos, com sistema de captação e tratamento de efluentes licenciado.
- 5.40.6. Contingência: É obrigatório o desenvolvimento de um Plano de Contingência e Emergência (incluindo ações em caso de greve, problemas operacionais ou derramamento de resíduos), a ser apresentado em até 15 dias após a assinatura.
- 5.41. A validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

### **6. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

#### **6.1. Documentos a serem apresentados no momento da assinatura do contrato:**

- 6.1.1. Licença de Funcionamento, devidamente vigente, expedida pelo órgão competente (estadual, distrital ou municipal). Nos Estados e Municípios em que não haja prazo de validade estabelecido para a referida licença, a licitante deverá apresentar comprovação legal dessa condição, emitida pela autoridade competente ou prevista na legislação local.
- 6.1.2. Licença Ambiental de Operação da unidade de tratamento e, quando aplicável, do ponto de transbordo a ser utilizado para execução dos serviços objeto deste contrato, emitida pelo órgão ambiental competente, em plena conformidade com as normas ambientais vigentes.
- 6.1.3. Cópia dos contratos de disposição final firmados com os respectivos empreendimentos licenciados, acompanhada da Licença Ambiental de Operação dos aterros destinatários, a qual deverá autorizar expressamente o recebimento de resíduos provenientes de outras unidades da federação.
- 6.1.4. Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o exercício corrente não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar a Licença de Funcionamento do exercício anterior acompanhada do comprovante de protocolização da petição de revalidação, desde que esta tenha sido requerida nos primeiros 120 (cento e vinte) do exercício, conforme o Parágrafo Único do art. 25 da Lei nº 5.991, de 17/12/1973, com redação dada pela Lei nº 6.318, de 22/12/1975. Apresentar cópia acompanhada do original ou autenticada em cartório.
- 6.1.5. Comprovação de profissional (is) de nível(is) superior(es) com graduação, devidamente registrado (s) no Conselho de Classe correspondente, detentor(es) do Acervo Técnico que comprove aptidão para desempenho de atividades, de Coleta, Transporte e Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde, conforme RDC ANVISA nº 306/2004, e da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo referido conselho.
- 6.2. Deverá ser apresentado o registro do Responsável Técnico pelas atividades de coleta, transporte e gerenciamento de resíduos, no conselho de classe competente.
- 6.2.1. Os profissionais habilitados para exercer essa função são aqueles devidamente registrados em seus conselhos profissionais, como químicos, bioquímicos, engenheiros químicos, engenheiros sanitaristas, biólogos ou outros profissionais que tenham responsabilidade técnica regulamentada pela sua profissão.
- 6.3. A empresa deverá apresentar registro ou inscrição válida no respectivo conselho de classe correspondente às atividades técnicas a serem executadas.
- 6.4. As sociedades empresárias estrangeiras deverão atender à exigência de registro profissional no Brasil, apresentando, no momento da assinatura do contrato, comprovação de solicitação de registro junto à entidade profissional competente.

#### **Exigências Relativas aos Veículos e à Frota Utilizada na Execução dos Serviços**

- 6.4.1. Certificado de Vistoria de Veículo – CVV, devidamente vigente, expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária local, para todos os veículos destinados à execução dos serviços contratados, em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis ao transporte de resíduos de serviços de saúde;
- 6.4.2. Documentação veicular atualizada e sem restrições para circulação, emitida pelo Departamento de Trânsito competente, comprovando o licenciamento regular de toda a frota empregada na execução do contrato;
- 6.4.3. Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, válido, emitido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos da Lei nº 11.442/2007 e demais normativos complementares vigentes.
- 6.5. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.
- 6.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação às obrigações da contratada e contratante.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



- 7.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.
- 7.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. O órgão ou entidade deverá permitir, consoante com as normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas instalações, para entrega dos produtos solicitados.
- 7.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.7. Não estão previstas exigências que caracterizem intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado, neste Termo de Referência. Além disso, durante a vigência do contrato, é vedado ao Contratante fazer tais exigências, conforme estabelecido no artigo 48, inciso VI, da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.8. **PREPOSTO**
- 7.8.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.9. Para fins de compatibilização das previsões de Gestão do Contrato da Lei n.º 14.133/2021 e normas correlatas que disciplinam a matéria (com enfoque ao Decreto Distrital n.º 44.330/2023) com os ditames da Portaria SES/DF n.º 05 DE 03/01/2025 (que aprova o regulamento para Execução das Contratações da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal), considera-se:
- 7.9.1. Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Setorial, no que couber e conforme disposições da Portaria SES/DF n.º 05 DE 03/01/2025.
- 7.9.2. Gestor de Contrato, no que couber e conforme disposições da Portaria SES/DF n.º 05 DE 03/01/2025.
- 7.10. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.11. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

- 7.15. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais e gestores do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 7.15.1. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.
- 7.15.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

#### **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

- 7.16. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.17. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.18. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.19. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.20. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.21. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 7.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 7.23. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME n.º 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

- 7.24. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.25. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **GESTOR DO CONTRATO**

- 7.26. Cabe ao gestor do contrato:
- 7.26.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.26.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.26.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.26.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas,

devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 7.26.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.26.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.26.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 7.26.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 7.26.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;
- 7.26.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

#### **FISCAL SETORIAL**

7.27. Quando o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade, caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições que cabem ao FISCAL TECNICO E ADMINISTRATIVO.

#### **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **APÊNDICE IX**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade dos serviços ou disposto neste item.
- 8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 8.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 8.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 8.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 8.3.1. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos diários e mensais de área, dos resíduos coletados, bem como os respectivos valores apurados;
- 8.3.2. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência do serviço prestado e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;
- 8.3.3. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;
- 8.3.4. A CONTRATADA se obriga a manter o serviço, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na prestação do serviço deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;
- 8.3.5. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;
- 8.3.6. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES/DF;
- 8.3.7. A SES se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA.

#### **RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 8.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 dias úteis, pelos fiscais técnico e/ou administrativo, conforme aplicação análoga da Portaria SES/DF nº 05 de 03/01/2025, incs. VI e VII do art. 25 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, mediante termos detalhados (relatório circunstanciado), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 8.4.1. O prazo da disposição acima será contado a partir da comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.4.1.1. o fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- 8.4.1.2. o fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 8.4.1.3. o fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.6. O GESTOR DO CONTRATO ou comissão deverá solicitar a contratada a emissão da nota fiscal, informando a existência de glosas em até 48 horas do recebimento do relatório circunstanciado. Discriminando, por meio de memória de cálculos detalhada, descontos ou glosas de valores a serem aplicados nas respectivas notas fiscais ou faturas, em virtude da não execução dos serviços ou falhas identificadas, apresentadas no Relatório Circunstanciado.
- 8.6.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.6.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme disposto nos incs. VIII e IX do Decreto Distrital nº 44.330/2023, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.6.3.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, para efeito de recebimento definitivo, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- 8.6.3.2. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 8.6.3.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.6.3.4. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.6.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de](#)

[2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.6.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **DA LIQUIDAÇÃO**

8.7. Recebida a Nota Fiscal, a liquidação e o pagamento serão realizados mediante atesto e relatório sintético, a serem apresentados pelo gestor ou comissão no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do faturamento do serviço, em que se declarará genericamente que houve a prestação do serviço contratado pelo fornecedor e a adequação dos valores faturados ao histórico de despesas mensais do respectivo contrato, devendo o detalhamento da análise, a constar do relatório circunstanciado, ser feito em até 15 (quinze) dias úteis do pagamento, aplicando-se eventuais descontos, glosas ou penas pecuniárias nas faturas subsequentes.

8.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.8.1. o prazo de validade;

8.8.2. a data da emissão;

8.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.8.5. o valor a pagar; e

8.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.11.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.11.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação. Não havendo regularização o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **DO PRAZO DE PAGAMENTO**

8.15. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para pagamentos das compras/contratações da pasta.

8.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

#### **DA FORMA DE PAGAMENTO**

8.17. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.20. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **REAJUSTE**

8.22. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.23. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.24. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.25. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.26. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.27. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.28. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.29. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.**

9.0.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

9.0.2. O critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.0.3. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento.

9.0.3.1. **As propostas serão avaliadas, no requisito técnico, por servidores habilitados da Rede SES-DF, a serem indicados pela SES/SEGEA/SINFRA/DIAOP/GAHS - Gerência de Apoio de Higienização em Saúde.**

9.0.4. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES/DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;

## Regime de execução

9.1. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**, nos termos do inciso I do § 1º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, considerando que a medição e o pagamento dos serviços ocorrerão com base na quantidade efetivamente coletada, transportada, tratada e destinada de resíduos dos serviços de saúde (RSS), aferida por meio de sistema de pesagem (balança eletrônica), conforme unidades de medida previstas no contrato.

9.2. Tal regime é justificado pela natureza do objeto, caracterizado como serviço contínuo com demanda variável e imprevisível, em razão da oscilação no volume de resíduos gerados pelas unidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, o que inviabiliza a fixação de quantitativos globais previamente determinados. A adoção da empreitada por preço unitário assegura a adequação dos pagamentos à efetiva prestação dos serviços, além de conferir maior controle, economicidade e proporcionalidade à Administração Pública.

## Participação de Consórcio e de Cooperativas

### Consórcios

9.3. Nos termos do § 5º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 (“*salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio...*”).

9.4. No caso em apreço, entende-se pela adoção da **vedação à participação de consórcios**, pelas seguintes razões:

9.4.1. Alta complexidade técnica, operacional e especializada do objeto:

- Os serviços envolvem integração logística completa: coleta, transporte, tratamento e disposição final produtos sensíveis à saúde.
- A continuidade da operação, a previsibilidade contratual e a necessidade de fornecedores com robustez operacional absoluta são cruciais para garantir que não haja interrupções na prestação de serviço crítico à assistência pública.
- Em mercados com alto grau de especialização, a participação fragmentada via consórcio pode reduzir a clareza de responsabilidades e elevar os riscos de execução.

9.4.2. Disponibilidade de mercado para execução plena por empresa isolada:

- A análise de mercado utilizada no Planejamento evidencia que existem empresas com capacidade econômica-financeira, técnica e operacional para cumprir integralmente as exigências desse Termo de Referência de forma independente.
- Dada essa condição, permite-se restringir a participação em consórcio para preservar a competitividade, evitando a montagem artificial de grupos com fragmentação de responsabilidades que poderia levar a ex-consorciados com menor qualificação a atuar como “munidores” de propostas.

9.4.3. Risco aumentado de substituição de consorciados e diluição da responsabilidade:

- O art. 15, § 5º da Lei 14.133/21 permite a substituição de consorciado, desde que comprovada a nova empresa possua os mesmos quantitativos e valores da empresa substituída.
- Contudo, na prática, tal substituição torna mais complexa a fiscalização, eleva o risco de empresas menos qualificadas assumirem funções críticas no contrato, e impõe maior carga de supervisão à Administração. Em contratos de longo prazo, como este, tal risco operacional é material.

9.4.4. Preservação da competitividade e economicidade:

- A vedação justifica-se para evitar que grupos consorciados formem “alianças” de conveniência que retem em vantagem, gerando desequilíbrio concorrencial ou propostas moldadas artificialmente ao valor de referência.
- A restrição está alinhada com o princípio da isonomia, da competitividade e da vantajosidade (art. 5º da Lei 14.133/21), já que o Termo de Referência objetiva garantir ampla disputa entre agentes que atuam de fato na execução desse tipo de serviço.

9.4.5. Clareza e centralização de responsabilidades:

- A natureza da contratação exige que um único contratado possua cadeia de responsabilidade direta, com liderança definida, registro uniforme, e responsabilização inequívoca em todas as fases (recebimento, armazenamento, transporte, rastreabilidade, incineração, logística reversa).
- Permitir consórcios poderia ensejar divisão de partes do objeto entre consorciados com grau diverso de integração, dificultando a gestão contratual, a responsabilização e o controle pela Administração.

9.5. Diante dessas circunstâncias, **fica vedada a participação de consórcios de empresas** no presente certame, considerando-se que o objeto pode ser plenamente atendido por licitantes isolados habilitados e que a restrição está motivada tecnicamente, em conformidade com o art. 18, inciso IX, da Lei 14.133/21.

### Cooperativas

9.6. A participação de cooperativas nas licitações está disciplinada no art. 16 da Lei nº 14.133/2021: as cooperativas poderão participar “*quando a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras ... e o objeto da licitação referir-se ... a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.*”

9.7. No presente caso, verifica-se a necessidade de **vedar a participação de cooperativas**, pelos seguintes fundamentos:

9.7.1. Incompatibilidade do modelo cooperativista com a execução plena e contínua do objeto:

- O objeto da contratação exige operação integrada, cadeia logística contínua, com infraestrutura própria, frota, monitoramento e rastreabilidade.
- O regime cooperativista pressupõe a autonomia dos cooperados, repartição de receitas/despesas, e não a centralização de responsabilidade como ocorre em contratos de serviço logístico integrado de alta complexidade.

9.7.2. Risco de distorção concorrencial e tratamento desigual:

- Diferentes regimes jurídicos, tributários e trabalhistas entre cooperativas e empresas comerciais podem gerar vantagem ou desvantagem competitiva, implicando risco ao princípio da isonomia e da competitividade (art. 9º, inciso I, alínea “a”, da Lei 14.133/21).
- Ao vedar a participação de cooperativas, evita-se a disputa entre modelos jurídicos heterogêneos que podem impactar a qualidade do serviço e a economicidade da contratação.

9.7.3. Direcionamento à ampla participação de agentes apropriados:

- A vedação está em linha com o objetivo de direcionar o certame aos agentes que efetivamente operam o objeto contratado no mercado (empresas comerciais especializadas), favorecendo maior segurança na execução e garantia de atendimento ao interesse público.
- Tal medida se mostra compatível com os princípios da eficiência, da economicidade, da competitividade e da vantajosidade.

9.8. Em face de tais considerações, **fica vedada a participação de cooperativas** no certame objeto deste Termo de Referência, por força da compatibilidade técnica, jurídica e mercadológica do objeto, preservando-se a competitividade, a isonomia e a economicidade da contratação.

### Exigências de habilitação

9.9. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos art. 62 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação Jurídica

- I - pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II - empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV - sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V - sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI - sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII - filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VIII - sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VI - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.13. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

- I - certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- II - certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- III - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- IV - As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- V - Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- VI - A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG=	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

a) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

#### Da Qualificação Técnica - Operacional

9.14. Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e/ou compatível, de, no mínimo, 30% (trinta por cento) das toneladas/mês do item disputado, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução da prestação dos serviços de contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, que constituem as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com quantidades e prazos compatíveis;

- 9.14.1. O atestado mencionado acima, deverá(ão) constar do(s) atestado(s) os seguintes dados: Nome do contratante e da contratada; Especificações técnicas dos serviços prestados; Quantitativos e prazos executados.
- 9.15. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.16. A licitante deverá apresentar Licença Sanitária vigente, emitida por órgão de vigilância sanitária competente (estadual, distrital ou municipal), autorizando expressamente o exercício das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde.
- 9.17. Cadastro junto ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos (SINIR);
- 9.18. Caso necessário, o pregoeiro, por meio de diligência, poderá solicitar ao licitante a comprovação de legitimidade dos atestados apresentados, devendo o licitante disponibilizar todas as informações pertinentes.
- 9.19. **Da Qualificação Técnico - Profissional**
- 9.20. Declaração de que a empresa participante possuirá em seu quadro permanente, na data da contratação, profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, devidamente inscrito e registrado no Conselho Regional de Biologia - CRBio, ou Química – CRQ, ou Engenharia e Agronomia - CREA, ou outro conselho pertinente com competência para exercer tal função, em plena validade, detentor de Atestado ou Certidão de aptidão técnica, devidamente registrado, em plena validade, no Conselho pertinente da Região onde os serviços foram ou estão sendo executados, que comprove ter o profissional executado para Órgão ou Entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para Empresa privada, serviços compatíveis com o objeto da Licitação;
- 9.21. Declaração, sob as penas da Lei, de que caso vencedora do certame disponibilizará Comprovante de Treinamento e Capacitação dos funcionários envolvidos na coleta, transporte e Disposição final dos RSS (da RDC nº 222/2018 ANVISA), a ser apresentado no momento da Contratação;
- 9.22. A comprovação de vínculo profissional será realizada no momento da celebração do contrato, por meio do contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços;
- 9.23. Não será admitido profissional em fase e/ou Contrato de experiência e/ou Contrato temporário. Caso o profissional seja sócio ou proprietário da empresa participante, a comprovação será mediante a apresentação do Estatuto ou Contrato Social registrado perante a Junta Comercial.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 22.002.090,00 (vinte e dois milhões, dois mil noventa reais), para o período de 30 meses.
- 10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. Os preços registrados poderão ser reajustados, conforme art. 2º do Decreto nº 37.121/2016, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 10.3. Tendo em vista a necessidade de assegurar a transparência do processo licitatório, bem como incentivar os licitantes a apresentarem preços compatíveis com o mercado, o custo estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público no ato da publicação do instrumento convocatório, em observância ao artigo 24 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SES/DF.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I - Fonte de Recursos: 100;
- II - Programa de Trabalho: 10.122.8202.8517.0052 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SES-DISTRITO FEDERAL;
- III - Natureza de Despesa: 339039.
- 11.3. A modalidade de empenho para a compra/contratação será: **Estimativo**
- 11.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 11.5. O procedimento licitatório encontra-se baseado no Sistema de Registro de Preço (SRP), cuja demanda representa uma estimativa consolidada dos resíduos dos serviços de saúde produzidos pelas unidades que compõem a estrutura da SES/DF.
- 11.6. A conformidade do objeto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e outros alinhamentos orçamentários será requerida apenas se houver a formalização do contrato ou outro instrumento adequado.
- 11.7. Por se tratar de Sistema de Registro de Preço, não é necessária a apresentação da disponibilidade orçamentária na fase de seleção do fornecedor, uma vez a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme artigo parágrafo único, do artigo 189, do Decreto Distrital nº 44.330 de 16 de março de 2023.

## 12. DOS SINISTROS

- 12.1. No caso de ocorrência de sinistro nas instalações da SES-DF que impeça a prestação dos serviços disponibilizados pela Contratada, novo local dentro do Distrito Federal será designado para sua continuidade, independente daqueles especificados neste documento.
- 12.2. As apurações e ressarcimentos, sendo o caso, correrão em processo administrativo e/ou judicial conforme a natureza do sinistro.
- 12.3. No caso de ressarcimento integral ou parcial da SES-DF à Contratada, os valores serão aqueles apurados na Proposta Comercial, bem como nas listas de preços constantes do Contrato em vigor, menos as amortizações realizadas até o momento do ressarcimento.

## 13. APÊNDICES

- APÊNDICE I - Estudo Técnico Preliminar - ETP (185334310);
- APÊNDICE II - FORMULÁRIO DIÁRIO DE CONTROLE DE PESAGEM DE RESÍDUOS;
- APÊNDICE III - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;
- APÊNDICE IV - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;
- APÊNDICE V - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO;
- APÊNDICE VI- MODELO PROPOSTA;



APÊNDICE VII - DECLARAÇÃO DE VISTORIA;  
 APÊNDICE VIII - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA;  
 APÊNDICE IX - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS;  
 APÊNDICE X - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO  
 APÊNDICE XI - RELAÇÃO DE LOCAIS A SEREM ATENDIDOS.

#### 14. MODELO PADRONIZADO DO TERMO REFERÊNCIA

14.1. O Termo de Referência foi elaborado conforme Minuta Padrão AGU, com as adequações necessárias as particularidades do objeto e ao Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023.

#### 15. DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

15.1. Os responsáveis pela elaboração e aprovação deste Termo de Referência, não se enquadram na vedação do artigo 14º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

15.2. O presente Termo de Referência foi elaborado por representantes das unidades a seguir:

- 15.2.1. SES/SEGEA/SINFRA/DIAOP/GAHIS - Gerência de Apoio de Higienização em Saúde
- 15.2.2. SES/SES/SINFRA/CEAOP/DIAOP - Diretor da Diretoria de Apoio Operacional
- 15.2.3. SES/SES/SINFRA/CEAOP - Coordenação de Engenharia e Apoio Operacional

#### 16. AUTORIDADE SUPERIOR RESPONSÁVEL PELA VALIDAÇÃO TÉCNICA DO TERMO DE REFERÊNCIA:

16.1. SES/SINFRA - Subsecretário(a) de Infraestrutura em Saúde

16.2. Ato de validação dos trabalhos de produção do Termo de Referência conforme artigo 20, inciso XIX Portaria 210/2017 - SES/DF.

SES/SEGEA/SINFRA/DIAOP/GAHIS - Gerência de Apoio de Higienização em Saúde  
 SES/SEGEA/SINFRA/CEAOP/DIAOP - Diretor da Diretoria de Apoio Operacional  
 SES/SEGEA/SINFRA/CEAOP - Coordenação de Engenharia e Apoio Operacional  
 SES/SEGEA/SINFRA - Subsecretário(a) de Infraestrutura em Saúde  
 SES/SEGEA - Secretaria Executiva de Gestão e Administração

#### APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 185334310

#### APÊNDICE II - FORMULÁRIO DE CONTROLE DE PESAGEM DE RESÍDUOS

CONTRATO:							
EMPRESA:							
UNIDADE:							
FISCAL SETORIAL:							
MÊS/ANO							
Dia	Classificação Grupo RSS	Qtd de bombona coletada	Qtd de bombona alocada (com lacre)	UNIDADE (kg)	Equipamento de Proteção Individual	Assinatura/matrícula do servidor SES/DF	Assinatura/matrícula do funcionário da contratada
1 Hora: __ : __	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
2 Hora: __ : __	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
3 Hora: __ : __	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						

	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
4 Hora: :	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
5 Hora: :	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
6 Hora: :	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
7 Hora: :	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
8 Hora: :	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
9 Hora: :	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
10 Hora: :	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
11 Hora: :	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
12 Hora: :	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
13 Hora:	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						



23 Hora: :_____	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
24	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
25 Hora: :_____	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
26 Hora: :_____	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
27 Hora: :_____	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
28 Hora: :_____	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
29 Hora: :_____	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
30 Hora: :_____	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						
31 Hora: :_____	GRUPO E - Resíduos Perfurocortantes ou Escarificantes						
	GRUPO B - Resíduos Químicos Perigosos						
	Resíduos Auxiliares (Pilhas, Baterias, Lâmpadas, Mercúrio)						
	GRUPO A - Resíduos Potencialmente Infectantes						

**APÊNDICE III - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

<b>OBJETO</b>	
---------------	--

N.º CONTRATO	
CONTRATADA	
CNPJ	Telefone (s)

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento da legislação incidente, que os bens e/ou serviços relacionados no quadro abaixo, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo Edital nº xx/20xx da SES/DF.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	UN.
01	Consiste na Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF UNIDADE SES: _____		tonelada/mês

Ressaltamos que o recebimento definitivo dos serviços ocorrerá em até 15 (quinze) dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do instrumento contratual proveniente do Edital nº XX/20XX.

Brasília-DF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

\_\_\_\_\_  
Nome do Diretor ou representante legal da empresa  
Cargo  
CPF nº

\_\_\_\_\_  
Gestor do Contrato  
Matrícula  
<<Cargo/Função>>  
<<Setor/Departamento>>

\_\_\_\_\_  
Fiscal Técnico do Contrato  
Matrícula  
<<Cargo/Função>>  
<<Setor/Departamento>>

APÊNDICE IV - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

N.º CONTRATO	
CONTRATADA	
CNPJ	Telefone (s)

Por este instrumento, as partes abaixo identificadas atestam, para fins de cumprimento da legislação de regência, que os bens e/ou serviços relacionados no quadro abaixo possuem as quantidades, configuração, desempenho e a qualidade compatível com as condições e exigências técnicas constantes do Edital nº XX/20XX.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	UN.
------	-----------	--------------	-----

01	Consiste na Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF  UNIDADE SES: _____		tonelada/mês
----	---	--	--------------

Brasília-DF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

\_\_\_\_\_  
**Nome do Diretor ou representante legal da empresa**  
**Cargo**  
**CPF nº**

\_\_\_\_\_  
**Gestor do Contrato**  
**Matrícula**  
**<<Cargo/Função>>**  
**<<Setor/Departamento>>**

\_\_\_\_\_  
**Fiscal Técnico do Contrato**  
**Matrícula**  
**<<Cargo/Função>>**  
**<<Setor/Departamento>>**

**APÊNDICE V - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa** \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo **S.r.** \_\_\_\_\_, (cargo) \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, (profissão) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, e, sempre que em conjunto referidas como **PARTES** para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas **PARTES**, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

**CONSIDERANDO** que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

**Parágrafo Primeiro:** As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo segundo:** A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Terceiro:** A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto:** A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE**

**Parágrafo Único:** As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das **PARTES**;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as **PARTES** cumpram



qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

**Parágrafo segundo:** A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das **PARTES**.

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto:** A CONTRATADA deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quinto:** Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

**Parágrafo Sexto:** O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

**Parágrafo Sétimo:** A CONTRATADA firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

**Parágrafo Oitavo:** A CONTRATADA obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

**Parágrafo Único:** Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas **PARTES** permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

**Parágrafo Único:** O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

**Parágrafo Único:** A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as **PARTES**. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Parágrafo Primeiro:** Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

**Parágrafo Segundo:** O presente **TERMO** constitui acordo entre as **PARTES**, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente.

**Parágrafo Terceiro:** Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto:** O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

**Parágrafo Quinto:** A omissão ou tolerância das **PARTES**, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

**Parágrafo Único:** Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

---

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

---

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>  
<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato  
Matrícula  
<<Cargo/Função>>

**APÊNDICE VI - MODELO PROPOSTA**

(Em papel timbrado da empresa)

À  
**Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal**  
**SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700**  
**Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto**  
**CEP: 70.719-040- Brasília, DF**

**Referência:** Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, para pregão eletrônico que objetiva a Contratação de Empresa Especializada, para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, nas dependências internas e externas, das unidades desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), **conforme condições e especificações do termo de referência e seus anexos**, sob inteira responsabilidade da Contratada, com padrão de excelência necessário, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, EPI's, como também todos os insumos necessários à correta execução dos serviços.

O valor total de proposta é de \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso), para 30 (trinta) meses de contrato.

Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

**PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS ITEM**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	UN.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL (30 MESES)
1	Prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, nas dependências internas e externas, das unidades desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), <b>conforme condições e especificações deste termo de referência e seus anexos</b> , sob inteira responsabilidade da Contratada, com padrão de excelência necessário, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, EPI's, como também todos os insumos necessários à correta execução dos serviços.		Quilograma	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -
VALOR TOTAL MENSAL							R\$ -
VALOR TOTAL (30 MESES)							R\$ -

Nome do Diretor ou representante legal da empresa  
Cargo  
CPF nº

**APÊNDICE VII - DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Atesto para os devidos fins que a empresa abaixo identificada realizou a vistoria das instalações e do local onde os serviços serão prestados.

Nome da empresa: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Nome do Representante: \_\_\_\_\_  
RG do Representante n.º: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_  
E-mail (se houver): \_\_\_\_\_  
Local vistoriado: \_\_\_\_\_

Brasília, de de 202 \_\_\_\_.

Responsável pelo Termo de Vistoria

Nome: \_\_\_\_\_  
Matrícula: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE VIII - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA**

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_ DECLARA, abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução dos serviços, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a \_\_\_\_\_, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Brasília, de de 20 \_\_\_\_.

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE IX – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

**DA DEFINIÇÃO**

Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

Este anexo é parte indissociável do Contrato firmado a partir do Termo de Referência e de seus demais anexos.

**INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO**

Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio dos indicadores abaixo, além dos demais itens obrigatórios constantes nas cláusulas deste termo de referência e estudo técnico preliminar.

CONCEITO DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS			
MÓDULOS	ITENS AVALIADOS		PESO
A	Prazo	Cumprimento do cronograma de recolhimento dos resíduos nos dias e horários pré-determinados;	10
B	Quantidade	Realiza a pesagem no ato de recolhimento, no local, e emite uma nota para controle contendo toda as informações conforme previsto no termo de referência.	10
C	Qualidade	Apresenta comprovação de destinação final dos resíduos coletados	10
D	Materiais	Fornecer recipientes (bombonas e lacres) com identificação dos dados da contratante em número suficiente para a dispensação e armazenagem dos RSS.	10
E	Veículos	E1 - A empresa disponibiliza veículos com identificação visual em número suficiente para execução dos serviços.	10
		E2 - Os caminhões estão equipados com balanças móveis para a pesagem dos resíduos na origem, devidamente calibradas.	10
F	Equipe de serviço	F1 - A empresa disponibiliza pessoal em número suficiente devidamente capacitado para o desempenho das atividades.	10
		F2 - A empresa disponibiliza regularmente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os profissionais fazem uso adequado dos mesmos.	10
J	Comunicação	J1 - Ocorreu incidente relacionado com a manipulação de resíduos durante a prestação dos serviços.	10
		J2 - Atende as solicitações contratuais com celeridade.	10

Aos indicadores serão atribuídos pontos, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

CRITÉRIOS E DESCRIÇÕES A SEREM AVALIADOS		
Módulo A – Prazo		
Cumpriu o cronograma de recolhimento dos resíduos nos dias e horários pré-determinados	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrências	9	
2 ocorrências	8	
3 ocorrências	7	
4 ocorrências	6	
5 ocorrências	5	
6 ocorrências	4	
7 ocorrências	3	
8 ocorrências	2	
9 ocorrências	1	
10 ocorrências	0	
Módulo B – Quantidade		
Realizou a pesagem no ato de recolhimento, no local, e emite uma nota para controle contendo toda as informações conforme previsto no termo de referência.	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
Módulo C – Qualidade		
Apresentou comprovação de destinação final dos resíduos coletados.	Pontuação	Avaliação
Apresentou comprovação	10	
Apresentou comprovação parcial	5	
Não apresentou comprovação	0	
Total de pontos	10	
Modulo D - Materiais		
Forneceu recipientes (bombonas e lacres) com cores e identificação dos dados da contratante em número suficiente para a dispensação e armazenagem dos RSS.	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
Módulo E - Veículos		
E1 - A empresa disponibilizou veículos com identificação visual em número suficiente para execução dos serviços.	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
E2 - Os caminhões estão equipados com balanças móveis para a pesagem dos resíduos na origem, devidamente calibradas.	Pontuação	
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
Módulo F - Equipe de serviço		
F1 - A empresa disponibilizou pessoal em número suficiente devidamente capacitado para o desempenho das atividades.	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	

4 ou mais ocorrências	0	
<b>F2 - A empresa disponibilizou regularmente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os profissionais fizeram uso adequado dos mesmos.</b>	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
<b>Módulo G - Comunicação</b>		
<b>G1 - Ocorreu incidente relacionado com a manipulação de resíduos durante a prestação dos serviços.</b>	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrência	3	
4 ou mais ocorrências	0	
<b>G2 - Atendeu às solicitações contratuais com celeridade.</b>	Pontuação	Avaliação
Cumpriu o prazo estabelecido	10	
Cumpriu parcialmente o prazo estabelecido	5	
Não cumpriu o prazo estabelecido	0	
<b>Total de pontos</b>		

#### FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = Pontos “indicador A” + Pontos “indicador B” + Pontos “indicador C” + Pontos “indicador D” + Pontos “indicador E” + Pontos “indicador F” + Pontos “indicador G”

Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de ajuste de nível de serviço
De 95 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 90 a 94 pontos	98% do valor previsto	0,98
De 85 a 89 pontos	96% do valor previsto	0,96
De 80 a 84 pontos	94% do valor previsto	0,94
De 75 a 79 pontos	92% do valor previsto	0,92
De 70 a 74 pontos	90% do valor previsto	0,90
De 65 a 69 pontos	87% do valor previsto	0,87
De 60 a 64 pontos	85% do valor previsto	0,85
Abaixo de 59 pontos	80 % do valor previsto	0,80 + avaliar a possível rescisão contratual
Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]		

A avaliação abaixo de 70 pontos por três vezes, durante o período de 12 (doze) meses, poderá ensejar a rescisão do contrato.

#### RESULTADO DA MEDIÇÃO DO SERVIÇO

O valor para emissão da nota fiscal com base na medição do serviço da faixa de ajuste é de R\$.....

#### APÊNDICE X – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

<b>IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO</b>	
Nº OS:	Unidade Requisitante:

Data de Emissão:	Serviço:				
Contrato nº:	Processo nº:				
<b>IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA</b>					
Razão Social:	CNPJ:				
Endereço:					
Telefone:	Fax:	E-mail:			
<b>ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>					
Item	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade/Capacidade dos Reservatórios	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>					
<b>DEMAIS DETALHAMENTOS</b>					
<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO</b>					
Tipo de Reservatório	Quantidade	Endereço	Data a ser executado		
<b>RECURSOS FINANCEIROS</b>					
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:					
Programa de Trabalho:					
Elemento de Despesa:					
Fonte de Recurso:					
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS</b>					
Local, data		Local, data			
Responsável pela solicitação do serviço		Responsável pela avaliação do serviço			

**APÊNDICE XI - RELAÇÃO DE LOCAIS A SEREM ATENDIDOS**

Região	Unidade	Endereço	CEP	Frequência de Coleta
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 1 Guará	SRIA QI 06 Lote C - GUARÁ I	71.010-006	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 2 Guará	Guará II QE 23 - Área Especial S/N - Brasília - DF	71.025-000	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 3 Guará	QE 38 - GUARÁ II - ÁREA ESPECIAL	71.070-380	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 4 Guará	QELC - EQ 2/3, CONJUNTO LÚCIO COSTA	71.100-100	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 5 Guará	QE 38 - Conj. U, - Guará II	70.297-400	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 5 Guará - Antigo Horta Comunitária	QE 38 Conjunto O - ÁREA ESPECIAL (ESPAÇO DA HORTA COMUNITÁRIA)	72.220-388	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 1 - Estrutural UBS	ÁREA ESPECIAL 01 - SETOR CENTRAL	71.020-010	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 2 Estrutural	ÁREA ESPECIAL 19, ST CENTRAL - VILA ESTRUTURAL - Antigo TRE	71.255-230	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 1 Candangolândia	EQR 05/07, A/E Nº01, CANDANGOLÂNDIA	71.725-510	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 1 Núcleo Bandeirante	3ª AVENIDA - ÁREA ESPECIAL Nº03	71.720-586	SEMANAL
SRSCS	Policlínica do Núcleo Bandeirante	3ª AVENIDA - ÁREA ESPECIAL 03 - Núcleo Bandeirante	71.720-586	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 2 Núcleo Bandeirante	Rua 1 Setor dos Engenheiros A/E Nº02. (antiga bibliot. Metropolitana)	71.730-010	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 1 Park Way	Área Especial nº 01 - Vargem Bonita	71.715-520	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 3 Núcleo Bandeirante	A/E Nº01, VARGEM BONITA	71.715-520	SEMANAL
SRSCS	Policlínica Riacho Fundo I - Centro Sul	QS 16, Área Especial 14/15. Avenida Cedro	71.825-600	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 1 Riacho Fundo I	QN 09 AREA ESPECIAL 11 RIACHO FUNDO I	71.805-739	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 2 Riacho Fundo I	QN 01 - RF 1 - QN 01 CONJ. 32 A/E	71.805-132	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde nº 1 Riacho Fundo II	QC 06 CONJ. 16 LOTE 01 RF II	71.882-266	SEMANAL



SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 2 Riacho Fundo II	QC 01 - RF II - QC 01 CONJ. 10 LOTE 01	71.882-110	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 3 Riacho Fundo II	QN 07 A E B LOTES 01 E 02 ÁREA ESPECIAL	71805-708	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 4 Riacho Fundo II	A/E 01, CAUB	71.884-690	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 5 Riacho Fundo II	QS 09 CONJUNTO 01	71.884-376	SEMANAL
SRSCS	INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL	EPNB KM 04, A/E S/N, AV. SUCUPIRA, GRANJA DO RIACHO FUNDO - RIACHO FUNDO I	71.825-300	QUINZENAL
SRSCS	POLICLÍNICA RIACHO FUNDO II	EPNB KM 04, A/E S/N, AV. SUCUPIRA, GRANJA DO RIACHO FUNDO - RIACHO FUNDO I	71.825-300	QUINZENAL
SRSCS	HOSPITAL REGIONAL DO GUARÁ	ÁREA ESPECIAL - QI 06 - LOTE C - GUARÁ I	71.010-006	DIARIAMENTE
SRSCS	POLICLÍNICA DO GUARÁ	ÁREA ESPECIAL - QI 06 - LOTE C - GUARÁ I	71.010-006	DIARIAMENTE
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Varjão	Quadra 05 Conjunto A Lote 17 - VILA VARJÃO	71.555-133	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Lago Norte	SHIN QI 03, Área Especial- Lago NorteE	71.505-200	SEMANAL
SRSCS	ADOLESCENTRO DE BRASÍLIA (ANTIGO CS 06)	SGAS 605 Avenida L2 Sul- ASA SUL	70.200-650	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 - Asa Sul	SGAS QD 612/613 LT. 38/39.	70.200-720	SEMANAL
SRSCS	Centro Especializado da Saúde da Mulher - CESMU	EQS 514/515 - W3 SUL.	70.380-550	SEMANAL
SRSCS	CAPS - SETOR COMERCIAL SUL	SCS quadra 05 – Asa Sul.	70.305-000	SEMANAL
SRSCS	CEO - CENTRO ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICAS	SEPS 712/912. Asa Sul	70.390-125	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Asa Norte	SGAN QD 905, MÓDULO D, PLANO PILOTO	70.790-054	SEMANAL
SRSCS	Centro Especializado em Diabetes, Obesidade e Hipertensão (CEDOH)	EQN – 208/408 Asa Norte	70.853-450	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 2 Asa Norte	EQN 114/115 Área Especial – Asa Norte	70.764-400	SEMANAL
SRSCS	CEDIN - HOSPITAL DIA	EQS 508/509 – Asa Sul	70.351-580	SEMANAL
SRSCS	CTA (NTA) CENTRO DE TESTAGEM E ACOLHIMENTO - RODOVIÁRIA	Estação Rodoviária de Brasília – Mezanino – Plataforma do Meio	70.089-000	SEMANAL
SRSCS	Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III	SGAN 905 módulo D Asa Norte	70.790-054	QUINZENAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Cruzeiro	SHCES Quadra 601, Lote 01 Área Especial, Cruzeiro Novo	70.650-435	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 2 Cruzeiro	SETOR ESCOLAR LOTE 04 – Cruzeiro Velho	70.297-400	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 3 Lago Sul	SHIS QI - 21/23 Área Especial S/N LAGO SUL	71.655-200	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde - Granja do Torto	Quadra 1 Granja do Torto – Brasília/DF	70.636-003	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 3 Asa Norte (Vila Planalto)	Rua Piauí, Área Especial S/N.º Vila Planalto	70.790-050	QUINZENAL
SRSCS	COMPP E CAPS I - ASA NORTE	SMHN Conjunto A Bloco 1. Edifício COMPP – Asa Norte	70.335-900	CONFORME DEMANDA
SRSCS	HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE - HRAN	SMHN Quadra 101 Bloco A Área Especial – Asa Norte	70.710-100	DIARIAMENTE
SRSCS	Centro de Referência para o Atendimento de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (CRETEA)	Estação 108 Sul do Metrô-DF	70.390-100	SEMANAL
SRSOE	POLICLÍNICA II - Unidade 44 horas CEILÂNDIA	QNM 17 AE 01 (ANTIGO CS 01)	72.215-274	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 01 Ceilândia	QNP 07/11 SETOR P NORTE	72.240-540	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 02 Ceilândia	QNM 15 - LOTE F	72.225-150	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 03 Ceilândia	QNM 15 - LOTE D	72.215.150	SEMANAL
SRSOE	Policlínica - Antiga UBS 4	QNN 16 - LOTE F - CEILÂNDIA SUL - GUARIROBA	72.220.160	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 05 Ceilândia	QNN 16 - LOTE F - CEILÂNDIA NORTE	72.210-160	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 06 Ceilândia	EQNP 10/14 - LOTES E, F, G, H	72.210-160	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 07 Ceilândia	QNO 10 - ÁREA ESPECIAL D e E	72.255.000	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 08 Ceilândia	EQNP 13/17, LOTES A,B,C,D	72.241.540	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 09 Ceilândia	EQNP 28/32 - LOTES A,B,C,D	72.235-571	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 10 Ceilândia	QNN 12 - ÁREA ESPECIAL 01	72.220.120	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 11 Ceilândia	EQNO 17/18 - SETOR "O" EXPANSÃO	72.260.744	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 12 Ceilândia	EQNQ 03/04	72.270-300	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 13 Ceilândia	NÚCLEO RURAL DA BOA ESPERANÇA	72.227-991	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 14 Ceilândia	CONDOMÍNIO PRIVÊ LUCENA RORIZ Md 12 LOTE 01	72.268-000	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 15 Ceilândia	QNP 21 A/E S/N - VILA OLÍMPICA	72.242-000	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 16 Ceilândia	QUADRA 500, AE 02, SOL NASCENTE, CEILÂNDIA-DF	72.236-800	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 17 Ceilândia	EQNP 16/20 AE, LOTES E, F e G	72.231-560	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 18 Ceilândia CAIC - BERNARDO SAYÃO	QNN 28 ÁREA ESPECIAL H, I, J e K	72.220-280	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 19 Ceilândia - Vista Bela	DF-180, KM 42, Chácara 880 B, Núcleo Rural Alexandre Gusmão - Vista Bela.	72.701-997	QUINZENAL
SRSOE	FARMÁCIA DE ALTO CUSTO - Ceilândia	EQNM 18/20, BLOCO A e C - PRAÇA DO CIDADÃO	72.210-550	MENSAL
SRSOE	CAPS ad III - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	QNN 01 CONJUNTO A LOTES 45/47 - Av. Leste	72.225-011	QUINZENAL
SRSOE	UBS QNR Ceilândia	QNR 02, Área Especial 12. Ceilândia	72.275-324	QUINZENAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 1 Brazlândia	E/Q 06/08 NORTE ÁREA ESPECIAL 01 - SETOR NORTE	72.710-065	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 2 Brazlândia	QD. 45 ÁREA ESPECIAL Nº 01 - EXPANSÃO DA VILA SÃO JOSÉ	72.745-000	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 3 Brazlândia	QUADRA 03 LOTE 06 ÁREA COMERCIAL	72.738.990	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 4 Brazlândia	UBS - VEREDAS II - ÁREA COMERCIAL 01	72.725-100	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 5 Brazlândia	RESERVA A, DF 240/DF 008/DF 445, KM 04, VICINAL A ESQUERDA	72.710.990	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 6 Brazlândia	FAZENDA ALMÉCEGAS DF 180/DF 205 KM 05	72.799-899	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 7 Brazlândia	QD. 15 LOTE 02 LOJA 01 A/E 02 (ANTIGA SEDE DO DF DIGITAL	72.720-660	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 8 Brazlândia - Torre e Bucanhão	Radiobrás, Chácara Santa Helena, Capela Oeste	72.710-990	QUINZENAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde n° 09 Incra 8 - Brazlândia	CAAG, QD. 15 - BRAZLANDIA	72.760-120	SEMANAL
SRSOE	CAPS - Brazlândia	QUADRA 01 ÁREA ESPECIAL 02, SETOR VEREDAS	72.725-116	QUINZENAL

SRSOE	<b>HOSPITAL DE BRAZLANDIA</b>	ÁREA ESPECIAL Nº 06 - SETOR TRADICIONAL	72.720-901	DIARIAMENTE
SRSOE	<b>HOSPITAL DA CEILÂNDIA</b>	QNM 27 - ÁREA ESPECIAL 01	72.215-270	DIARIAMENTE
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 1 Taguatinga</b>	QNG ÁREA ESPECIAL Nº 18/19, TAGUATINGA NORTE	72.130-005	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 2 Taguatinga</b>	QND LOTE A - PRAÇA DO BICALHO	70.297-400	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 3 Taguatinga</b>	QNL 01 - ÁREA ESPECIAL Nº 02, TAGUATINGA NORTE	70.297-400	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 5 Taguatinga</b>	QSD ÁREA ESPECIAL Nº 23 - SETOR D SUL	72.020-260	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 6 Taguatinga</b>	QSC 01 - SETOR C SUL - ÁREA ESPECIAL Nº 01	72.016-010	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 7 Taguatinga</b>	QNM 36 - ÁREA ESPECIAL Nº 10 M NORTE	72.145-000	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 8 Taguatinga</b>	QNL 24, área especial.	72.161-409	SEMANAL
SRSSO	<b>CAPS I</b>	QNF ÁREA ESPECIAL 24 SETOR F NORTE	72.125-750	QUINZENAL
SRSSO	<b>CER II</b>	ÁREA ESPECIAL Nº 23 - SETOR C NORTE - LOTE 16	72.115-700	SEMANAL
SRSSO	<b>POLICLÍNICA</b>	C 12 ÁREA ESPECIAL Nº 01 - TAGUATINGA CENTRO	72.010-120	SEMANAL
SRSSO	<b>CRT - CENTRAL DE RADIOLOGIA</b>	QNG 10 ÁREA ESPECIAL Nº 02	72.130-002	SEMANAL
SRSSO	<b>CAPS II -Taguatinga</b>	QNA 39, AE 19 - TAGUATINGA NORTE	72.110-390	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 1 - VICENTE PIRES / Base Samu</b>	RUA 4C Chácara 12 Colônia Agrícola Samambaia	72.001-185	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 1 Águas Claras</b>	QS 05 Av. ÁREAL LOTE 24 - ÁGUAS CLARAS	72.130-077	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 2 Águas Claras</b>	QS 08, CONJUNTO 410 A, LOTE 15 AREAL	72.155-000	SEMANAL
SRSSO	<b>POSTO DE VACINAÇÃO ÁGUAS CLARAS</b>	Rua Manacá Lote 02 Bloco 1 Sala 07 – Prédio da Administração.	71.936-500	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 1 Recanto das Emas E CAPS I</b>	QD 307 A/E 01	72.621-426	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 2 Recanto das Emas</b>	AVENIDA RECANTO DAS EMAS - Q. 102 - AE 01	72.600-228	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 3 Recanto das Emas</b>	Quadra 104/105 Área Especial	72600-400	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 4 Recanto das Emas</b>	QUADRA 308 LOTE 02, AV. RECANTO DAS EMAS	72.622-120	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 5 Recanto das Emas</b>	Qd 804 lote 01 conjunto 20B, Avenida Monjolo	72.650-760	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 6 Recanto das Emas</b>	AV. PONTE ALTA QD. 604 - Dentro do Centro Olímpico	72.640-430	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 7 Recanto das Emas</b>	EMA 33 - NÚCLEO RURAL CASA GRANDE E MONJOLO	72.428-010	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 8 Recanto das Emas</b>	DF 280 Km 03 QD. 04 Setor Habitacional ÁGUA QUENTE	72.669-000	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 9 Recanto das Emas</b>	AV. RECANTO DAS EMAS - QD. 102 - ANEXO CS 02	70.600-125	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 10 Recanto das Emas</b>	AVENIDA MONJOLO - QD. 511/311 Lote 01	72.622-400	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 11 Recanto das Emas</b>	Quadra 01, LOTE 23 - Salomão Elias	72.650-030	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 1 Samambaia</b>	QR 408 AE 01	72318599	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 2 Samambaia</b>	QS 611 - AE 02	72.331-565	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 3 Samambaia</b>	QN 429 CONJ. F LOTE 01, EXPANSÃO SAMAMBAIA	72.329-000	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 4 Samambaia</b>	QN 512 CONJ. 02 LOTES 01, 02 e 03	72.312-702	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 5 Samambaia</b>	QN 523 área especial 01. Samambaia	72.317-520	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 6 Samambaia</b>	QS 122 conjunto 06 lote 01 Samambaia Sul	72.304.526	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 7 Samambaia</b>	QD 302 Conj. 05 Lote 01	72.300-639	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 8 Samambaia</b>	QS 314 CONJ. 05 Lote 01	72.308-515	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 9 Samambaia</b>	QN 317, A/E 01	72.307-716	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 10 Samambaia</b>	QN 501, CONJUNTO 07, CASA 31	72.311-207	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 11 Samambaia</b>	QR 831 conjunto 02, lote 1. Samambaia Norte	72.338-722	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 12 Samambaia</b>	QD 210, CONJUNTO 22, LOTE 01, SAMAMBAIA - DF	72.316-223	SEMANAL
SRSSO	<b>Unidade Básica de Saúde nº 13 Samambaia</b>	QD 615, AREA ESPECIAL Nº 01 - ANTIGO CAPS	72.322-583	SEMANAL
SRSSO	<b>CAPS AD III - 107</b>	QS 107, CONJ. 07, Lotes 3 e 4	72.301-527	QUINZENAL
SRSSO	<b>UAA - UNIDADE DE ACOLHIMENTO ADULTO</b>	QS 107, CONJUNTO 08, LOTES 3, 4 e 5	72.301-528	QUINZENAL
SRSSO	<b>CAPS III - Centro de atendimento psicossocial II</b>	CENTRO URBANO QS 302 CJ. 05 lote 1 - AO LADO DA CF SAMAMBAIA	72.300-639	QUINZENAL
SRSSO	<b>HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA</b>	QNC ÁREA ESPECIAL Nº 24 - TAGUATINGA NORTE	72.115-902	DIARIAMENTE
SRSSO	<b>HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA</b>	QS 614, CONJUNTO C, LOTES 01 e 02	72.322-583	DIARIAMENTE
SRSLE	<b>CASA DE PARTO</b>	CENTRO DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES QD. 02, A/E, CONJ. 10, CENTRO	71.691-081	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde nº 1 Itapoã</b>	QD 378, CONJ. L - A/E - DEL LAGO	71.593-620	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde nº 2 Itapoã</b>	A/E - ENTREQADRA 61/318	71.591-505	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde nº 3 Itapoã</b>	QD 378 CONJ. A LT 04	71.593-620	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde nº 4 Itapoã</b>	GALPÃO DF 250 - Km 8 Chácara Nutri - Rural, DF	73.007-994	QUINZENAL
SRSLE	<b>CAPS - AD - ITAPOÃ</b>	Quadra 378, CONJ A, área especial nº 4, Del Lago - Itapoã	71.593-620	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde nº MANGUEIRAL</b>	Praça de Atividades 02 - PA 2, Lote 01, Setor Habitacional Mangueiral	71699-195	SEMANAL
SRSLE	<b>CAPS II</b>	QD 02, área especial, Setor Hospitalar Paranoá	71570-211	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde PARANOÁ PARQUE</b>	Quadra 02, conjunto 6, área especial 4. Paranoá Parque	71.587-034	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde nº 1 Paranoá</b>	Quadra 21, área especial, Paranoá.	71.572-101	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde nº 2 Paranoá</b>	Quadra 18, área especial, Paranoá.	71.571-800	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde nº 3 Paranoá Parque</b>	Quadra 02, conjunto A, Área Especial. Paranoá.	71.570-201	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde nº 4 Jardim II Paranoá RURAL</b>	DF 285, KM 23, Área Especial, Jardim II, Paranoá.	73.370-994	SEMANAL
SRSLE	<b>Unidade Básica de Saúde nº 5 - Paranoá PSR - QUEBRADA DOS NERES</b>	DF 130 Km 56 Quebrada dos Neres - Paranoá,	71.590-000	SEMANAL

SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 6 Cariru Paranoá UBS RURAL	COLÔNIA AGRÍCOLA CARIRU DF 120 A/E	71.570-000	SEMANAL
SRSLE	Núcleo Rural Três Conquistas (Apoio UBS 6)	DF 130, KM 21, Núcleo Rural Três Conquistas - Paranoá	71.590-000	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 7 Café Sem Troco Paranoá UBS RURAL	DF 270, KM 02, Café sem troco.	71570-000	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 8 PAD-DF Paranoá UBS RURAL	BR 251, KM 07, PADDF	71.589-899	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 5 Capão Seco Paranoá UBS RURAL	Núcleo Rural Capão Seco Colônia Agrícola DF 125, BR 251	71.570-001	SEMANAL
SRSLE	PONTO DE APOIO VINCULADO A CARIRU	DF 130, KM 21, S/N, Núcleo Rural Três Conquistas - Paranoá	71.586-400	QUINZENAL
SRSLE	Policlínica de São Sebastião	CENTRO DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES QD. 02, A/E, CONJ. 10, CENTRO	71.691-081	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 1 São Sebastião	Centro de Múltiplas Atividades, área especial nº 10 - Centro - São Sebastião/DF.	71.691-047	QUINZENAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 2 São Sebastião	Q. 101, conj. II, lote 1, - TRE - Residencial Oeste - São Sebastião	71.962-000	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 03 Residencial Oeste São Sebastião	QD. 301, CONJ. 06, LOTE 01 - Oeste- São Sebastião	71.692-000	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 04 Morro Azul São Sebastião	VILA OLÍMPICA - Morro Azul - São Sebastião	71.697-015	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 05 Nova Betânia São Sebastião UBS RURAL	DF 140, KM 7,5, POSTO RURAL. Ao Lado da Emater. Nova Betânia	71.681-990	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 06 São Francisco São Sebastião	CONJUNTO 05, CASA 01, BAIRRO SÃO FRANCISCO - São Sebastião	71.693-305	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 07 MORRO DA CRUZ	CHÁCARA 10, MORRO DA CRUZ - São Sebastião	71.693-500	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 8 - Cavas de Baixo	BR 251, Km 29 - Espaço Núcleo Rural Cavas de Baixo	71.691-047	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 9 São Sebastião BOSQUE I	RUA DA ESCOLA, 540 - VILA NOVA - São Sebastião	71.693-168	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 10 - JOÃO CÂNDIDO	RUA 14, LOTE 21, LOJAS 1,2 E 3, BAIRRO JOÃO CÂNDIDO - São Sebastião	71.693-210	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 11 - RES. DO BOSQUE II	RUA 26, Conjunto B, CASA 17 RES. DO BOSQUE II - São Sebastião	71.694-024	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 12 São José São Sebastião	QD. 31, LT 06, BAIRRO VILA SÃO JOSÉ - São Sebastião	71.693-032	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº 19 Vila do Boa São Sebastião	RUA 07, CASA 400, BAIRRO VILA DO BOA -São Sebastião	71.697-329	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde nº Tororó Santa Maria	Comercial Alpha Center, BOX 18 DF 140Km 4,5 Setor Habitacional Tororó	72.510-418	QUINZENAL
SRSLE	HOSPITAL REGIONAL DO PARANOÁ	Área especial hospitalar, quadra 2, conj. K, lote 1, Paranoá-DF	71.570-130	DIARIAMENTE
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 1 Sobradinho	QD 14 - A/E Nº 22/23, SOBRADINHO	73.050-140	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 2 Sobradinho I	QD 03- A/E (entre conjuntos D/E)- SOBRADINHO	73.030-038	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 3 Sobradinho	A/E Novo Setor de Mansões Nova Colina, Sobradinho	73.017-017	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 4 Sobradinho - Rota do Cavalo	DF 440, Cond. Res. Serra Verde, Km 12, sala anexa a Paróquia Nossa Senh. Fátima	73.031-615	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 5 Sobradinho	Área Especial 01, Lote 01- Associação de Moradores, Vila BASEVI, Sobradinho.	73.100-720	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 6 Sobradinho	ROD. DF 001, KM 120, RUA 08, CHÁC. 187, LAGO OESTE - SOBRADINHO	73.070-056	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 1 Sobradinho II	AR 13, conjunto 07, lote 01, área especial- SOBRADINHO II	73.062-712	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 2 Sobradinho II	DF 420, em frente a AR 11, Complexo de saúde, Setor de Mansões. Ao lado da UPA	73.030-030	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 3 Sobradinho II	Quadra 45 A, conj. A, lote 56 - Cond. Vale dos Pinheiros, sede da Assoc. de moradores	73.070-056	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 4 Sobradinho II	QMS 30, Área Especial 01. Condomínio MINI-CHÁCARAS, SOBRADINHO II	73.081-180	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 5 Sobradinho II	QMS 16, Rua 14, Casa 01- Condomínio MINI-CHÁCARAS, Morada da Serra	73.017-017	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 6 Sobradinho II	QD. 12, LOTE 01- CONDOMÍNIO VALE DAS ACÁCIAS. SOBRADINHO II	73.070-056	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 7 Sobradinho II	Quadra 05, Área Especial A 01, Vila Buritizinho	73.011-160	QUINZENAL
SRSNO	CAPS AD Centro de Atenção Psicossocial	AR 17, CHÁCARA 14. SOBRADINHO II.	73.062-700	QUINZENAL
SRSNO	CAPS I INFANTIL	QD. 04 AE - ANTIGA CASA DO ADMINISTRADOR.	73.025-035	QUINZENAL
SRSNO	Posto de Saúde Rural nº 1 Fercal - RUA DO MATO	ROD. DF 150, KM 11, CHÁCARA 02, Núcleo Rural Rua do Mato	73.007-997	SEMANAL
SRSNO	Posto de Saúde Rural nº 2 Fercal - CÓRREGO DO OURO	DF 205, NÚCLEO RURAL CÓRREGO DO OURO	73.060-708	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 1 Fercal	DF 150, Km 12, Quadra 10, lote 14 - FERCAL.	73.150-030	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 2 Fercal - CATINGUEIRO	ROD. DF 205- OESTE KM 13 Núcleo Rural 13, Fercal - CATINGUEIRO	73.151-010	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 3 Fercal - LOBEIRAL	Sítio Patrícia. DF 326, KM 8, Núcleo Rural LOBEIRAL - FERCAL	73.062-301	SEMANAL
SRSNO	Policlínica	Q. 18, conjunto H, A/E 01, Setor Res. Leste, Buritis IV, (Antigo SEDEST)	73.320-020	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 1 Planaltina (SEDEST)	Q. 18, conjunto H, A/E 01, Setor Res. Leste, Buritis IV, (Antigo SEDEST)	73.320-020	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 2 Planaltina - POMBAL	EQ 1/10 - ÁREA ESPECIAL SEM NUMERO - VILA BURIRTIS, PLANALTINA	73.340-100	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 3 - Planaltina - CEP SAÚDE	Setor Hospitalar Área Especial (CEP SAUDE), PLANALTINA	73.310-902	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 4 Planaltina	ESTÂNCIA NOVA PLANALTINA QD. 2 RUA A área especial, Estância	73.402-015	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 5 Planaltina	QD 12, CONJ. A, A/E - ARAPOANGA	73.368-664	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde nº 6 Arapoanga Planaltina	QD 08, CONJ. 01, ARAPOANGA	73.350-100	SEMANAL

SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 7 - Jardim Roriz - Planaltina	ENTREQUADRA 03/04 ÁREA ESPECIAL 002 - JARDIM RORIZ	73.340-300	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 8 - VALE DO AMANHECER	Vale do Amanhecer - Planaltina	73.370-061	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 9 Santos Dumont Planaltina	DF 130, KM 25, NÚCLEO RURAL SANTOS DUMONT	73.310-000	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 10 Taquara Planaltina	QUADRA 01, ÁREA ESPECIAL, NÚCLEO RURAL TAQUARA	73.389-009	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 11 Rajadinha Planaltina	Núcleo Rural da Rajadinha II, RUA 02, LOTE 16/17, Chácara Rio Doce	73.307-990	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 12 - Bica do DER	DF 128, Conjunto A, LOTE 13- COND. SAMAÚNA, BICA DO DER	73.391-153	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 13 São José Planaltina	DF 250, NÚCLEO RURAL SÃO JOSÉ, Área Especial, PLANALTINA	73.390-100	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 14 Tabatinga Planaltina - TABATINGA	DF 120, NÚCLEO RURAL TABATINGA, PLANALTINA	73.307-997	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 15 Rio Preto Planaltina	DF 320, KM 10, NÚCLEO RURAL RIO PRETO, 01, PLANALTINA	73.390-200	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 16 Pipiripau Planaltina - UBS Rural	DF 205, VC 103, NÚCLEO RURAL PIRIPAU II, ÁREA ADMINISTRATIVA	73.307-992	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 17 - JARDIM MORUMBI	NÚCLEO RURAL JARDIM MORUMBI, QD N, LOTE 15, GLEBA F, DF 128 KM 03	73.307-990	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 18 - Centro Olímpico	SETOR RECREATIVO E CULTURAL, MÓDULO ESPORTIVO S/N, CENTRO OLIMPICO	73.310-100	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 19 - SUCUPIRA	SETOR RES. OESTE, Vila Nossa Senh. Fátima, Parque Ecológico Sucupira	73.343-010	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 20 Planaltina	A/E 9A, SETOR NORTE (AO LADO DA ESCOLA CLASSE VIVÊNCIA), PLANALTINA	73.310-690	SEMANAL
SRSNO	CAPS II - PLANALTINA	VIA W/L N° 4 - SETOR HOSPITALAR OESTE - A/E	73.310-010	SEMANAL
SRSNO	CERPIS - Centro de Prática Integrativas em Saúde	VIA W/L N° 4- SETOR HOSPITALAR OESTE - A/E	73.010-901	SEMANAL
SRSNO	HOSPITAL REGIONAL DE PLANALTINA	VIA W/L N° 4 - SETOR HOSPITALAR OESTE - A/E	73.310-000	DIARIAMENTE
SRSNO	HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO	QD 12 - A/E 01 - SETOR CENTRAL	71.928-720	DIARIAMENTE
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 1 Gama	Qd. 06 AE lote 06 Setor Sul Gama	72.415-300	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 2 Gama	QD. 11 - LOTES A, B, C e D - A/E - SETOR SUL GAMA	72.450-110	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 3 Gama	EQ 3/5 - ÁREA ESPECIAL - SETOR LESTE GAMA	72.425-035	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 4 Gama	Praça 03, AE 02, Setor Leste Gama	72.460-000	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 5 Gama	Qd. 38 AE Setor Central, Lado Leste, Gama	72.405.380	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 6 Gama	EQ. 12/16 - ÁREA ESPECIAL - SETOR OESTE GAMA	72.465.390	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 7 Gama	A/E N° 19 - SETOR CENTRAL, LADO OESTE. ESTÁDIO BEZERRÃO	72.405-170	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 9 Engenho das Lages Gama	BR 060 RUA LÍBANO CASA n° 13 – Engenho das Lages.	72.457-996	QUINZENAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 10 Gama	Rodovia 180 Km 32 - Ponte Alta do Gama (Ponto de Apoio UBS 12)	72.457-996	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 11 Gama	Ass.dos Produtores Rurais Ponte Alta Norte ROD DF 475, KM 07	72.457-993	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 12 Gama	DF 290, ANTIGO POSTO DA RECEITA FEDERAL.	72.410-990	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 13 Gama	Núcleo Rural Casa Grande, Ponte Alta Norte. Gama - DF.	72.600-100	SEMANAL
SRSSU	GAOAPS-SU GAMA	Quadra 12 AE, Setor Oeste- Gama – DF.	72.425-120	QUINZENAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 1 Santa Maria	QR 307 CONJ. T LOTE 02 - Santa Maria.	72.507-400	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 2 Santa Maria	QR 217/317 - LOTE E – A/E (DGS).	72.547-305	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 3 Santa Maria	QD 100 Conjunto I, Lote 01 A/E, Santa Maria.	72.500-413	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 4 Santa Maria	QR 206 AE (antigo posto policial - em frente ao CJ F Lt 13). Santa Maria - DF	72.546-304	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 5 Santa Maria	QR 212/313 - A/E, SANTA MARIA.	72.542-400	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 6 Santa Maria	EQ 202/303, Lote 02, Área Especial, SANTA MARIA.	72.502-400	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 7 Santa Maria	Rua BRIGADEIRO PINTO DE MOURA s/n RESIDENCIAL SANTOS DUMONT	72.593-000	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 8 Santa Maria (Cora Coralina)	QR 417/517 Módulo E, Centro Comunitário Cora Coralina.	72.547-325	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 9 Santa Maria	CL 109, Lote D, Santa Maria - DF	72.500-200	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 10 DVO Santa Maria	RUA DO EUCALÍPTO n° 04 A/E DO DVO	72.509-405	SEMANAL
SRSSU	POLICLÍNICA GAMA	Praça 2, Lote 14, Setor Central, GAMA	72.405-610	DIARIAMENTE
SRSSU	HOSPITAL REGIONAL DO GAMA	ÁREA ESPECIAL n° 01 - SETOR CENTRAL GAMA	72.405-901	DIARIAMENTE
SVS	DIVAL ZONOSSES	AENW trecho 2 lote 4 - Ao lado do Hospital da Criança Setor Noroeste, Brasília - DF	70.655-775	SEGUNDA, QUARTA, SEXTA
SVS	LACEN	SGAN, QD 601, LOTES O E P	70.830-010	DIARIO
SVS	NUVAL PLANALTINA	Avenida Independência, Quadra 02, Bloco J, Setor Comercial, Planaltina	73.310-320	MENSAL
SVS	NUVAL CEILÂNDIA	CEILÂNDIA NORTE – EQNN 05/07 ÁREA ESPECIAL	72.225-064	MENSAL
SVS	NUVAL CEILÂNDIA SUL	QNM 15 MODULO D ÁREA ESPECIAL Ceilândia Sul	72.215-150	MENSAL
SVS	NUVAL GUARÁ	QE 12 ÁREA ESPECIAL “D” GUARÁ I (EM FRENTE AO CENTRO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ)	71.010-320	MENSAL
SVS	NÚCLEO DE CONTROLE QUÍMICO - NCQB	Núcleo de controle químico e biológico - STRC Trecho 02; CL Bloco B/C - lote 1-4. Z. Industrial - Guará - DF	71.225-552	SEMANAL
SVS	NUVAL NORTE	EQN 114/115 – CENTRO DE SAÚDE N.º13 – UBS 02	70.764-400	MENSAL
SVS	NUVAL NÚCLEO BANDEIRANTE	3ª AVENIDA ÁREA ESPECIAL 3 – INSPETORIA DE SAÚDE (AO LADO DO POSTO DE SAÚDE)	71.705-030	MENSAL
SVS	NUVAL PARANOÁ	QD 03 ÁREA ESPECIAL LOTE 07 (ATRÁS DO FORUM)	71.570-030	MENSAL
SVS	NUVAL RECANTO DAS EMAS	QD 104/105 LOTE 03 SETOR HOSPITALAR – AVENIDA RECANTO DAS EMAS	72.650-600	MENSAL

	SVS	NUVAL SAMAMBAIA	QUADRA 302 ÁREA ESPECIAL LOTE 07 SAMAMBAI SUL — ATRÁS DO FÓRUM	72.300-655	MENSAL
	SVS	NUVAL SANTA MARIA	QC 01 BLOCO B/C ÁREA ESPECIAL.	72.500- 102	MENSAL
	SVS	NUVAL SÃO SEBASTIÃO	RUA 47 “A” NÚMERO 50 (ATRÁS DA PRAÇA TIÃO AREIA)	71.691-047	MENSAL
	SVS	NUVAL TAGUATINGA	QSE 11/13 ÁREA ESPECIAL Nº 02 INSPETORIA DE SAÚDE	72.025-110	MENSAL
	SVS	NUVAL GAMA	ÁREA ESPECIAL 07 SETOR CENTRAL DO GAMA (AO LADO DA RODOVIÁRIA)	72.405-610	MENSAL
	SVS	NUVAL BRAZLANDIA	ÁREA ESPECIAL 04 LOTE 09 – SETOR TRADICIONAL (AO LADO DA ADMINISTRAÇÃO DE BRAZLÂNDIA)	72.720-040	MENSAL
	SVS	NISSS - Núcleo de Inspeção São Sebastião	RUA 47 LOTE 50 - A CENTRO	70.297-400	SEMANAL
	SVS	NISAS - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE DA ASA SUL	SAIS - A/E Nº10 - BRASÍLIA	70.602-900	QUINZENAL
	SVS	GRF - Gerência de Rede de Frio	SGAP LOTE 06 BLOCO G, Parque de Apoio da SES/DF	71.200-010	SEMESTRAL OU CONFORME DEMANDA
	URD	HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA - HAB	AENW 03, lt. A, Setor Noroeste	70.684-831	DIARIAMENTE
	URD	HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE BRASÍLIA - HMIB	SGAS - QD 608 - MÓDULOS 54,55,56,57 E 58 - L2 SUL	70.203-900	DIARIAMENTE
	URD	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO - HSPV	QSC 01, área especial - Taguatinga Sul	72.016-010	DIARIAMENTE
	CRDF	CRDF - Núcleo de Assistência Farmaceutica - Central de Regulação do SAMU	S.I.A TR 03 LOTES 2090/2100	71.200-033	MENSAL
	CRDF	CRDF - SAMU QNG	QNG ÁREA ESPECIAL Nº 18/19, TAGUATINGA NORTE	72.130-190	SEMANAL
	CRDF	CRDF - SAMU - COORDENAÇÃO - RIACHO FUNDO I	RIACHO FUNDO I, ÁREA ESPECIAL 3, LT 11 (PRÉDIO DF DIGITAL)	71.805-700	SEMANAL
	CRDF	CRDF - BASE DO SAMU - Recanto das Emas	Avenida Recanto das Emas Quadra 102 Área Especial	72.600-229	MENSAL
ÓRGÃO VINCULADO		FEPECS	Setor Médico Hospitalar Norte - Asa Norte, Brasília - DF	70.710-907	SEMANAL
ÓRGÃO VINCULADO		HEMOCENTRO	SMHN, conjunto A, Asa Norte	70.710-908	DIARIAMENTE
	SULOG	Gerência de Armazenamento e Distribuição de Medicamentos e Materiais Laboratoriais - GADMLAB	SGAP, Lote 06, Bloco G, - SIA, Área Especial - Guará	71.215-000	CONFORME DEMANDA
	SULOG	NUMEBE (GADMLAB)	S.I.A TR 04 LOTES 1840/1890	71.200-040	CONFORME DEMANDA
	SULOG	NÚCLEO DE FARMÁCIA AMBULATORIAL JUDICIAL (NUFAJ)	SGAP LOTE 6 BLOCO G - SIA - PARQUE DE APOIO SES-DF	71.215-000	SEMESTRAL
	SULOG	Gerência de Comp. Esp. da Assist. Farmacêutica - GCEAF	ASA SUL - ESTAÇÃO DO METRÔ 102/103 - SMHS - 101 A/E 1 - BRASÍLIA - D32	70.330-400	QUINZENAL
	SULOG	Farmácia de Alto Custo - Gama	Praça 1, s/n – Setor Leste, Gama/DF	70.330-000	MENSAL
	CBMDF	1º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Vila Planalto - Via N1 LT 04 AE S/N	70.100-000	QUINZENAL
	CBMDF	2º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Taguatinga Norte QNB - Área Especial nº01	72.115-300	SEMANAL
	CBMDF	3º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	SIA - Trecho 01 Área Especial 01	70.200-010	QUINZENAL
	CBMDF	6º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Núcleo Bandeirante - 3º Avenida AE nº02	71.700-000	QUINZENAL
	CBMDF	7º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Brazlândia - Área Especial nº 01 Lote S/N Setor Tradicional	72.720-030	QUINZENAL
	CBMDF	8º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Ceilândia Norte - QNM 18, Área Especial Nº2	72.210-180	SEMANAL
	CBMDF	9º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Avenida W1 1 – Área Especial nº 09 Setor Norte, DF	73.316-690	QUINZENAL
	CBMDF	10º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Paranoá - Quadra 33 Lote 03	71.570-010	QUINZENAL
	CBMDF	11º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Lago Sul -QI 11 Área Especial S/N	71.625-205	QUINZENAL
	CBMDF	13º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Guará I - QE 02 Área Especial S/N	71.010-011	QUINZENAL
	CBMDF	15º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Brasília Asa Sul - Bloco "A" AE nº16	70.610-200	QUINZENAL
	CBMDF	16º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Gama - Quadra 02, Área Especial S/N, Setor Norte	72.430-000	QUINZENAL
	CBMDF	17º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	São Sebastião - EQ 201/202, AE S/N	71.690-000	QUINZENAL
	CBMDF	18º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Santa Maria Norte - QR 118 AE S/N	72.800-000	QUINZENAL
	CBMDF	19º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Candangolândia - QR 01-A LT 01/02 Praça Bosque	71.725-070	QUINZENAL
	CBMDF	21º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Riacho Fundo - Quadra 306/7 AE S/N	70.297-400	QUINZENAL
	CBMDF	22º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Sobradinho - Quadra Central AE "E"	73.010-700	SEMANAL
	CBMDF	25º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Águas Claras - Av Sibipiruna, Lote 07	71.928-720	QUINZENAL
	CBMDF	34º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Lago Norte - SHIN QI 03, Lote "E", AE S/N	71.605-200	QUINZENAL
	CBMDF	36º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Recanto das Emas - AE nº01, Quadra 300, Av Recanto das Emas	72.620-159	QUINZENAL
	CBMDF	37º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Samambaia Sul - QD 201, Conj 02, Lote 01, AE S/N	72.341-002	QUINZENAL
	CBMDF	41º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Ceilândia Norte - QES, ST Industrial, AE nº05	72.265-503	QUINZENAL
	CBMDF	45º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Sudoeste - EQRS 7/8, Lote 03	70.675-760	MENSAL
	CBMDF	Grupamento de Aviação Operacional - GAVOP	SAIN - Lote "D", Módulo "E" - AEROPORTO	70.610-600	MENSAL

CBMDF	Grupamento de Proteção Ambiental - GPRAM	Asa Norte - SGAN 916 AE S/N	70.910-160	QUINZENAL
CBMDF	Grupamento de Atendimento de Emergência Pré-Hospitalar - GAEPH	Guará II - QE 38 AE nº6-B Lote 01	71.070-040	SEMANAL
CBMDF	SIERRA III	Rodovia BR 060, altura do Km 13	72.317-800	QUINZENAL

**ANEXO II**

**PLANILHA CONSOLIDADA DE PREÇOS**

ITEM	CÓDIGO BR	AMPLA CONCORRÊNCIA - DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)
01	19380	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, nas dependências internas e externas, das unidades desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), conforme condições e especificações do termo de referência e seus anexos, sob inteira responsabilidade da Contratada, com padrão de excelência necessário, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, EPI's, como também todos os insumos necessários à correta execução dos serviços.	Quilograma	240.460	2.885.520	7.213.800
				R\$ 733.403,0000	R\$ 8.800.836,0000	R\$ 22.002.090,0000

**ANEXO III**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_ – SES/DF  
PROCESSO SEI Nº 00060-00084933/2025-94  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_

**VALIDADE:** 12 (doze) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR**, na qualidade de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 20 de fevereiro de 2025, publicado na Edição nº 16-A do DODF, de 20 de fevereiro de 2025, pg. 1, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, RESOLVE registrar o preço da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, na quantidade estimada anual, de acordo com a classificação por ela alcançada no(s) item(ns), observadas as condições do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ (ID SEI), da Proposta de Preços (ID SEI), que integra este instrumento de registro, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. CLÁUSULA I - DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, especificado(s) no Termo de Referência, ANEXO I do edital de Licitação nº ..... que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**1.2.** O Sistema de registro de Preços não obriga a compra ou contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

**2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:				
CGC/CNPJ:	INSC ESTADUAL:	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA-CORRENTE
TELEFONE:				
CEP:	E-MAIL:			
SÓCIO-DIRETOR:		RG:	CPF:	
PROCURADOR:		RG:	CPF:	



ITEM	CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	APRESENT	QUANT.	VALOR	
	SES	BR						UNITÁRIO	TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá à SES-DF, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art. 192 do Decreto-DF 44.330/2023.

3.2. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à **Gerência de Hotelaria em Saúde - GHS/DIAOP/CEAOP/SINFRA/SEGEA/SES.**

3.3. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. CLÁUSULA IV - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. **Será determinado, na Ordem de serviço, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, visando a transição contratual.**

### 5. CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.18 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.14.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.14.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.14.2. mantiverem sua proposta original.

5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.16. O registro a que se refere o item 5.14. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.14.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

### 6. CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado,

mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- 6.5.1.** a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
  - 6.5.2.** a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
  - 6.5.3.** seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 6.6.** A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.7.** Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.
- 6.8.** Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 6.9.** Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.10.** Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.11.** Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.
- 6.12.** Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 6.13.** Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
- 6.13.1.** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
  - 6.13.2.** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.14.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a sua extinção da necessidade administrativa.

## **7. CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.3.** Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 7.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.5.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.6.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.7.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.8.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.9.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.
- 7.10.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1.3 e 9.1.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.11.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1 e no item 7.2., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.12.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. CLÁUSULA VIII - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 8.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - 8.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  - 8.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 8.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 8.4.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 8.5.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 8.6.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não

tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 8.1.

**8.7. Dos limites para as adesões:**

**8.7.1.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**8.7.2.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**8.8.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**9. CLÁUSULA IX - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**9.1.1.** for liberado pela Administração Pública;

**9.1.2.** descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**9.1.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**9.1.4.** sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**9.1.5.** não aceitar o preço revisado pela Administração.

**9.2.** A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**9.2.1.** por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;

**9.2.2.** por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**9.3.** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**9.4.** O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

**10. CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES**

**10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**10.2.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**10.3.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

**10.4.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**11. CLÁUSULA XI - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**11.1.** As contratações decorrente da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Contrato Administrativo, conforme condições estabelecidas em edital.

**12. CLÁUSULA XII - CONDIÇÕES GERAIS**

**12.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

**12.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

**12.3.** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em \_\_\_\_\_ vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

**12.4.** E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

NOME SIGNATÁRIO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

NOME SIGNATÁRIO

LICITANTE VENCEDOR

PROCESSO SEI Nº 00060-00084933/2025-94

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_ – SES/DF

1º LUGAR

EMPRESA:

CGC/CNPJ:	INSC ESTADUAL:	BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA-CORRENTE
TELEFONE:				
CEP:	E-MAIL:			
SÓCIO-DIRETOR:	RG:		CPF:	

PROCURADOR:	RG:	CPF:
-------------	-----	------

ITEM	CÓDIGO		DESCRIÇÃO	UNID	MARCA/ FABRICANTE	APRESENT	QUANT.	VALOR	
	SES	BR						UNITÁRIO	TOTAL

ANEXO “A” - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

PROCESSO SEI Nº 00060-00084933/2025-94						
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____						
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ – SES/DF						
2º LUGAR E DEMAIS LUGARES						
EMPRESA:						
CNPJ:						
ITEM	CÓDIGO SES		DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

PROCESSO SEI Nº 00060-00084933/2025-94						
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____						
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ – SES/DF						
3º LUGAR E DEMAIS LUGARES						
EMPRESA:						
CNPJ:						
ITEM	CÓDIGO SES		DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

MODELO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2025 - SES-DF, QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E A EMPRESA .....

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR, CPF nº 9xx.xxx.xxx-15**, na qualidade de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 20 de fevereiro de 2025, publicado na Edição Extra nº 16-A do DODF, de 20 de fevereiro de 2025, pg. 1, e a empresa ....., doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº ....., com sede no endereço ....., CEP: ....., e-mail: ....., Telefone: ....., representada por ....., portador (a) do RG ....., inscrito (a) no CPF nº ....., na qualidade de representante legal, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência 4 (192047555), **Edital de Licitação (.....)**, **Proposta da empresa (.....)**, da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, nos termos do Termo de Referência 4 (192047555), **Edital de Licitação (.....)**, **Proposta da empresa (.....)**, da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 e alterações posteriores, **que passam a integrar o presente Termo.**

TEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO ID E-COMPRAS	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR TOTAL 30 MESES (R\$)
1	N/A	17460	19380	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF, nas dependências internas e externas, das unidades desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), <b>conforme condições e especificações deste termo de referência e seus anexos</b> , sob inteira responsabilidade da Contratada, com padrão de excelência necessário, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, EPI's, como também todos os insumos necessários à correta execução dos serviços.	Quilograma	240.460	2.885.520	7.213.800	3,05	8.800.836,00	22.002.090,00
Observação: Para fins de medição e/ou faturamento, considera-se que <b>1.000 (mil) quilogramas correspondem a 1 (uma) tonelada</b> . Ou seja, 240.460 quilogramas correspondem a 240.46 toneladas.											

3.2. Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. REGIME DE EXECUÇÃO

4.1.1. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**, nos termos do inciso I do § 1º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, considerando que a medição e o pagamento dos serviços ocorrerão com base na quantidade efetivamente coletada, transportada, tratada e destinada de resíduos dos serviços de saúde (RSS),

aferida por meio de sistema de pesagem (balança eletrônica), conforme unidades de medida previstas no contrato.

## 4.2. SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1. A subcontratação, total ou parcial, do objeto licitado não será permitida.

## 4.3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.4. A contratada, quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde - PGRSS elaborado pelas unidades de saúde da rede SESDF, além de obedecer às diretrizes constantes na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC da Anvisa nº 222 de 28 de março de 2018.

4.4.1. O quantitativo total mensal de resíduos Coletados e Tratados, com base no peso recolhido em cada unidade geradora, conforme levantamento realizado no item 7 do Estudo Técnico Preliminar, durante o período de janeiro de 2024 à março de 2025, foi de 192,37 (cento e noventa e dois, vírgula trinta e sete) toneladas/mês. Acrescido com margem de segurança de 25% (vinte e cinco por cento).

4.5. A Contratada deverá fornecer, em quantidade suficiente, recipientes apropriados (tais como bombonas ou outros que atendam à legislação vigente), destinados à dispensação e armazenagem dos resíduos descritos anteriormente. Esses recipientes deverão estar devidamente identificados conforme os critérios estabelecidos na NBR 7500/2023, sendo de responsabilidade da Contratada a manutenção, conservação e descontaminação dos mesmos, em conformidade com o Procedimento Operacional Padrão (POP) de Higienização de Bombonas.

4.6. A contratada deverá fornecer, continuamente, os recipientes (bombona ou contêiner) para a coleta dos resíduos, contendo as seguintes características: resistentes, rígidas e estanques, com tampa rosqueável, adequadas para o armazenamento dos resíduos líquidos, sólidos, químicos e tóxicos, com identificação conforme legislação vigente, em número suficiente para dispensação e armazenagem dos resíduos, sendo a empresa responsável pela manutenção, conservação e descontaminação dos mesmos.

4.7. A Contratada deverá fornecer recipientes apropriados (bombonas ou contêineres) em coloração padronizada e diferenciada, visando o estrito cumprimento da segregação na fonte e a identificação visual dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) de acordo com sua classificação de risco. Desse modo, a Contratada deverá disponibilizar os recipientes em, 03 (três) distintas identificações visuais, que correspondam, respectivamente, aos resíduos Potencialmente Infectantes (Grupo A), Resíduos Químicos (Grupo B) e Resíduos Perfurocortantes (Grupo E). Esta exigência visa garantir a aderência aos requisitos de biossegurança e gerenciamento de RSS estabelecidos na Resolução CONAMA nº 358/2005 e na RDC ANVISA nº 222/2018.

4.8. A Contratada deverá dispor de sistema informatizado de controle e rastreabilidade que permita comprovar, em tempo real, a coleta, o transporte e a entrega dos recipientes contendo Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). O sistema deverá estar integrado a dispositivo móvel com leitor de QR Code ou tecnologia similar, assegurando o registro eletrônico das operações de forma georreferenciada. Cada movimentação deverá ser automaticamente registrada em plataforma digital acessível à Contratante, permitindo o acompanhamento contínuo, a geração de relatórios e a validação eletrônica das atividades executadas.

4.9. O sistema deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações mínimas para cada operação: identificação da unidade geradora de resíduos (nome e código da unidade), o total de recipientes existentes na unidade com seus respectivos pesos, quantitativo de recipientes efetivamente coletados e os respectivos pesos aferidos no momento da coleta, bem como data, hora e local da operação, com registro georreferenciado, identificação do condutor/coletor e do funcionário da Contratante responsável pela validação, confirmação eletrônica da coleta por meio de login e senha ou assinatura digital do servidor designado pela unidade ou funcionário responsável pela validação.

4.10. Os dados acima deverão ser armazenados em ambiente digital seguro, com acesso pela fiscalização contratual, e integrados ao MTR Digital, nos termos da Portaria MMA nº 280/2020.

4.11. Os recipientes utilizados para o acondicionamento dos resíduos (bombonas ou outro modelo que atenda à legislação vigente) somente poderão ser recolhidos pela Contratada caso estejam devidamente lacrados e identificados pela unidade geradora, em conformidade com os procedimentos operacionais e as normas aplicáveis, assegurando a integridade e a rastreabilidade do material coletado.

4.12. A Contratada não realizará a coleta dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) que estiverem acondicionados fora dos recipientes adequados, ou em recipientes incompatíveis com o tipo de resíduo, desde que seja comprovado que os recipientes corretos foram previamente entregues, em quantidade suficiente, conforme previsto contratualmente. Também não será realizada a coleta de resíduos depositados fora da área de abrigo externo da unidade geradora, quando esta dispuser dessa estrutura, ou ainda em condições que não atendam às exigências da legislação vigente.

4.13. Os recipientes coletados deverão ser substituídos imediatamente por outros higienizados pela Contratada.

4.14. A Contratada deverá coletar os resíduos nos endereços indicados no Apêndice II, em dias e frequência indicados, conforme o horário a ser estabelecido com a Contratante.

4.15. A Contratada deverá garantir a realização da coleta conforme estabelecido neste Estudo Técnico Preliminar, inclusive em situações adversas no seu processo operacional. Não será admitido o descumprimento da programação estabelecida, sendo obrigatório o atendimento dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do horário previsto para a coleta. Esta exigência deve observar e estar em conformidade com a legislação distrital vigente, visando assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços essenciais de gestão de resíduos de serviços de saúde.

4.16. Não poderá haver interrupção superior a 24 (vinte e quatro) horas entre coletas consecutivas, excetuando-se os casos em que a Contratante tenha definido previamente outra frequência. A Contratada ficará obrigada a realizar nova coleta sempre que houver descumprimento deste intervalo, inclusive em feriados civis e religiosos, de forma a garantir a continuidade ininterrupta do serviço e a regularidade na gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde.

4.17. A Contratada deve atender às exigências legais, assim como às normas NBR 7.500, NBR 10.004:2024 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como às Resoluções nº 5.232/16 e 701/04, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para transporte de resíduos perigosos, ou outras que vierem a complementá-las ou substituí-las, devendo estar licenciada/autorizada a realizar a coleta externa de resíduos de saúde.

4.18. A logística de coleta, assim como a quantidade, o dimensionamento dos recipientes e de seus respectivos lacres, deverá garantir a acomodação adequada dos resíduos, com margem de segurança suficiente para evitar transbordamentos. A Contratada deverá assegurar que os recipientes estejam em conformidade com os limites de preenchimento previstos na legislação vigente, de forma a prevenir riscos sanitários, ambientais e operacionais durante o armazenamento, a coleta e o transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde.

4.19. As ações emergenciais destinadas a garantir a continuidade dos serviços em condições adversas deverão estar formalmente descritas em um Plano de Contingência e Emergência, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Este plano deverá ser apresentado pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, e será analisado pelos gestores e/ou fiscais designados, que deverão aprovar ou solicitar ajustes no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento.

4.20. Em caso de greve dos funcionários da Contratada, esta deverá apresentar, no Plano de Contingência e Emergência, ação para garantia dos serviços em caso de interrupção do processo de coleta até a disposição final do resíduo.

4.21. A Contratada deverá adequar os dias e horários das coletas de acordo com as necessidades específicas de cada tipo de unidade geradora, respeitando as particularidades operacionais e assistenciais de cada estabelecimento. A programação ajustada deverá ser comunicada por escrito às respectivas unidades, com antecedência razoável, garantindo a previsibilidade e a continuidade dos serviços.

## 4.22. Plano de Trabalho – Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Serviços de Saúde

4.22.1. A empresa contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, um Plano de Trabalho detalhado, contendo a descrição minuciosa dos procedimentos, tecnologias e fluxos operacionais que serão adotados nas etapas de tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos A (potencialmente infectantes), B (químicos) e E (perfurocortantes), em conformidade com as exigências técnicas, sanitárias e ambientais previstas na legislação vigente.

4.22.2. O plano deverá evidenciar, de forma clara e objetiva, as tecnologias utilizadas no tratamento dos resíduos, tais como incineração, autoclavagem, tratamento químico, encapsulamento, entre outras eventualmente aplicáveis, demonstrando a eficácia dos métodos empregados quanto à neutralização dos riscos biológicos e químicos, ao mesmo tempo em que assegurem impactos ambientais mínimos. A descrição técnica deverá incluir informações sobre a segurança sanitária dos processos, sua conformidade com as normas da ANVISA, do CONAMA e demais regulamentações pertinentes, bem como justificativas que sustentem a escolha das tecnologias adotadas.

4.22.3. Deverá constar também no plano um fluxograma representativo de todas as etapas do tratamento, desde o recebimento dos resíduos nas instalações da contratada até sua destinação final, incluindo o percurso interno de segregação, pesagem, armazenamento temporário, tratamento propriamente dito e descarte dos resíduos resultantes. A contratada deverá indicar sua capacidade instalada, demonstrando que os recursos técnicos e operacionais disponíveis são compatíveis com o volume estimado de resíduos a ser tratado, especificando, inclusive, a infraestrutura física, os veículos e equipamentos utilizados na operação.

- 4.22.4. No que se refere à proteção ambiental, o plano deverá detalhar os mecanismos de controle de emissões atmosféricas, de efluentes e de resíduos secundários eventualmente gerados durante o processo, com a apresentação dos métodos de monitoramento e das ações de mitigação dos impactos associados. Também será exigida a apresentação das licenças ambientais, autorizações de funcionamento, e demais documentos expedidos pelos órgãos competentes, que comprovem a regularidade da operação da unidade de tratamento e da frota de transporte utilizada.
- 4.22.5. Outro aspecto fundamental do Plano de Trabalho é a demonstração do sistema de rastreabilidade adotado, que permita o controle e o acompanhamento, em tempo real ou por meio de registros sistemáticos, do percurso de cada volume de resíduo, desde a origem até a sua disposição final. Esse controle deverá estar disponível à fiscalização contratual da Administração Pública sempre que solicitado.
- 4.22.6. A contratada deverá, ainda, indicar a equipe técnica responsável pelas atividades de tratamento e disposição final, apresentando as respectivas qualificações e registros profissionais quando aplicável, além de propor indicadores de desempenho ambiental que permitam o acompanhamento da eficiência dos processos, a verificação do cumprimento das metas de sustentabilidade e a melhoria contínua dos serviços prestados.
- 4.22.7. Adicionalmente, a contratada deverá apresentar à contratante, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da aprovação técnica dos veículos, os mesmos devidamente caracterizados com a programação visual, conforme padrões estabelecidos por analogia ao disposto no artigo 34 da Resolução nº 21/2016 da ADASA. A arte será de responsabilidade da contratada, devendo ser submetida previamente à aprovação da contratante, que disporá de até 5 (cinco) dias úteis para sua análise. A identificação visual dos veículos deverá conter, obrigatoriamente, na lateral externa: o nome da contratada, número de identificação do veículo, tipo de resíduo transportado, telefone de contato, logomarcas do prestador de serviço e do Governo do Distrito Federal, bem como os telefones do Serviço de Atendimento ao Usuário e da Ouvidoria da SES-DF. A ausência da programação visual não impedirá o início da execução dos serviços, entretanto, poderá ensejar a aplicação de penalidades, inclusive a glosa na medição correspondente ao período em que a identificação não estiver em conformidade, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração. Alterações na identidade visual poderão ser determinadas pela contratante, inclusive ao longo da vigência contratual, devendo ser prontamente atendidas pela contratada. Ressalta-se, ainda, que a contratada deverá observar, em todas as fases de execução do contrato, as disposições da Norma Regulamentadora nº 06, do Ministério da Economia, no que diz respeito ao fornecimento e uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os seus colaboradores envolvidos nas atividades contratadas.
- 4.22.8. Esse plano fará parte integrante da proposta técnica da contratada e será utilizado como referência obrigatória durante a execução do contrato, devendo ser atualizado sempre que houver alteração significativa nos processos operacionais, na estrutura física ou nas tecnologias empregadas.
- 4.22.9. A Contratada deverá apresentar, como parte do Plano de Trabalho, a indicação do local destinado à lavagem diária dos recipientes de coleta, o qual poderá estar integrado ou não à própria planta de tratamento de resíduos ou ao espaço destinado à lavagem e desinfecção diária dos veículos. Esse local deverá dispor de sistema de captação das águas servidas, devidamente conectado à rede pública de coleta e tratamento de esgotos, atendendo aos padrões de lançamento estabelecidos pelo órgão competente. Alternativamente, poderá ser utilizado sistema próprio de tratamento de efluentes, desde que devidamente licenciado pelo órgão ambiental responsável. O procedimento deverá estar claramente detalhado no Plano de Trabalho, evidenciando o cumprimento das exigências ambientais e operacionais aplicáveis.
- 4.22.10. Ao final de cada turno de trabalho, os veículos coletores deverão ser submetidos a procedimentos de limpeza e desinfecção simultânea, utilizando-se preferencialmente jatos de água quente sob pressão, conforme estabelecido na NBR 12810. Esta prática visa assegurar as condições sanitárias adequadas dos equipamentos, prevenindo a contaminação cruzada e garantindo a conformidade com os padrões de biossegurança.
- 4.22.11. Deverá ser realizada a pesagem obrigatória das bombonas no ato do recolhimento, diretamente na unidade geradora, com a devida assinatura do responsável local. Além disso, uma nova pesagem deverá ocorrer no local de incineração dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) coletados. A Contratada deverá entregar à Contratante um relatório semanal contendo os dados consolidados dessas pesagens, garantindo rastreabilidade, controle e transparência em todo o processo.
- 4.22.12. Os resíduos de serviços de saúde serão pesados no ato de recolhimento e o valor a ser pago pelo serviço será baseado nesta pesagem, considerando o valor unitário proposto do peso.
- 4.22.13. O pagamento deverá ser realizado mensalmente, sendo definido o valor mensal de acordo com a quantidade de resíduo coletado (Quantidade X Valor Unitário).
- 4.22.14. A pesagem deverá ser realizada com equipamentos aferidos dentro do intervalo de validade previsto pelo órgão regulador (INMETRO) pela contratada na presença do Fiscal do Contrato e/ou responsável local, e deverá ser emitido um comprovante da pesagem.
- 4.22.15. Todo o equipamento necessário para o fiel cumprimento da execução do serviço será da empresa contratada.
- 4.22.16. A unidade geradora deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, o peso estimado e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. A pesagem será acompanhada por um servidor da unidade de saúde geradora do resíduo e assinará o registro do peso apurado no recolhimento do resíduo.
- 4.22.17. A Contratada deverá apresentar, à Contratante, relatório mensal contendo as informações sobre a geração dos resíduos, no qual deverão constar, obrigatoriamente: o número diário de bombonas utilizadas, o peso correspondente por tipo de resíduo coletado e o total mensal consolidado. Este relatório tem por objetivo subsidiar o acompanhamento da prestação dos serviços e garantir a rastreabilidade e o controle da gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).
- 4.22.18. A Contratada deverá incluir, em seu Plano de Trabalho, informações detalhadas sobre os processos de tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). Essas informações deverão contemplar os métodos utilizados, a conformidade com a legislação ambiental vigente e os locais licenciados onde serão executadas as referidas etapas, garantindo total transparência e rastreabilidade das atividades.
- 4.22.19. O tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) deverá obedecer integralmente às normas técnicas e sanitárias estabelecidas na RDC nº 222/2018 da ANVISA, garantindo segurança, eficácia e conformidade ambiental em todas as etapas do processo.
- 4.22.20. Os resíduos pertencentes ao Grupo A5 devem ser segregados adequadamente e acondicionados em sacos vermelhos duplos, que funcionam como barreira de proteção, sendo posteriormente armazenados em recipientes exclusivos e devidamente identificados. O seu tratamento final deve ser realizado por incineração, conforme estabelecido na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, e na RDC nº 222/2018 da ANVISA.
- 4.22.21. Os resíduos classificados no Grupo B, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento específico e, posteriormente, encaminhados à destinação final ambientalmente adequada, conforme previsto na legislação vigente. Sempre que forem caracterizados como rejeitos, deverão ser obrigatoriamente dispostos em aterro de resíduos perigosos – Classe (Tipo) I, em conformidade com as orientações dos órgãos ambientais competentes.
- 4.22.22. Fica sob responsabilidade da Contratada a coleta de pilhas, baterias, acumuladores de carga, lâmpadas fluorescentes e demais resíduos contendo mercúrio, devendo a mesma indicar previamente a forma de tratamento e destinação final pretendida para esses materiais. A Contratada deverá, ainda, disponibilizar cópia do Certificado de Tratamento dos Resíduos à respectiva unidade geradora, assegurando a rastreabilidade e o cumprimento das normas ambientais e sanitárias aplicáveis.
- 4.22.23. A contratada deverá disponibilizar embalagens do tipo caixa de papel kraft para o recolhimento dos resíduos do Grupo B, conforme demanda da unidade.
- 4.22.24. A Secretaria de Estado de Saúde disponibilizará as caixas coletoras de perfurocortantes (Grupo E).
- 4.22.25. Deverá ser emitido pela contratada e entregue ao fiscal/gestor do contrato, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, o Certificado de Destinação Final – CPF, que comprove que o material foi destinado de maneira correta.
- 4.22.26. O tratamento dos resíduos pertencentes ao Grupo B deverá ser realizado de forma separada e independente do tratamento dos resíduos classificados nos Grupos A e E, respeitando-se as especificidades químicas e os riscos associados a cada tipo de resíduo.
- 4.22.27. Os locais destinados ao tratamento e à disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A, B e E, deverão ser devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente. A Contratada deverá apresentar relatório mensal à Contratante, contendo cópia do Certificado de Tratamento dos Resíduos encaminhado aos órgãos competentes, no qual conste a comprovação da redução da carga microbiana compatível com o Nível III de Inativação Microbiana, bem como a eliminação das características químicas que ofereçam risco ao meio ambiente e à saúde pública, conforme estabelecido na Resolução CONAMA nº 358/2005 e na RDC/ANVISA nº 222/2018.
- 4.22.28. A Contratada não poderá modificar os postos de tratamento, ou os locais de disposição final dos resíduos, sem prévia autorização escrita da Contratante, cabendo-lhe obedecer rigorosamente os locais de destinação final dos resíduos de serviços de saúde, licenciados pelo órgão ambiental competente.
- 4.22.29. Caso a Contratada opte por utilizar estação de transferência de resíduos no processo de logística e transporte, esta deverá estar devidamente licenciada pelos órgãos ambiental e sanitário competentes, em conformidade com a legislação vigente.
- 4.22.30. Todos os resíduos infectantes (Grupo A) e perfurocortantes (Grupo E) coletados deverão ser obrigatoriamente submetidos a tratamento térmico eficaz, conforme as normas sanitárias e ambientais vigentes. É expressamente vedado o aterramento direto desses resíduos, mesmo em aterros industriais, sem que tenham passado



previamente por tratamento térmico (incinerados em temperaturas elevadas) que assegure a inativação microbiológica e a descaracterização do risco.

4.22.31. A unidade geradora deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, pesos e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. O preenchimento deverá ser no ato da pesagem e será acompanhado por um servidor da unidade de saúde geradora do resíduo.

#### **4.23. Veículos, Máquinas e Equipamentos - Características Gerais dos Caminhões**

4.23.1. O transporte deverá ser feito, devidamente acondicionado nas bombonas ou contêineres específicos, em veículo tecnicamente adequado e em conformidade com a legislação atual (Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e ABNT), identificado conforme NBR 7500 e obedecendo ao disposto na NBR 13221, NBR 12810, NBR 10004 e Resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016 do Ministério dos Transportes e suas atualizações.

4.23.2. A Contratada deverá dispor de sistema de manutenção e conservação para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos, máquinas e equipamentos, incluídos recipientes para os resíduos, visando manter os padrões exigidos pela Contratante e pela legislação específica.

4.23.3. Os caminhões deverão possuir balança móvel integrada que permita a pesagem dos recipientes na origem, com registros automáticos em sistema informatizado. Na hipótese de falha ou impossibilidade técnica da pesagem causada pela Contratada, o recolhimento dos resíduos deverá ser efetuado sem prejuízo à continuidade do serviço, sendo vedada a cobrança pelo volume coletado sem registro de peso. O servidor local da unidade geradora, designado pela Contratante, deverá lavar ocorrência circunstanciada do fato no sistema, com identificação do funcionário da Contratada presente.

4.23.4. A pesagem dos recipientes deverá ser realizada por sistema eletrônico embarcado nos veículos, com balança calibrada e integrada ao sistema informatizado da Contratada. O equipamento deverá registrar automaticamente o peso bruto, a tara (zerada conforme o tipo de recipiente) e o peso líquido, vinculando essas informações à respectiva unidade geradora. Os dados da pesagem deverão ser transmitidos em tempo real ao sistema de rastreabilidade e controle, podendo ser acessados digitalmente pela fiscalização da Contratante. Quando tecnicamente inviável a integração eletrônica, admite-se a emissão de ticket impresso como registro auxiliar, devendo ser conferido e validado pelo servidor da unidade geradora no ato da coleta.

4.23.5. A coleta de resíduos químicos e substâncias explosivas, entre outros, não classificados como resíduos com risco biológico, também deverá ser realizada por veículo licenciado ou autorizado pelo órgão ambiental competente.

4.23.6. A Contratada deverá apresentar relação detalhada, na data do início da execução do contrato, dos veículos, máquinas e equipamentos a serem utilizados nos serviços de coleta e transporte, relacionando marca, modelo, fabricante, capacidade, ano de fabricação.

4.23.7. A Contratada deverá garantir o perfeito funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos, promovendo os reparos, ou sua manutenção sem interromper o funcionamento normal dos serviços.

4.23.8. Todos os veículos automotores, máquinas e demais equipamentos, a serem utilizados pela Contratada para a realização do serviço, deverão estar devidamente licenciados e/ou autorizados pelo DETRAN e em perfeitas condições de operação, antes mesmo do início da execução dos serviços, de acordo com cada tipo de resíduo, cabendo-lhe entregar à Contratante cópia de todas as licenças e autorizações vigentes quando da assinatura do contrato.

4.23.9. A contratada deverá possuir licença ambiental e estar devidamente licenciada nos órgãos competentes bem como seus veículos, incineradores e motoristas formalmente habilitados pelo MOPP (movimentação de produto perigoso).

4.23.10. Para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, exigir-se-á a disponibilidade de uma frota de veículos em bom estado de conservação, com, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação.

4.23.11. Deverão ser utilizados veículos devidamente equipados com dispositivos que impeçam o derramamento de líquidos percolados, bem como dotados das ferramentas e equipamentos necessários ao recolhimento e transporte adequado dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), em estrita consonância com a legislação sanitária, ambiental e de transporte vigente.

4.23.12. A Contratada não deverá permitir, em hipótese alguma, que os veículos venham a derramar resíduos, ou líquido percolado, em vias e logradouros públicos.

4.23.13. A Contratada deverá apresentar, por escrito, um protocolo de conduta específico para situações de derramamento de resíduos durante as etapas de coleta e transporte. O documento deverá conter as medidas corretivas e preventivas a serem adotadas imediatamente, incluindo a obrigatoriedade de notificação aos órgãos ambientais competentes e à Vigilância Sanitária, conforme previsto na legislação vigente e nos procedimentos de emergência ambiental e sanitária.

4.23.14. Para a coleta e o transporte externo dos resíduos de serviços de saúde deverão ser utilizados veículos que atendam às exigências legais e às normas da ABNT.

4.23.15. O transporte deve ser feito por veículo em carroceria fechada, estanque, identificado conforme NBR 7.500 e obedecendo ao disposto na NBR 13.221, NBR 12.810, NBR 10.004 e Resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016 do Ministério dos Transportes e suas atualizações.

4.23.16. A descontaminação do veículo de transporte dos resíduos deverá ser realizada no pátio de serviço da Contratada, conforme legislação e normas vigentes.

4.23.17. Deverá ser feita, pela Contratada, a lavagem e desinfecção dos veículos coletores, em local licenciado ambientalmente e que possua sistema de captação das águas servidas à rede coletora e tratamento público de esgoto, atendidos os padrões de lançamento estabelecidos pelo órgão competente com a devida autorização do órgão ambiental, ou a um sistema de tratamento adequado igualmente licenciado pelo órgão ambiental. O Plano de Trabalho deverá detalhar este procedimento.

4.23.18. Ao final de cada turno, os veículos coletores devem ser submetidos à limpeza e desinfecção simultânea, mediante o uso de jatos de água preferencialmente quentes e sob pressão, conforme NBR 12810.

4.23.19. A Contratada deverá manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos e equipamentos de segurança e proteção exigidos pela legislação, constituindo obrigação contratual a lavagem diária dos veículos coletores de RSS e a manutenção da pintura em perfeito estado de conservação.

4.23.20. A Contratada se obriga a atender, a qualquer momento, por solicitação da Contratante, a exigência de troca de máquinas e equipamentos que estejam em desacordo com as necessidades dos serviços.

4.23.21. Os veículos, máquinas e equipamentos deverão atender aos padrões de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis, sob pena de imediata substituição dos mesmos. Em particular, destaca-se a emissão de fumaça negra pelos veículos, máquinas e equipamentos, devendo atender às prescrições do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

4.23.22. A Contratada será inteiramente responsável por todas as despesas relativas aos maquinários, equipamentos e ferramentas utilizadas nos serviços, cabendo-lhe, inclusive, o fornecimento de todo e qualquer componente, peças de reposição, combustíveis, lubrificantes e outros elementos necessários à sua boa operação e manutenção, durante a vigência do Contrato.

4.23.23. Todas as inspeções e ensaios a serem realizados nos equipamentos deverão estar em conformidade com as normas vigentes.

4.23.24. A Contratante não se responsabilizará pela integridade dos veículos e equipamentos vinculados ao contrato em casos de greve ou perturbação da ordem pública, cabendo à Contratada responder pela eventual violação de leis, regulamentos, ou posturas aplicáveis aos serviços, perpetrados por si, seus empregados ou prepostos.

#### **4.24. Das Instalações**

4.24.1. A Contratada deverá dispor de garagem ou pátio de estacionamento, escritório para controle e planejamento das atividades, bem como instalações para atendimento de seu pessoal operacional, além de vestiário com chuveiros, sanitários, armários e refeitório compatíveis com o número de empregados e em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Trabalho em vigência.

#### **4.25. Cronograma de Coleta dos Estabelecimentos de Saúde**

4.25.1. A Contratante elaborará um cronograma de coleta para os estabelecimentos de saúde, considerando as suas necessidades e particularidades, o qual poderá ser ajustado conforme a necessidade ao longo da execução do contrato.

4.25.2. A Contratante deverá comunicar imediatamente, à Contratada, qualquer alteração na relação de estabelecimentos da rede, para atualização do Cronograma de Coleta.

#### **4.26. Apresentação dos Veículos e Equipamentos**

4.26.1. Todos os veículos e equipamentos deverão estar disponíveis e operacionais 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

4.26.2. A Contratante terá 5 (cinco) dias úteis para aprovação dos veículos.

#### **4.27. Apresentação dos Serviços de Programação Visual**

4.27.1. A Contratada deverá apresentar os veículos com a programação visual em 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da aprovação dos veículos pela

Contratante, devendo seguir, por analogia, os padrões estabelecidos pelo artigo 34 da Resolução nº 21/2016 - ADASA.

4.27.2. Deve constar na lateral dos veículos uma identificação contendo nome da contratada, telefone para contato, número de identificação do veículo, tipo de resíduo transportado, logomarcas do prestador dos serviços e do Distrito Federal e os telefones do Serviço de Atendimento ao Usuário e da ouvidoria da Adasa.

4.27.3. A falta de Programação Visual nos veículos não impedirá o início da execução dos serviços, entretanto, a Contratada poderá ser penalizada se não houver motivo justificável.

4.27.4. Em caso de não aprovação da programação visual, a contratada poderá sofrer as sanções previstas na legislação, inclusive glosa na medição, referente ao período da instalação e das substituições ao longo da vigência contratual.

4.27.5. A arte será definida e fornecida pela Contratada.

4.27.6. A programação visual dos caminhões deve ser apresentada para aprovação da Contratante, antes do envelopamento, e suas definições poderão ser alteradas mediante determinação desta. A Contratante terá 5 (cinco) dias úteis para aprovação da programação visual dos veículos.

4.27.7. A Contratada deverá seguir os termos da Norma Regulamentadora da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (NR 06), no que diz respeito ao fornecimento de EPI's aos seus colaboradores.

## 4.28. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### 4.28.1. **Início da Execução**

4.28.1.1. A execução do objeto terá início 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, visando a transição contratual.

4.28.1.2. A prorrogação do prazo para o início da execução do serviço poderá ser efetuada por igual período, desde que devidamente justificada, antes de seu vencimento, comprovando que não houve culpa da Contratada no descumprimento do prazo inicial.

4.28.1.3. Os pedidos de prorrogação mencionados no item 5.2 deverão ser analisados pelo setor demandante do órgão.

4.28.1.4. Os serviços serão realizados sob demanda do órgão, de acordo com a necessidade local dentro das especificações detalhadas neste Contrato.

### 4.28.2. **Local e Horário da Prestação do Serviço**

4.28.2.1. A Contratante elaborará um cronograma de coleta para os estabelecimentos de saúde, considerando as suas necessidades e particularidades, o qual poderá ser ajustado conforme a necessidade ao longo da execução do contrato.

4.28.2.2. A Contratante deverá comunicar imediatamente, à Contratada, qualquer alteração na relação de estabelecimentos da rede, para atualização do Cronograma de Coleta.

### 4.28.3. **Descrição dos Métodos e Rotinas da Execução**

4.29. Os serviços deverão ser executados em estrita observância às normas técnicas e à legislação vigente, especialmente à RDC nº 222/2018 da ANVISA, à Resolução CONAMA nº 358/2005, bem como às demais disposições aplicáveis, devendo atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Contrato.

4.30. Caberá à empresa contratada o fornecimento de recipientes apropriados e respectivos lacres de segurança, destinados ao acondicionamento, coleta e transporte externo dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados em cada unidade vinculada à Secretaria de Estado de Saúde, observadas as normas sanitárias, ambientais e de segurança pertinentes.

4.31. O fornecimento dos materiais e insumos necessários à execução dos serviços deverá ocorrer em quantidade suficiente para atender integralmente à demanda das unidades geradoras, devendo a contratada utilizar veículos adequados, devidamente identificados e licenciados pelos órgãos competentes, em conformidade com as normas técnicas da ABNT, ANVISA, CONAMA e demais legislações e regulamentações aplicáveis, de modo a assegurar a execução contínua, plena e segura dos serviços previstos no objeto contratual.

4.31.1. A contratada deverá conter manter estoque mínimo de embalagens, caixas coletoras, etiquetas de identificação, lacres e demais insumos indispensáveis à execução dos serviços. O quantitativo deverá ser planejado de forma a garantir a continuidade da prestação, mesmo em caso de eventual atraso no fornecimento por parte de terceiros, evitando a interrupção das atividades essenciais.

4.32. A Contratada prestará os serviços de coleta de resíduos nas unidades de saúde geradoras da rede da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES/DF), conforme descrito no Apêndice II deste Contrato, o qual apresenta a relação detalhada de todos os locais e a frequência de coleta exigida pela SES/DF.

4.33. Considerando a constante expansão da estrutura da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), novas unidades geradoras de resíduos poderão ser incluídas no escopo contratual, conforme a necessidade da Contratante, especialmente em decorrência de medidas emergenciais de saúde pública eventualmente decretadas pelo Governo do Distrito Federal ou pelo Governo Federal. Da mesma forma, poderá ocorrer a exclusão de unidades geradoras, seja em função do encerramento de tais medidas ou por outras razões justificadas. Nessas hipóteses, haverá o redimensionamento proporcional do quantitativo de resíduos de serviços de saúde a ser coletado, tratado e destinado, ajustando-se o contrato conforme a nova realidade operacional.

4.34. A Contratada deverá providenciar o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo profissional responsável, conforme determina o Art. 1º da Lei nº 6.496/1977 e a Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023 e/ou conforme exigências do respectivo Conselho Regional de Química (CRQ), quando aplicável.

4.34.1. A substituição, a qualquer tempo, de um ou mais responsáveis técnicos pela execução da obra ou prestação do serviço obriga ao registro de nova ART, vinculada à ART anteriormente registrada, conforme determina o art. 30 da Resolução nº 1.137/2023.

4.34.2. A Contratada deverá submeter-se aos mecanismos de programação, supervisão e fiscalização estabelecidos pela Contratante, incluindo, mas não se limitando a: diários de manutenção, registros de acesso e presença das equipes, controles de utilização de materiais, entre outros instrumentos de monitorização definidos pela Contratante.

4.34.3. A Contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde – PGRSS elaborado por cada órgão ou unidade geradora de resíduos de saúde objeto do contrato.

4.34.4. A Contratada deverá fornecer os recipientes devidamente identificados de acordo com o grupo de resíduos e seus respectivos lacres, obedecendo as características definidas na legislação específica, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018 e a Resolução CONAMA nº 358/05, para o acondicionamento, a coleta e o transporte dos resíduos de serviços de saúde das unidades geradoras, em quantidade suficiente para a demanda, e reserva técnica, de forma a atender o fluxo de sua geração, o tipo de resíduo e que sejam compatíveis com a programação de coleta, com o PGRSS de cada Unidade e com a identificação do estabelecimento gerador.

4.34.4.1. Caberá ao servidor da unidade geradora atentar-se para a devida identificação do recipiente, e em caso de desconformidade, não aceitar o mesmo, sendo a Contratada responsável pela substituição imediata, sem prejuízo para a coleta.

4.34.5. A Contratada deverá manter um sistema completo de higienização, descontaminação, limpeza e manutenção dos recipientes coletores, equipamentos e veículos, de tal forma que tudo esteja dentro dos padrões estabelecidos nas Resoluções ANVISA e CONAMA e demais normas técnicas pertinentes.

4.34.6. A Contratada deverá assegurar que todos os recipientes destinados ao acondicionamento dos resíduos estejam devidamente identificados com o nome da unidade geradora correspondente, de forma clara e visível, de modo a permitir a rápida e precisa visualização das informações pela equipe de fiscalização e demais envolvidos na operação.

4.34.6.1. Os recipientes deverão ser identificados pela contratada com cada tipo de resíduo a ser armazenado, atendendo a legislação vigente.

4.34.7. A Contratada deverá possuir frota de veículos especializados, devidamente identificados e licenciados/autorizados pelos órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor.

4.34.8. A Contratada deverá garantir, de forma rigorosa, que todos os seus colaboradores estejam devidamente equipados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários ao manuseio dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), sendo estes fornecidos pela própria empresa e em conformidade com a Lei Federal nº 6.514/1977 e com a Norma Regulamentadora nº 06, aprovada pela Portaria GM nº 3.214/1978. Os EPIs deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, de modo a assegurar a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores.

4.34.8.1. Compete ainda à Contratada a responsabilidade pela execução dos serviços de lavagem e desinfecção dos uniformes e dos EPIs, devendo esta atividade ser realizada exclusivamente em locais licenciados pela Vigilância Sanitária e Ambiental para tal fim.

4.34.8.2. Caberá à Contratante, por intermédio dos servidores designados para a fiscalização nas unidades geradoras, observar, exigir o cumprimento e relatar eventuais irregularidades relacionadas à ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) ou de identificação adequada por parte dos funcionários da Contratada, adotando as

providências cabíveis conforme previsto no contrato.

4.34.9. A Contratada deverá providenciar, promover e manter ações contínuas de capacitação e treinamento direcionadas às equipes de profissionais que atuam no setor. Os treinamentos deverão abranger o uso correto e o manuseio dos materiais disponibilizados para o acondicionamento dos resíduos, bem como os procedimentos relativos à coleta, transporte, tratamento e disposição final dos mesmos. O treinamento deverá ser comprovado semestralmente, com a assinatura dos profissionais participantes. Ressalta-se que a execução desta obrigação não acarretará qualquer ônus à Contratante.

4.34.9.1. No ocasião das unidades geradoras ofertarem treinamento e/ou capacitação, estes poderão ser oferecidos a participação ao colaboradores da prestadora do serviço.

4.34.10. A Contratada deverá dispor de um sistema de escoamento técnico emergencial, devidamente estruturado para assegurar a continuidade dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), de modo a garantir que tais atividades não sofram qualquer tipo de interrupção. É vedada, em qualquer hipótese, a paralisação desses serviços, inclusive em casos de greve, manifestações, problemas operacionais ou quaisquer outras causas. Em situações emergenciais, a Contratada deverá adotar, de forma imediata, todas as medidas necessárias para a continuidade plena e eficaz da execução contratual, assegurando a minimização de riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

4.34.11. A Contratada deverá zelar pela observância das normas de higiene pública e pela preservação ambiental durante toda a execução dos serviços. Deverá, ainda, comunicar imediatamente à Contratante a ocorrência de quaisquer infrações ambientais verificadas, tais como acidentes decorrentes de descargas irregulares de resíduos ou a inexistência ou inadequação dos recipientes utilizados para o acondicionamento, coleta e transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), a fim de possibilitar a adoção de medidas corretivas e preventivas.

4.34.12. A Contratada deverá apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, um Plano de Contingência e Emergência para situações de risco, contemplando as medidas de segurança pública aplicáveis aos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). O plano deverá, ainda, incluir um sistema eficaz de comunicação imediata à Contratante sobre a ocorrência de infrações ambientais, assegurando a adoção tempestiva de ações corretivas e preventivas.

4.34.13. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, a compatibilidade com as condições exigidas para a execução das obrigações assumidas, preservando, integralmente, os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira apresentados no processo licitatório, conforme previsto na legislação vigente.

4.34.14. A Contratada responderá e arcará, no que lhe compete, pelo atendimento a todas as exigências dos órgãos públicos Federais, Estaduais ou Municipais, inclusive os de controle ambiental, derivadas da prestação dos serviços.

4.34.15. A Contratada responsabilizar-se-á pelas despesas e quaisquer impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados.

4.34.15.1. Na ocorrência de omissões ou lacunas nos recolhimentos de que trata o item anterior, a Contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para comprovar-se adimplente em relação a todos os empregados, bem como para sanar a irregularidade detectada, sem prejuízo de eventuais sanções e penalidades previstas neste Contrato, e demais instrumentos originadores da contratação pretendida.

4.34.16. A Contratada deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços, pela mão de obra por ela empregada e pelos eventuais danos pessoais ou materiais deles decorrentes, inclusive por acidentes provocados por seus veículos e equipamentos.

4.34.17. A Contratada deverá comunicar à Contratante, por escrito, todos os eventuais defeitos, irregularidades ou falhas de ordem técnica constatados na execução dos serviços junto às unidades geradoras.

4.34.18. A Contratada obriga-se a permitir aos órgãos de fiscalização livre acesso a seus depósitos, oficinas, garagens e outras dependências, possibilitando a vistoria das instalações e anotações relativas a máquinas, equipamentos, veículos, funcionários e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os elementos referentes aos serviços por ela prestados.

4.34.19. As tratativas referentes à fiscalização dos serviços pela Contratante, bem como quaisquer irregularidades ou ocorrências verificadas durante a execução dos serviços, serão formalizadas por meio da plataforma virtual do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, e encaminhadas à contratada por correspondência eletrônica.

4.34.20. A Contratada será integralmente responsável pelo pagamento de quaisquer multas, penalidades ou sanções aplicadas por órgãos integrantes do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, incluindo aquelas decorrentes de responsabilidade civil e/ou criminal, que venham a ser impostas em razão de impactos ambientais provocados por falhas, negligência ou má operação na unidade de tratamento e/ou na destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

4.34.21. Cabe à Contratada a emissão de todas as notas fiscais referentes aos serviços prestados.

4.34.22. A documentação comprobatória do serviço licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativas/quantitativas e aceitação final, obrigando-se a contratada a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133, em tudo o que couber.

#### 4.35. DOS SINISTROS

4.35.1. No caso de ocorrência de sinistro nas instalações da SES-DF que impeça a prestação dos serviços disponibilizados pela Contratada, novo local dentro do Distrito Federal será designado para sua continuidade, independente daqueles especificados neste documento.

4.35.2. As apurações e ressarcimentos, sendo o caso, correrão em processo administrativo e/ou judicial conforme a natureza do sinistro.

4.35.3. No caso de ressarcimento integral ou parcial da SES-DF à Contratada, os valores serão aqueles apurados na Proposta Comercial, bem como nas listas de preços constantes do Contrato em vigor, menos as amortizações realizadas até o momento do ressarcimento.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do Contrato é de **R\$ .....**, em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

### TABELA COM VALORES XXXXXXX

#### 5.2. REAJUSTE

5.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/11/2025.

5.2.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

5.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I	Unidade Orçamentária:	
II	Programa de Trabalho:	
III	Natureza de Despesa:	
IV	Fonte de Recursos:	
V	Valor Inicial:	
VI	Nota de Empenho:	
VII	Data de Emissão:	
VIII	Evento:	
IX	Modalidade:	

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **APÊNDICE I**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade dos serviços ou disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos diários e mensais de área, dos resíduos coletados, bem como os respectivos valores apurados;

7.3.2. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência do serviço prestado e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;

7.3.3. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;

7.3.4. A CONTRATADA se obriga a manter o serviço, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na prestação do serviço deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;

7.3.5. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;

7.3.6. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES/DF;

7.3.7. A SES se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA.

### RECEBIMENTO DO OBJETO

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 dias úteis, pelos fiscais técnico e/ou administrativo, conforme aplicação análoga da Portaria SES/DF nº 05 de 03/01/2025, incs. VI e VII do art. 25 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, mediante termos detalhados (relatório circunstanciado), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado a partir da comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.1.1. o fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.4.1.2. o fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.4.1.3. o fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6. O GESTOR DO CONTRATO ou comissão deverá solicitar a contratada a emissão da nota fiscal, informando a existência de glosas em até 48 horas do recebimento do relatório circunstanciado. Discriminando, por meio de memória de cálculos detalhada, descontos ou glosas de valores a serem aplicados nas respectivas notas fiscais ou futuras, em virtude da não execução dos serviços ou falhas identificadas, apresentadas no Relatório Circunstanciado.

7.6.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme disposto nos incs. VIII e IX do Decreto Distrital nº 44.330/2023, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.3.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, para efeito de recebimento definitivo, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.6.3.2. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3.3. comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.3.4. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de](#)

[2021](#), comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.6.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **DA LIQUIDAÇÃO**

7.7. Recebida a Nota Fiscal, a liquidação e o pagamento serão realizados mediante atesto e relatório sintético, a serem apresentados pelo gestor ou comissão no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do faturamento do serviço, em que se declarará genericamente que houve a prestação do serviço contratado pelo fornecedor e a adequação dos valores faturados ao histórico de despesas mensais do respectivo contrato, devendo o detalhamento da análise, a constar do relatório circunstanciado, ser feito em até 15 (quinze) dias úteis do pagamento, aplicando-se eventuais descontos, glosas ou penas pecuniárias nas faturas subsequentes.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.11.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.11.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação. Não havendo regularização o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **DO PRAZO DE PAGAMENTO**

7.15. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para pagamentos das compras/contratações da pasta.

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

#### **DA FORMA DE PAGAMENTO**

7.17. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicio

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

8.1. A vigência do Contrato será de 30 meses contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA**

9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no valor de **R\$ .....**, percentual de 5% do valor contratual, de acordo com o artigo 98, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, conforme previsto no § 1º do Art. 96, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis dias após a assinatura do contrato.

9.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato, em atendimento ao § 3º do Art. 96, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

9.5. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova contratada que continuará a execução dos serviços.

9.6. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis dias após a assinatura do contrato.

9.7. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, de forma que o marco para início da contagem do prazo é a data da homologação da contratação direta, por entendimento análogo ao explícito no §3º do art. 145, da Lei nº 14.133/2021.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL**

10.1. Emitir “Aceite” do serviço a cada entrega, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida no edital;

10.2. Efetuar pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste contrato, de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;

10.3. Fornecer e colocar à disposição da empresa Contratada todos os elementos e informações que fizerem necessárias à execução do objeto;

10.4. Verificar se a execução dos serviços prestados, demonstrada por meio informações/relatórios apresentados pela Contratada, foi realizada com observação às disposições pertinentes ao Contrato, implicando o cancelamento do pagamento em caso negativo;

10.5. Fiscalizar a realização dos serviços podendo solicitar providências à Contratada, que atenderá ou justificará de imediato qualquer pendência que possa surgir;

- 10.6. Exigir que sejam atendidos todos os requisitos e obrigações de manutenções preventivas e corretivas estabelecidas neste contrato;
- 10.7. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a Contratada possa realizar o fornecimento e a prestação dos serviços com esmero e perfeição;
- 10.8. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;
- 10.9. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos da sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto do contrato;
- 10.10. Fiscalizar a entrega do serviço podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer caso haja qualquer divergência entre o serviço entregue e as condições e exigências fora das especificações deste Contrato e do contrato ;
- 10.11. Especificar os itens do objeto conforme este Contrato;
- 10.12. Estabelecer atesto de notas fiscais após análise técnica dos serviços prestados pela Contratada, configurando tal etapa como critério para o recebimento e pagamento do serviço contratado;
- 10.13. As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor ou comissão de recebimento/execução do serviço deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.
- 10.14. Receber o serviço contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no contrato .
- 10.15. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e sua proposta.
- 10.16. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.17. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para a sua correção.
- 10.18. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
- 10.19. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.
- 10.20. Determinar providências que entender necessárias visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas.
- 10.21. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação de serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus Apêndices e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto;
- 11.2. Executar os serviços de acordo com as especificações estabelecidas neste Contrato e Apêndices;
- 11.3. A Contratada, em conjunto com a Contratante, deverá realizar um levantamento das necessidades relacionadas a treinamentos, de forma a capacitar cada agente de serviço deixando-o apto a realizar suas atividades. Os treinamentos sob a responsabilidade da Contratada devem abranger:
- 11.3.1. Normas de segurança previstas em atos legais e normativos;
- 11.3.2. Novos processos de trabalho;
- 11.3.3. Os treinamentos realizados pela Contratada deverão ser documentados;
- 11.4. A execução de serviços de manutenção deverá ser restrita aos técnicos com treinamento.
- 11.5. A contratada deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 11.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 11.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 11.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 11.8. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 11.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 11.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 11.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 11.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Contrato, no prazo determinado;
- 11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 11.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015/
- 11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto em casos previstos em lei;
- 11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

- 11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017;
- 11.23. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.679, de 24/09/2020, que dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal;
- 11.24. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal;
- 11.25. Cumprir com o disposto na Lei nº 8.078, de 11/11/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;
- 11.26. Cumprir com o disposto no Decreto nº 39.736, de 28/03/2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal;
- 11.27. Cumprir com o disposto na Portaria nº 356, de 29/07/2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal;
- 11.28. Cumprir com o disposto na Portaria nº 915, de 31/07/2019, do Ministério da Economia, que estabelece os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho;
- 11.29. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, ANVISA, CREA e Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente quanto às Normas de Medicina e Segurança do Trabalho incluindo a Portaria nº 2.914/2011-MS, Portaria nº 82/2000-MS e Resolução RDC nº 11/2014-ANVISA e demais normas e regulamentos pertinentes aos serviços objeto deste Contrato que não tenham sido citadas;
- 11.30. Devolver ao término do prazo de vigência contratual todo e qualquer equipamento pertencente à SES-DF que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento, no prazo máximo de 30 dias, sob pena de responsabilização por ato de improbidade administrativa, conforme Lei 8.429/92;
- 11.31. Prestar os serviços ora contratados através de seus técnicos, devidamente credenciados e capacitados, que não tenham em nenhuma hipótese vínculo empregatícios com a SES-DF;
- 11.32. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do contrato, bem como as despesas de viagem, estadia e alimentação dos seus agentes de serviço por ocasião das visitas de manutenção corretiva, bem como quaisquer outras que se fizerem necessária à execução do contrato;
- 11.33. Executar os serviços de acordo com os requisitos de qualidade, utilidade, resistência e segurança recomendados pelo fabricante e normas aplicáveis.;
- 11.34. Os materiais empregados e os serviços executados, de manutenção ou eventuais, deverão obedecer rigorosamente: Às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e suas regulamentações;
- 11.35. Comunicar, imediatamente, por intermédio do preposto, ao executor central e aos executores regionais do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;
- 11.36. Responsabilizar-se por todo o conjunto de ferramentas, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução dos serviços contratados;
- 11.37. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas à prestação dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade dos serviços prestados, bem como pela segurança de seus empregados;
- 11.38. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à SES/DF, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.39. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, bem como arcar com as despesas com seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações e outros que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- 11.40. Responsabilizar-se pelos danos causados à Contratante ou terceiros, decorrentes da execução dos serviços contratados.
- 11.41. Aceitar as alterações do valor inicialmente estimado para aquisição do objeto licitado nos termos da lei.
- 11.42. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior não transfere à SES-DF a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto deste contrato;
- 11.43. Em se tratando da prestação de serviços, com dedicação de mão de obra, fica a Contratada obrigada a se manter adimplente às suas obrigações, em caso contrário, fica a Administração Pública autorizada a realizar os descontos e respectivos pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das respectivas contribuições Previdenciárias e do FGTS, quando esses não forem honrados pelas empresas;
- 11.44. É responsabilidade da empresa CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, manter limpos, livres e desimpedidos de sujeiras, restos de materiais e tintas, os locais de realização dos serviços durante e após a execução destes, bem como todos os acessos e demais dependências da edificação utilizadas.
- 11.45. A CONTRATADA deverá utilizar ferramentas e instrumentos de medição recomendados pelo fabricante e ainda possuir certificados de calibração dos seus instrumentos com rastreabilidade na Rede Brasileira de Calibração (RBC).
- 11.46. A CONTRATADA deverá fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) exigidos legalmente para cada tipo de serviço (Portaria nº 3214/78, do MTE).
- 11.47. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.48. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na legislação;
- 11.49. Cumprir com todas as obrigações, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste contrato e no edital, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 11.50. Comunicar imediatamente a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), bem como ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.
- 11.51. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento empreendido pelo contratante.
- 11.52. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, além de sujeitar-se a outras obrigações no Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei Federal n.º 8.078, de 1990, que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.
- 11.53. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela contratante.
- 11.54. Atender, no prazo fixado, às solicitações do fiscal técnico, fiscal administrativo e/ou gestor do contrato.
- 11.55. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 11.56. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, fretes; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus à contratante.
- 11.57. Assegurar que a prestação de serviços estará em consonância com as normas vigentes e demais legislações relacionadas à sua natureza, de forma a garantir a qualidade do serviço apresentado, conforme art. 42, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 11.58. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.
- 11.59. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto



quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 124, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

11.60. É vedada, em qualquer hipótese, a paralisação desses serviços, inclusive em casos de greve, manifestações, problemas operacionais ou quaisquer outras causas. Em situações emergenciais, a Contratada deverá adotar, de forma imediata, todas as medidas necessárias para a continuidade plena e eficaz da execução contratual, assegurando a minimização de riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

11.60.1. A Contratada deverá apresentar à Contratante, após a assinatura do contrato e sempre que solicitado, a seguinte documentação comprobatória relativa ao tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS):

11.60.1.1. Certificação de Tratamento e disposição final de resíduos potencialmente infectantes, perfurocortantes (Grupos A e E).

11.60.1.2. Certificação de tratamento e disposição final dos resíduos do Grupo B (químicos), obrigatoriamente realizados em aterro de resíduos perigosos Tipo I, conforme disposto nos artigos 57 a 60 da RDC nº 222/2018 da ANVISA.

11.60.1.3. Laudo de monitoramento do processo de tratamento de resíduos, emitido pelo órgão ambiental competente.

11.60.1.4. Descritivo técnico do percentual de redução do volume do resíduo tratado e o processo de descaracterização utilizado antes da disposição final.

11.60.1.5. Laudo de controle de emissão de gases gerados no processo de tratamento.

11.60.1.6. Licença Ambiental de Operação (LAO) emitida pelo órgão ambiental competente para atividade de tratamento de RSS, conforme Resolução CONAMA nº 237/1997;

11.60.1.7. Licença ou autorização ambiental para transporte de resíduos perigosos dentro dos limites estaduais, emitida pelo órgão competente, conforme a Resolução CONAMA nº 358/2005;

11.60.2. A Contratada obriga-se a atender as legislações vigentes e suas atualizações, referenciadas abaixo:

- Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos;
- Decreto Distrital nº 44.330/2023 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal;
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Decreto nº 10.936/2022 - Regulamenta a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólido;
- ABNT – NBR 7500 - Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 7503 – Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 9735 - Conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 10004 – Resíduos Sólidos – Classificação.
- Norma técnica da ABNT – NBR 10007 – Amostragem de Resíduos – Procedimentos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 11175 - Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho – Procedimento.
- Norma técnica da ABNT – NBR 12235 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 12809 - Manuseio de resíduos de serviços de saúde.
- Norma técnica da ABNT – NBR 12810 - Coleta de resíduos de serviços de saúde.
- Norma técnica da ABNT – NBR 13221 - Transporte terrestre de resíduos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 13463 - Coleta de resíduos sólidos – Classificação.
- Norma técnica da ABNT – NBR 14064 - Gases de efeito estufa.
- Norma técnica da ABNT – NBR 14652 - Coletor-transportador Rodoviário de Resíduos de Serviços de Saúde.
- Norma técnica da ABNT – NBR 14725 - Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente.
- NR – 06 - Ministério do Trabalho e Emprego – Equipamento de Proteção Individual.
- NR – 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde
- Resolução ANVISA - RDC nº. 222/18 – Gerenciamento de Resíduos em Serviços de Saúde.
- Resolução ANVISA - RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004 - Regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- Resolução CONAMA – nº. 358/05 – Tratamento e Disposição Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde.
- Resolução CONAMA – nº 237/97 – Licenciamento Ambiental.
- Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022 - Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

#### 11.61. **Sustentabilidade**

11.62. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

11.62.1. Em consonância com os princípios da sustentabilidade definidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e visando à promoção de práticas ambientalmente responsáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, os serviços objeto desta contratação deverão observar, de forma integrada e obrigatória, os seguintes requisitos de sustentabilidade:

I - A execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos A (potencialmente infectantes), B (resíduos químicos) e E (perfurocortantes), deverá obedecer rigorosamente à legislação ambiental e sanitária aplicável, destacando-se, entre outras, a Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, e a Resolução CONAMA nº 358/2005, que regulamenta o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada desses resíduos.

II - O manejo dos resíduos deverá ser feito de forma a minimizar os impactos ambientais, observando-se as boas práticas de segregação, acondicionamento, identificação, transporte e destinação final, em conformidade com os princípios da logística reversa, da precaução ambiental e da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

III - A contratada deverá comprovar que as tecnologias empregadas no tratamento dos resíduos são ambientalmente adequadas e preferencialmente de menor impacto ambiental, conforme diretrizes da Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), e que atendem aos critérios de eficiência energética, baixa emissão de poluentes e segurança sanitária.

IV - No aspecto social, a contratada deverá assegurar a proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores envolvidos, fornecendo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos riscos inerentes à atividade, devidamente certificados e em bom estado de conservação, bem como promovendo a capacitação contínua dos trabalhadores, com treinamentos específicos para a coleta, transporte e manipulação de resíduos perigosos, em conformidade com a NR 38 – Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana, e demais normas correlatas, tais como NR 6 (EPIs) e NR 7 (PCMSO).

V - Adicionalmente, recomenda-se que a contratada adote práticas inclusivas, como a valorização da diversidade, promoção da equidade de gênero e respeito aos direitos trabalhistas, além da preferência por fornecedores e parceiros que atuem com responsabilidade socioambiental certificada.

VI - A comprovação do atendimento a esses requisitos poderá ser exigida por meio de documentação técnica, certificados ambientais, relatórios de treinamento, registros de entrega de EPIs, licenças ambientais, autorizações dos órgãos competentes e demais documentos correlatos, conforme especificado no contrato e nas etapas de fiscalização contratual.



## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
  - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - der causa à inexecução total do contrato;
  - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
  - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
  - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 13.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- 13.2.4. **Multa:**
- 13.2.4.1. Sanção prevista de **Multa**, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).
- 13.2.4.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 13.2.4.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 13.2.4.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 13.2.4.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 13.2.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.2.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as peculiaridades do caso concreto;
  - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - os danos que dela provierem para o Contratante;
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.2.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 13.2.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
- 13.2.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).
- 13.2.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

- 14.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021;
- 14.2. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.
- 14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- 14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 14.8. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.9. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.10. Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA**

15.1. Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMISSÃO EXECUTORA**

16.1. **Executor do Contrato:** Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133/2021](#) e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

### **16.2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

16.2.1. O contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.2.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

16.2.4. O contratante poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.2.5. O órgão ou entidade deverá permitir, consoante com as normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas instalações, para entrega dos produtos solicitados.

16.2.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.2.7. Não estão previstas exigências que caracterizem intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado, neste contrato. Além disso, durante a vigência do contrato, é vedado ao Contratante fazer tais exigências, conforme estabelecido no artigo 48, inciso VI, da Lei n.º 14.133/2021.

### **16.2.8. Preposto**

16.2.8.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.2.8.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **16.2.9. Fiscalização**

16.2.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

16.2.9.2. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela Superintendência da Região de Saúde, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

16.2.9.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

### **16.2.10. Fiscalização Técnica**

16.2.10.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

16.2.10.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

16.2.10.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

16.2.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

16.2.10.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

16.2.10.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

16.2.10.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

16.2.10.8. As disposições previstas neste contrato não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **16.2.11. Fiscalização Administrativa**

16.2.11.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

16.2.11.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

16.2.11.3. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

### **16.2.12. Fiscal Setorial**

16.2.12.1. Quando o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades

desconcentradas de um órgão ou uma entidade, caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições que cabem ao FISCAL TECNICO E ADMINISTRATIVO.

#### 16.2.13. Gestor do Contrato

16.2.13.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

16.2.13.2. O gestor do contrato acompanhará os registros, realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior, aquelas que ultrapassarem a sua competência;

16.2.13.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

16.2.13.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar doatesto de cumprimento de obrigações;

16.2.13.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

16.2.13.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

16.2.13.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

16.2.13.8. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

16.2.13.9. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

16.2.13.10. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

16.2.13.11. Receber e dar encaminhamento imediato:

Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

16.2.13.12. Para fins de compatibilização das previsões de Gestão do Contrato da Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas que disciplinam a matéria (com enfoque ao Decreto Distrital nº 44.330/2023) com os ditames da Portaria SES/DF nº 05 DE 03/01/2025 (que aprova o regulamento para Execução das Contratações da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal), considera-se:

16.2.13.13. Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Setorial, no que couber e conforme disposições da Portaria SES/DF nº 05 DE 03/01/2025.

16.2.13.14. Gestor de Contrato, no que couber e conforme disposições da Portaria SES/DF nº 05 DE 03/01/2025.

16.2.13.15. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2.13.16. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.2.13.17. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.2.13.18. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.2.13.19. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

19.3.

## APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

### DA DEFINIÇÃO

Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

Este anexo é parte indissociável do Contrato firmado a partir do Termo de Referência e de seus demais anexos.

### INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO

Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio dos indicadores abaixo, além dos demais itens obrigatórios constantes nas cláusulas deste Contrato e estudo técnico preliminar.

### CONCEITO DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS

MÓDULOS	ITENS AVALIADOS		PESO
A	Prazo	Cumprimento do cronograma de recolhimento dos resíduos nos dias e horários pré-determinados;	10
B	Quantidade	Realiza a pesagem no ato de recolhimento, no local, e emite uma nota para controle contendo toda as informações conforme previsto no termo de referência.	10
C	Qualidade	Apresenta comprovação de destinação final dos resíduos coletados	10
D	Materiais	Fornecer recipientes (bombonas e lacres) com identificação dos dados da contratante em número suficiente para a dispensação e armazenagem dos RSS.	10
E	Veículos	E1 - A empresa disponibiliza veículos com identificação visual em número suficiente para execução dos serviços.	10
		E2 - Os caminhões estão equipados com balanças móveis para a pesagem dos resíduos na origem, devidamente calibradas.	10
F	Equipe de serviço	F1 - A empresa disponibiliza pessoal em número suficiente devidamente capacitado para o desempenho das atividades.	10
		F2 - A empresa disponibiliza regularmente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os profissionais fazem uso adequado dos mesmos.	10
J	Comunicação	J1 - Ocorreu incidente relacionado com a manipulação de resíduos durante a prestação dos serviços.	10
		J2 - Atende as solicitações contratuais com celeridade.	10

Aos indicadores serão atribuídos pontos, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

CRITÉRIOS E DESCRIÇÕES A SEREM AVALIADOS		
Módulo A – Prazo		
Cumpriu o cronograma de recolhimento dos resíduos nos dias e horários pré-determinados	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrências	9	
2 ocorrências	8	
3 ocorrências	7	
4 ocorrências	6	
5 ocorrências	5	
6 ocorrências	4	
7 ocorrências	3	
8 ocorrências	2	
9 ocorrências	1	
10 ocorrências	0	
Módulo B – Quantidade		
Realizou a pesagem no ato de recolhimento, no local, e emite uma nota para controle contendo toda as informações conforme previsto no termo de referência.	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
Módulo C – Qualidade		
Apresentou comprovação de destinação final dos resíduos coletados.	Pontuação	Avaliação
Apresentou comprovação	10	
Apresentou comprovação parcial	5	
Não apresentou comprovação	0	
Total de pontos	10	
Modulo D - Materiais		
Forneceu recipientes (bombonas e lacres) com cores e identificação dos dados da contratante em número suficiente para a dispensação e armazenagem dos RSS.	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
Módulo E - Veículos		
E1 - A empresa disponibilizou veículos com identificação visual em número suficiente para execução dos serviços.	Pontuação	Avaliação

Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
E2 - Os caminhões estão equipados com balanças móveis para a pesagem dos resíduos na origem, devidamente calibradas.	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
Módulo F - Equipe de serviço		
F1 - A empresa disponibilizou pessoal em número suficiente devidamente capacitado para o desempenho das atividades.	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
F2 - A empresa disponibilizou regularmente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os profissionais fizeram uso adequado dos mesmos.	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrências	3	
4 ou mais ocorrências	0	
Módulo G - Comunicação		
G1 - Ocorreu incidente relacionado com a manipulação de resíduos durante a prestação dos serviços.	Pontuação	Avaliação
Sem ocorrências	10	
1 ocorrência	5	
2 ocorrências	4	
3 ocorrência	3	
4 ou mais ocorrências	0	
G2 - Atendeu às solicitações contratuais com celeridade.	Pontuação	Avaliação
Cumpriu o prazo estabelecido	10	
Cumpriu parcialmente o prazo estabelecido	5	
Não cumpriu o prazo estabelecido	0	
Total de pontos		

#### FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = Pontos “indicador A” + Pontos “indicador B” + Pontos “indicador C” + Pontos “indicador D + Pontos “indicador E + Pontos “indicador F + Pontos “indicador G”

Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de ajuste de nível de serviço
De 95 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 90 a 94 pontos	98% do valor previsto	0,98
De 85 a 89 pontos	96% do valor previsto	0,96
De 80 a 84 pontos	94% do valor previsto	0,94
De 75 a 79 pontos	92% do valor previsto	0,92
De 70 a 74 pontos	90% do valor previsto	0,90
De 65 a 69 pontos	87% do valor previsto	0,87

De 60 a 64 pontos	85% do valor previsto	0,85
Abaixo de 59 pontos	80 % do valor previsto	0,80 + avaliar a possível rescisão contratual
Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]		

A avaliação abaixo de 70 pontos por três vezes, durante o período de 12 (doze) meses, poderá ensejar a rescisão do contrato.

#### RESULTADO DA MEDIÇÃO DO SERVIÇO

O valor para emissão da nota fiscal com base na medição do serviço da faixa de ajuste é de R\$.....

#### APÊNDICE II - RELAÇÃO DE LOCAIS A SEREM ATENDIDOS

Região	Unidade	Endereço	CEP	Frequência de Coleta
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Guará	SRIA QI 06 Lote C - GUARÁ I	71.010-006	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 2 Guará	Guará II QE 23 - Área Especial S/N - Brasília - DF	71.025-000	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 3 Guará	QE 38 - GUARÁ II - ÁREA ESPECIAL	71.070-380	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 4 Guará	QELC - EQ 2/3, CONJUNTO LÚCIO COSTA	71.100-100	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 5 Guará	QE 38 - Conj. U, - Guará II	70.297-400	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 5 Guará - Antigo Horta Comunitária	QE 38 Conjunto O - AREA ESPECIAL (ESPAÇO DA HORTA COMUNITÁRIA)	72.220-388	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 - Estrutural UBS	ÁREA ESPECIAL 01 - SETOR CENTRAL	71.020-010	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 2 Estrutural	ÁREA ESPECIAL 19, ST CENTRAL - VILA ESTRUTURAL - Antigo TRE	71.255-230	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Candangolândia	EQR 05/07, A/E N°01, CANDANGOLÂNDIA	71.725-510	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Núcleo Bandeirante	3ª AVENIDA - ÁREA ESPECIAL N°03	71.720-586	SEMANAL
SRSCS	Policlínica do Núcleo Bandeirante	3ª AVENIDA - ÁREA ESPECIAL 03 - Núcleo Bandeirante	71.720-586	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 2 Núcleo Bandeirante	Rua 1 Setor dos Engenheiros A/E N°02. (antiga bibliot. Metropolitana)	71.730-010	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Park Way	Área Especial n° 01 - Vargem Bonita	71.715-520	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 3 Núcleo Bandeirante	A/E N°01, VARGEM BONITA	71.715-520	SEMANAL
SRSCS	Policlínica Riacho Fundo I - Centro Sul	QS 16, Área Especial 14/15. Avenida Cedro	71.825-600	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Riacho Fundo I	QN 09 AREA ESPECIAL 11 RIACHO FUNDO I	71.805-739	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 2 Riacho Fundo I	QN 01 - RF 1 - QN 01 CONJ. 32 A/E	71.805-132	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Riacho Fundo II	QC 06 CONJ. 16 LOTE 01 RF II	71.882-266	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 2 Riacho Fundo II	QC 01 - RF II - QC 01 CONJ. 10 LOTE 01	71.882-110	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 3 Riacho Fundo II	QN 07 A E B LOTES 01 E 02 ÁREA ESPECIAL	71.805-708	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 4 Riacho Fundo II	A/E 01, CAUB	71.884-690	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 5 Riacho Fundo II	QS 09 CONJUNTO 01	71.884-376	SEMANAL
SRSCS	INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL	EPNB KM 04, A/E S/N, AV. SUCUPIRA, GRANJA DO RIACHO FUNDO - RIACHO FUNDO I	71.825-300	QUINZENAL
SRSCS	POLICLÍNICA RIACHO FUNDO II	EPNB KM 04, A/E S/N, AV. SUCUPIRA, GRANJA DO RIACHO FUNDO - RIACHO FUNDO I	71.825-300	QUINZENAL
SRSCS	HOSPITAL REGIONAL DO GUARÁ	ÁREA ESPECIAL - QI 06 - LOTE C - GUARÁ I	71.010-006	DIARIAMENTE
SRSCS	POLICLÍNICA DO GUARÁ	ÁREA ESPECIAL - QI 06 - LOTE C - GUARÁ I	71.010-006	DIARIAMENTE
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Varjão	Quadra 05 Conjunto A Lote 17 - VILA VARJÃO	71.555-133	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Lago Norte	SHIN QI 03, Área Especial- Lago NorteE	71.505-200	SEMANAL
SRSCS	ADOLESCENTRO DE BRASÍLIA (ANTIGO CS 06)	SGAS 605 Avenida L2 Sul- ASA SUL	70.200-650	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 - Asa Sul	SGAS QD 612/613 LT. 38/39.	70.200-720	SEMANAL
SRSCS	Centro Especializado da Saúde da Mulher - CESMU	EQS 514/515 - W3 SUL.	70.380-550	SEMANAL
SRSCS	CAPS - SETOR COMERCIAL SUL	SCS quadra 05 – Asa Sul.	70.305-000	SEMANAL
SRSCS	CEO - CENTRO ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICAS	SEPS 712/912. Asa Sul	70.390-125	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Asa Norte	SGAN QD 905, MÓDULO D, PLANO PILOTO	70.790-054	SEMANAL
SRSCS	Centro Especializado em Diabete, Obesidade e Hipertensão (CEDOH)	EQN – 208/408 Asa Norte	70.853-450	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 2 Asa Norte	EQN 114/115 Área Especial – Asa Norte	70.764-400	SEMANAL
SRSCS	CEDIN - HOSPITAL DIA	EQS 508/509 – Asa Sul	70.351-580	SEMANAL
SRSCS	CTA (NTA) CENTRO DE TESTAGEM E ACOHIMENTO - RODOVIÁRIA	Estação Rodoviária de Brasília – Mezanino – Plataforma do Meio	70.089-000	SEMANAL
SRSCS	Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III	SGAN 905 módulo D Asa Norte	70.790-054	QUINZENAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 1 Cruzeiro	SHCES Quadra 601, Lote 01 Área Especial, Cruzeiro Novo	70.650-435	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 2 Cruzeiro	SETOR ESCOLAR LOTE 04 – Cruzeiro Velho	70.297-400	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde n° 3 Lago Sul	SHIS QI - 21/23 Área Especial S/N LAGO SUL	71.655-200	SEMANAL
SRSCS	Unidade Básica de Saúde - Granja do Torto	Quadra 1 Granja do Torto – Brasília/DF	70.636-003	SEMANAL

SRSCE	Unidade Básica de Saúde nº 3 Asa Norte (Vila Planalto)	Rua Piauí, Área Especial S/N.º Vila Planalto	70.790-050	QUINZENAL
SRSCE	COMPP E CAPS I - ASA NORTE	SMHN Conjunto A Bloco 1. Edifício COMPP – Asa Norte	70.335-900	CONFORME DEMANDA
SRSCE	HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE - HRAN	SMHN Quadra 101 Bloco A Área Especial – Asa Norte	70.710-100	DIARIAMENTE
SRSCE	Centro de Referência para o Atendimento de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (CRETEA)	Estação 108 Sul do Metrô-DF	70.390-100	SEMANAL
SRSOE	POLICLINICA II - Unidade 44 horas CEILÂNDIA	QNM 17 AE 01 (ANTIGO CS 01)	72.215-274	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 01 Ceilândia	QNP 07/11 SETOR P NORTE	72.240-540	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 02 Ceilândia	QNM 15 - LOTE F	72.225-150	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 03 Ceilândia	QNM 15 - LOTE D	72.215.150	SEMANAL
SRSOE	Policlínica - Antiga UBS 4	QNN 16 - LOTE F - CEILÂNDIA SUL - GUARIROBA	72.220.160	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 05 Ceilândia	QNM 16 - LOTE F - CEILÂNDIA NORTE	72.210-160	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 06 Ceilândia	EQNP 10/14 - LOTES E, F, G, H	72.210-160	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 07 Ceilândia	QNO 10 - ÁREA ESPECIAL D e E	72.255.000	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 08 Ceilândia	EQNP 13/17, LOTES A,B,C,D	72.241.540	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 09 Ceilândia	EQNP 28/32 - LOTES A,B,C,D	72.235-571	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 10 Ceilândia	QNN 12 - ÁREA ESPECIAL 01	72.220.120	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 11 Ceilândia	EQNO 17/18 - SETOR "O" EXPANSÃO	72.260.744	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 12 Ceilândia	EQNQ 03/04	72.270-300	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 13 Ceilândia	NÚCLEO RURAL DA BOA ESPERANÇA	72.227-991	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 14 Ceilândia	CONDOMÍNIO PRIVÊ LUCENA RORIZ Md 12 LOTE 01	72.268-000	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 15 Ceilândia	QNP 21 A/E S/N - VILA OLÍMPICA	72.242-000	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 16 Ceilândia	QUADRA 500, AE 02, SOL NASCENTE, CEILÂNDIA-DF	72.236-800	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 17 Ceilândia	EQNP 16/20 AE, LOTES E, F e G	72.231-560	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 18 Ceilândia CAIC - BERNARDO SAYÃO	QNN 28 ÁREA ESPECIAL H, I, J e K	72.220-280	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 19 Ceilândia - Vista Bela	DF-180, KM 42, Chácara 880 B, Núcleo Rural Alexandre Gusmão - Vista Bela.	72.701-997	QUINZENAL
SRSOE	FARMÁCIA DE ALTO CUSTO - Ceilândia	EQNM 18/20, BLOCO A e C - PRAÇA DO CIDADÃO	72.210-550	MENSAL
SRSOE	CAPS ad III - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	QNN 01 CONJUNTO A LOTES 45/47 - Av. Leste	72.225-011	QUINZENAL
SRSOE	UBS QNR Ceilândia	QNR 02, Área Especial 12. Ceilândia	72.275-324	QUINZENAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 1 Brazlândia	E/Q 06/08 NORTE ÁREA ESPECIAL 01 - SETOR NORTE	72.710-065	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 2 Brazlândia	QD. 45 ÁREA ESPECIAL Nº 01 - EXPANSÃO DA VILA SÃO JOSÉ	72.745-000	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 3 Brazlândia	QUADRA 03 LOTE 06 ÁREA COMERCIAL	72.738.990	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 4 Brazlândia	UBS - VEREDAS II - ÁREA COMERCIAL 01	72.725-100	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 5 Brazlândia	RESERVA A, DF 240/DF 008/DF 445, KM 04, VICINAL A ESQUERDA	72.710.990	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 6 Brazlândia	FAZENDA ALMÉCEGAS DF 180/DF 205 KM 05	72.799-899	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 7 Brazlândia	QD. 15 LOTE 02 LOJA 01 A/E 02 (ANTIGA SEDE DO DF DIGITAL	72.720-660	SEMANAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 8 Brazlândia - Torre e Bucanhão	Radiobrás, Chácara Santa Helena, Capela Oeste	72.710-990	QUINZENAL
SRSOE	Unidade Básica de Saúde nº 09 Incra 8 - Brazlândia	CAAG, QD. 15 - BRAZLANDIA	72.760-120	SEMANAL
SRSOE	CAPS - Brazlândia	QUADRA 01 ÁREA ESPECIAL 02, SETOR VEREDAS	72.725-116	QUINZENAL
SRSOE	HOSPITAL DE BRAZLANDIA	ÁREA ESPECIAL Nº 06 - SETOR TRADICIONAL	72.720-901	DIARIAMENTE
SRSOE	HOSPITAL DA CEILÂNDIA	QNM 27 - ÁREA ESPECIAL 01	72.215-270	DIARIAMENTE
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 1 Taguatinga	QNG ÁREA ESPECIAL Nº 18/19, TAGUATINGA NORTE	72.130-005	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 2 Taguatinga	QND LOTE A - PRAÇA DO BICALHO	70.297-400	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 3 Taguatinga	QNL 01 - ÁREA ESPECIAL Nº 02, TAGUATINGA NORTE	70.297-400	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 5 Taguatinga	QSD ÁREA ESPECIAL Nº 23 - SETOR D SUL	72.020-260	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 6 Taguatinga	QSC 01 - SETOR C SUL - ÁREA ESPECIAL Nº 01	72.016-010	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 7 Taguatinga	QNM 36 - ÁREA ESPECIAL Nº 10 M NORTE	72.145-000	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 8 Taguatinga	QNL 24, área especial.	72.161-409	SEMANAL
SRSSO	CAPS I	QNF ÁREA ESPECIAL 24 SETOR F NORTE	72.125-750	QUINZENAL
SRSSO	CER II	ÁREA ESPECIAL Nº 23 - SETOR C NORTE - LOTE 16	72.115-700	SEMANAL
SRSSO	POLICLÍNICA	C 12 ÁREA ESPECIAL Nº 01 - TAGUATINGA CENTRO	72.010-120	SEMANAL
SRSSO	CRT - CENTRAL DE RADIOLOGIA	QNG 10 ÁREA ESPECIAL Nº 02	72.130-002	SEMANAL
SRSSO	CAPS II -Taguatinga	QNA 39, AE 19 - TAGUATINGA NORTE	72.110-390	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 1 - VICENTE PIRES / Base Samu	RUA 4C Chácara 12 Colônia Agrícola Samambaia	72.001-185	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 1 Águas Claras	QS 05 Av. ÁREAL LOTE 24 - ÁGUAS CLARAS	72.130-077	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 2 Águas Claras	QS 08, CONJUNTO 410 A, LOTE 15 AREAL	72.155-000	SEMANAL
SRSSO	POSTO DE VACINAÇÃO ÁGUAS CLARAS	Rua Manacá Lote 02 Bloco 1 Sala 07 – Prédio da Administração.	71.936-500	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 1 Recanto das Emas E CAPS I	QD 307 A/E 01	72.621-426	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 2 Recanto das Emas	AVENIDA RECANTO DAS EMAS - Q. 102 - AE 01	72.600-228	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 3 Recanto das Emas	Quadra 104/105 Área Especial	72.600-400	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 4 Recanto das Emas	QUADRA 308 LOTE 02, AV. RECANTO DAS EMAS	72.622-120	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 5 Recanto das Emas	Qd 804 lote 01 conjunto 20B, Avenida Monjolo	72.650-760	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde nº 6 Recanto das Emas	AV. PONTE ALTA QD. 604 - Dentro do Centro Olímpico	72.640-430	SEMANAL

SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 7 Recanto das Emas	EMA 33 - NÚCLEO RURAL CASA GRANDE E MONJOLO	72.428-010	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 8 Recanto das Emas	DF 280 Km 03 QD. 04 Setor Habitacional ÁGUA QUENTE	72.669-000	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 9 Recanto das Emas	AV. RECANTO DAS EMAS - QD. 102 - ANEXO CS 02	70.600-125	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 10 Recanto das Emas	AVENIDA MONJOLO - QD. 511/311 Lote 01	72.622-400	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 11 Recanto das Emas	Quadra 01, LOTE 23 - Salomão Elias	72.650-030	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 1 Samambaia	QR 408 AE 01	72318599	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 2 Samambaia	QS 611 - AE 02	72.331-565	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 3 Samambaia	QN 429 CONJ. F LOTE 01, EXPANSÃO SAMAMBAIA	72.329-000	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 4 Samambaia	QN 512 CONJ. 02 LOTES 01, 02 e 03	72.312-702	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 5 Samambaia	QN 523 área especial 01. Samambaia	72.317-520	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 6 Samambaia	QS 122 conjunto 06 lote 01 Samambaia Sul	72.304.526	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 7 Samambaia	QD 302 Conj. 05 Lote 01	72.300-639	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 8 Samambaia	QS 314 CONJ. 05 Lote 01	72.308-515	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 9 Samambaia	QN 317, A/E 01	72.307-716	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 10 Samambaia	QN 501, CONJUNTO 07, CASA 31	72.311-207	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 11 Samambaia	QR 831 conjunto 02, lote 1. Samambaia Norte	72.338-722	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 12 Samambaia	QD 210, CONJUNTO 22, LOTE 01, SAMAMBAIA - DF	72.316-223	SEMANAL
SRSSO	Unidade Básica de Saúde n° 13 Samambaia	QD 615, AREA ESPECIAL N° 01 - ANTIGO CAPS	72.322-583	SEMANAL
SRSSO	CAPS AD III - 107	QS 107, CONJ. 07, Lotes 3 e 4	72.301-527	QUINZENAL
SRSSO	UAA - UNIDADE DE ACOLHIMENTO ADULTO	QS 107, CONJUNTO 08, LOTES 3, 4 e 5	72.301-528	QUINZENAL
SRSSO	CAPS III - Centro de atendimento psicossocial II	CENTRO URBANO QS 302 CJ. 05 lote 1 - AO LADO DA CF SAMAMBAIA	72.300-639	QUINZENAL
SRSSO	HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA	QNC ÁREA ESPECIAL N° 24 - TAGUATINGA NORTE	72.115-902	DIARIAMENTE
SRSSO	HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA	QS 614, CONJUNTO C, LOTES 01 e 02	72.322-583	DIARIAMENTE
SRSLE	CASA DE PARTO	CENTRO DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES QD. 02, A/E, CONJ. 10, CENTRO	71.691-081	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 1 Itapoã	QD 378, CONJ. L - A/E - DEL LAGO	71.593-620	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 2 Itapoã	A/E - ENTREQUADRA 61/318	71.591-505	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 3 Itapoã	QD 378 CONJ. A LT 04	71.593-620	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 4 Itapoã	GALPÃO DF 250 - Km 8 Chácara Nutri - Rural, DF	73.007-994	QUINZENAL
SRSLE	CAPS - AD - ITAPOÃ	Quadra 378, CONJ A, área especial n° 4, Del Lago - Itapoã	71.593-620	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° MANGUEIRAL	Praça de Atividades 02 - PA 2, Lote 01, Setor Habitacional Mangueiral	71699-195	SEMANAL
SRSLE	CAPS II	QD 02, área especial, Setor Hospitalar Paranoá	71570-211	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde PARANOÁ PARQUE	Quadra 02, conjunto 6, área especial 4. Paranoá Parque	71.587-034	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 1 Paranoá	Quadra 21, área especial, Paranoá.	71.572-101	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 2 Paranoá	Quadra 18, área especial, Paranoá.	71.571-800	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 3 Paranoá Parque	Quadra 02, conjunto A, Área Especial. Paranoá.	71.570-201	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 4 Jardim II Paranoá RURAL	DF 285, KM 23, Área Especial, Jardim II, Paranoá.	73.370-994	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 5 - Paranoá PSR - QUEBRADA DOS NERES	DF 130 Km 56 Quebrada dos Neres - Paranoá,	71.590-000	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 6 Cariru Paranoá UBS RURAL	COLÔNIA AGRÍCOLA CARIRU DF 120 A/E	71.570-000	SEMANAL
SRSLE	Núcleo Rural Três Conquistas (Apoio UBS 6)	DF 130, KM 21, Núcleo Rural Três Conquistas - Paranoá	71.590-000	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 7 Café Sem Troco Paranoá UBS RURAL	DF 270, KM 02, Café sem troco.	71570-000	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 8 PAD-DF Paranoá UBS RURAL	BR 251, KM 07, PADDF	71.589-899	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 5 Capão Seco Paranoá UBS RURAL	Núcleo Rural Capão Seco Colônia Agrícola DF 125, BR 251	71.570-001	SEMANAL
SRSLE	PONTO DE APOIO VINCULADO A CARIRU	DF 130, KM 21, S/N, Núcleo Rural Três Conquistas - Paranoá	71.586-400	QUINZENAL
SRSLE	Policlínica de São Sebastião	CENTRO DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES QD. 02, A/E, CONJ. 10, CENTRO	71.691-081	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 1 São Sebastião	Centro de Múltiplas Atividades, área especial n° 10 - Centro - São Sebastião/DF.	71.691-047	QUINZENAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 2 São Sebastião	Q. 101, conj. II, lote 1, - TRE - Residencial Oeste - São Sebastião	71.962-000	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 03 Residencial Oeste São Sebastião	QD. 301, CONJ. 06, LOTE 01 - Oeste- São Sebastião	71.692-000	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 04 Morro Azul São Sebastião	VILA OLÍMPICA - Morro Azul - São Sebastião	71.697-015	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 05 Nova Betânia São Sebastião UBS RURAL	DF 140, KM 7,5, POSTO RURAL. Ao Lado da Emater. Nova Betânia	71.681-990	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 06 São Francisco São Sebastião	CONJUNTO 05, CASA 01, BAIRRO SÃO FRANCISCO - São Sebastião	71.693-305	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 07 MORRO DA CRUZ	CHÁCARA 10, MORRO DA CRUZ - São Sebastião	71.693-500	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 8 - Cavas de Baixo	BR 251, Km 29 - Espaço Núcleo Rural Cavas de Baixo	71.691-047	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 9 São Sebastião BOSQUE I	RUA DA ESCOLA, 540 - VILA NOVA - São Sebastião	71.693-168	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 10 - JOÃO CÂNDIDO	RUA 14, LOTE 21, LOJAS 1,2 E 3, BAIRRO JOÃO CÂNDIDO - São Sebastião	71.693-210	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 11 - RES. DO BOSQUE II	RUA 26, Conjunto B, CASA 17 RES. DO BOSQUE II - São Sebastião	71.694-024	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 12 São José São Sebastião	QD. 31, LT 06, BAIRRO VILA SÃO JOSÉ - São Sebastião	71.693-032	SEMANAL



SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° 19 Vila do Boa São Sebastião	RUA 07, CASA 400, BAIRRO VILA DO BOA -São Sebastião	71.697-329	SEMANAL
SRSLE	Unidade Básica de Saúde n° Tororó Santa Maria	Comercial Alpha Center, BOX 18 DF 140Km 4,5 Setor Habitacional Tororó	72.510-418	QUINZENAL
SRSLE	HOSPITAL REGIONAL DO PARANOÁ	Área especial hospitalar, quadra 2, conj. K, lote 1, Paranoá-DF	71.570-130	DIARIAMENTE
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 1 Sobradinho	QD 14 - A/E N° 22/23, SOBRADINHO	73.050-140	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 2 Sobradinho I	QD 03- A/E (entre conjuntos D/E)- SOBRADINHO	73.030-038	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 3 Sobradinho	A/E Novo Setor de Mansões Nova Colina, Sobradinho	73.017-017	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 4 Sobradinho - Rota do Cavalo	DF 440, Cond. Res. Serra Verde, Km 12, sala anexa a Paróquia Nossa Senh. Fátima	73.031-615	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 5 Sobradinho	Área Especial 01, Lote 01- Associação de Moradores, Vila BASEVI, Sobradinho.	73.100-720	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 6 Sobradinho	ROD. DF 001, KM 120, RUA 08, CHÁC. 187, LAGO OESTE - SOBRADINHO	73.070-056	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 1 Sobradinho II	AR 13, conjunto 07, lote 01, área especial- SOBRADINHO II	73.062-712	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 2 Sobradinho II	DF 420, em frente a AR 11, Complexo de saúde, Setor de Mansões. Ao lado da UPA	73.030-030	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 3 Sobradinho II	Quadra 45 A, conj. A, lote 56 - Cond. Vale dos Pinheiros, sede da Assoc. de moradores	73.070-056	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 4 Sobradinho II	QMS 30, Área Especial 01. Condomínio MINI-CHÁCARAS, SOBRADINHO II	73.081-180	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 5 Sobradinho II	QMS 16, Rua 14, Casa 01- Condomínio MINI-CHÁCARAS, Morada da Serra	73.017-017	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 6 Sobradinho II	QD. 12, LOTE 01- CONDOMÍNIO VALE DAS ACÁCIAS. SOBRADINHO II	73.070-056	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 7 Sobradinho II	Quadra 05, Área Especial A 01, Vila Buritizinho	73.011-160	QUINZENAL
SRSNO	CAPS AD Centro de Atenção Psicossocial	AR 17, CHÁCARA 14. SOBRADINHO II.	73.062-700	QUINZENAL
SRSNO	CAPS I INFANTIL	QD. 04 AE - ANTIGA CASA DO ADMINISTRADOR.	73.025-035	QUINZENAL
SRSNO	Posto de Saúde Rural n° 1 Fercal - RUA DO MATO	ROD. DF 150, KM 11, CHÁCARA 02, Núcleo Rural Rua do Mato	73.007-997	SEMANAL
SRSNO	Posto de Saúde Rural n° 2 Fercal - CÓRREGO DO OURO	DF 205, NÚCLEO RURAL CÓRREGO DO OURO	73.060-708	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 1 Fercal	DF 150, Km 12, Quadra 10, lote 14 - FERCAL.	73.150-030	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 2 Fercal - CATINGUEIRO	ROD. DF 205- OESTE KM 13 Núcleo Rural 13, Fercal - CATINGUEIRO	73.151-010	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 3 Fercal - LOBEIRAL	Sítio Patrícia. DF 326, KM 8, Núcleo Rural LOBEIRAL - FERCAL	73.062-301	SEMANAL
SRSNO	Policlínica	Q. 18, conjunto H, A/E 01, Setor Res. Leste, Buritis IV, (Antigo SEDEST)	73.320-020	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 1 Planaltina (SEDEST)	Q. 18, conjunto H, A/E 01, Setor Res. Leste, Buritis IV, (Antigo SEDEST)	73.320-020	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 2 Planaltina - POMBAL	EQ 1/10 - ÁREA ESPECIAL SEM NUMERO - VILA BURITIS, PLANALTINA	73.340-100	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 3 - Planaltina - CEP SAÚDE	Setor Hospitalar Área Especial (CEP SAÚDE), PLANALTINA	73.310-902	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 4 Planaltina	ESTÂNCIA NOVA PLANALTINA QD. 2 RUA A área especial, Estância	73.402-015	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 5 Planaltina	QD 12, CONJ. A, A/E - ARAPOANGA	73.368-664	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 6 Arapoanga Planaltina	QD 08, CONJ. 01, ARAPOANGA	73.350-100	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 7 - Jardim Roriz - Planaltina	ENTREQUADRA 03/04 ÁREA ESPECIAL 002 - JARDIM RORIZ	73.340-300	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 8 - VALE DO AMANHECER	Vale do Amanhecer - Planaltina	73.370-061	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 9 Santos Dumont Planaltina	DF 130, KM 25, NÚCLEO RURAL SANTOS DUMONT	73.310-000	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 10 Taquara Planaltina	QUADRA 01, ÁREA ESPECIAL, NÚCLEO RURAL TAQUARA	73.389-009	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 11 Rajadinha Planaltina	Núcleo Rural da Rajadinha II, RUA 02, LOTE 16/17, Chácara Rio Doce	73.307-990	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 12 - Bica do DER	DF 128, Conjunto A, LOTE 13- COND. SAMAÚNA, BICA DO DER	73.391-153	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 13 São José Planaltina	DF 250, NÚCLEO RURAL SÃO JOSÉ, Área Especial, PLANALTINA	73.390-100	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 14 Tabatinga Planaltina - TABATINGA	DF 120, NÚCLEO RURAL TABATINGA, PLANALTINA	73.307-997	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 15 Rio Preto Planaltina	DF 320, KM 10, NÚCLEO RURAL RIO PRETO, 01, PLANALTINA	73.390-200	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 16 Pipiripau Planaltina - UBS Rural	DF 205, VC 103, NÚCLEO RURAL PIRIPAU II, ÁREA ADMINISTRATIVA	73.307-992	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 17 - JARDIM MORUMBI	NÚCLEO RURAL JARDIM MORUMBI, QD N, LOTE 15, GLEBA F, DF 128 KM 03	73.307-990	SEMANAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 18 - Centro Olímpico	SETOR RECREATIVO E CULTURAL, MÓDULO ESPORTIVO S/N, CENTRO OLIMPICO	73.310-100	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 19 - SUCUPIRA	SETOR RES. OESTE, Vila Nossa Senh. Fátima, Parque Ecológico Sucupira	73.343-010	QUINZENAL
SRSNO	Unidade Básica de Saúde n° 20 Planaltina	A/E 9A, SETOR NORTE (AO LADO DA ESCOLA CLASSE VIVÊNCIA), PLANALTINA	73.310-690	SEMANAL
SRSNO	CAPS II - PLANALTINA	VIA W/L N° 4 - SETOR HOSPITALAR OESTE - A/E	73.310-010	SEMANAL
SRSNO	CERPIS - Centro de Prática Integrativas em Saúde	VIA W/L N° 4- SETOR HOSPITALAR OESTE - A/E	73.010-901	SEMANAL
SRSNO	HOSPITAL REGIONAL DE PLANALTINA	VIA W/L N° 4 - SETOR HOSPITALAR OESTE - A/E	73.310-000	DIARIAMENTE
SRSNO	HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO	QD 12 - A/E 01 - SETOR CENTRAL	71.928-720	DIARIAMENTE
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 1 Gama	Qd. 06 AE lote 06 Setor Sul Gama	72.415-300	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 2 Gama	QD. 11 - LOTES A, B, C e D - A/E - SETOR SUL GAMA	72.450-110	SEMANAL

SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 3 Gama	EQ 3/5 - ÁREA ESPECIAL - SETOR LESTE GAMA	72.425-035	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 4 Gama	Praça 03, AE 02, Setor Leste Gama	72.460-000	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 5 Gama	Qd. 38 AE Setor Central, Lado Leste, Gama	72.405.380	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 6 Gama	EQ. 12/16 - ÁREA ESPECIAL - SETOR OESTE GAMA	72.465.390	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 7 Gama	A/E N° 19 - SETOR CENTRAL, LADO OESTE. ESTÁDIO BEZERRÃO	72.405-170	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 9 Engenho das Lages Gama	BR 060 RUA LÍBANO CASA n° 13 – Engenho das Lages.	72.457-996	QUINZENAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 10 Gama	Rodovia 180 Km 32 - Ponte Alta do Gama (Ponto de Apoio UBS 12)	72.457-996	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 11 Gama	Ass.dos Produtores Rurais Ponte Alta Norte ROD DF 475, KM 07	72.457-993	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 12 Gama	DF 290, ANTIGO POSTO DA RECEITA FEDERAL.	72.410-990	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 13 Gama	Núcleo Rural Casa Grande, Ponte Alta Norte. Gama - DF.	72.600-100	SEMANAL
SRSSU	GAOAPS-SU GAMA	Quadra 12 AE, Setor Oeste- Gama – DF.	72.425-120	QUINZENAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 1 Santa Maria	QR 307 CONJ. T LOTE 02 - Santa Maria.	72.507-400	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 2 Santa Maria	QR 217/317 - LOTE E – A/E (DGS).	72.547-305	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 3 Santa Maria	QD 100 Conjunto I, Lote 01 A/E, Santa Maria.	72.500-413	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 4 Santa Maria	QR 206 AE (antigo posto policial - em frente ao CJ F Lt 13). Santa Maria - DF	72.546-304	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 5 Santa Maria	QR 212/313 - A/E, SANTA MARIA.	72.542-400	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 6 Santa Maria	EQ 202/303, Lote 02, Área Especial, SANTA MARIA.	72.502-400	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 7 Santa Maria	Rua BRIGADEIRO PINTO DE MOURA s/n RESIDENCIAL SANTOS DUMONT	72.593-000	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 8 Santa Maria (Cora Coralina)	QR 417/517 Módulo E, Centro Comunitário Cora Coralina.	72.547-325	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 9 Santa Maria	CL 109, Lote D, Santa Maria - DF	72.500-200	SEMANAL
SRSSU	Unidade Básica de Saúde n° 10 DVO Santa Maria	RUA DO EUCALÍPTO n° 04 A/E DO DVO	72.509-405	SEMANAL
SRSSU	POLICLÍNICA GAMA	Praça 2, Lote 14, Setor Central, GAMA	72.405-610	DIARIAMENTE
SRSSU	HOSPITAL REGIONAL DO GAMA	ÁREA ESPECIAL n° 01 - SETOR CENTRAL GAMA	72.405-901	DIARIAMENTE
SVS	DIVAL ZOONOSSES	AENW trecho 2 lote 4 - Ao lado do Hospital da Criança Setor Noroeste, Brasília - DF	70.655-775	SEGUNDA, QUARTA, SEXTA
SVS	LACEN	SGAN, QD 601, LOTES O E P	70.830-010	DIARIO
SVS	NUVAL PLANALTINA	Avenida Independência, Quadra 02, Bloco J, Setor Comercial, Planaltina	73.310-320	MENSAL
SVS	NUVAL CEILÂNDIA	CEILÂNDIA NORTE – EQNN 05/07 ÁREA ESPECIAL	72.225-064	MENSAL
SVS	NUVAL CEILÂNDIA SUL	QNM 15 MODULO D ÁREA ESPECIAL Ceilândia Sul	72.215-150	MENSAL
SVS	NUVAL GUARÁ	QE 12 ÁREA ESPECIAL “D” GUARÁ I (EM FRENTE AO CENTRO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ)	71.010-320	MENSAL
SVS	NÚCLEO DE CONTROLE QUÍMICO - NCQB	Núcleo de controle químico e biológico - STRC Trecho 02; CL Bloco B/C - lote 1-4. Z. Industrial - Guará - DF	71.225-552	SEMANAL
SVS	NUVAL NORTE	EQN 114/115 – CENTRO DE SAÚDE N.º13 – UBS 02	70.764-400	MENSAL
SVS	NUVAL NÚCLEO BANDEIRANTE	3ª AVENIDA ÁREA ESPECIAL 3 – INSPETORIA DE SAÚDE (AO LADO DO POSTO DE SAÚDE)	71.705-030	MENSAL
SVS	NUVAL PARANOÁ	QD 03 ÁREA ESPECIAL LOTE 07 (ATRÁS DO FORUM)	71.570-030	MENSAL
SVS	NUVAL RECANTO DAS EMAS	QD 104/105 LOTE 03 SETOR HOSPITALAR – AVENIDA RECANTO DAS EMAS	72.650-600	MENSAL
SVS	NUVAL SAMAMBAIA	QUADRA 302 ÁREA ESPECIAL LOTE 07 SAMAMBAI SUL — ATRÁS DO FÓRUM	72.300-655	MENSAL
SVS	NUVAL SANTA MARIA	QC 01 BLOCO B/C ÁREA ESPECIAL.	72.500- 102	MENSAL
SVS	NUVAL SÃO SEBASTIÃO	RUA 47 “A” NÚMERO 50 (ATRÁS DA PRAÇA TIÃO AREIA)	71.691-047	MENSAL
SVS	NUVAL TAGUATINGA	QSE 11/13 ÁREA ESPECIAL N° 02 INSPETORIA DE SAÚDE	72.025-110	MENSAL
SVS	NUVAL GAMA	ÁREA ESPECIAL 07 SETOR CENTRAL DO GAMA (AO LADO DA RODOVIÁRIA)	72.405-610	MENSAL
SVS	NUVAL BRAZLANDIA	ÁREA ESPECIAL 04 LOTE 09 – SETOR TRADICIONAL (AO LADO DA ADMINISTRAÇÃO DE BRAZLÂNDIA)	72.720-040	MENSAL
SVS	NISSS - Núcleo de Inspeção São Sebastião	RUA 47 LOTE 50 - A CENTRO	70.297-400	SEMANAL
SVS	NISAS - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE DA ASA SUL	SAIS - A/E N°10 - BRASÍLIA	70.602-900	QUINZENAL
SVS	GRF - Gerência de Rede de Frio	SGAP LOTE 06 BLOCO G, Parque de Apoio da SES/DF	71.200-010	SEMESTRAL OU CONFORME DEMANDA
URD	HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA - HAB	AENW 03, It. A, Setor Noroeste	70.684-831	DIARIAMENTE
URD	HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE BRASÍLIA - HMIB	SGAS - QD 608 - MÓDULOS 54,55,56,57 E 58 - L2 SUL	70.203-900	DIARIAMENTE
URD	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO - HSV P	QSC 01, área especial - Taguatinga Sul	72.016-010	DIARIAMENTE
CRDF	CRDF - Núcleo de Assistência Farmaceutica - Central de Regulação do SAMU	S.I.A TR 03 LOTES 2090/2100	71.200-033	MENSAL
CRDF	CRDF - SAMU QNG	QNG ÁREA ESPECIAL N° 18/19, TAGUATINGA NORTE	72.130-190	SEMANAL
CRDF	CRDF - SAMU - COORDENAÇÃO - RIACHO FUNDO I	RIACHO FUNDO I, ÁREA ESPECIAL 3, LT 11 (PRÉDIO DF DIGITAL)	71.805-700	SEMANAL
CRDF	CRDF - BASE DO SAMU - Recanto das Emas	Avenida Recanto das Emas Quadra 102 Área Especial	72.600-229	MENSAL
ÓRGÃO VINCULADO	FEPECS	Setor Médico Hospitalar Norte - Asa Norte, Brasília - DF	70.710-907	SEMANAL
ÓRGÃO VINCULADO	HEMOCENTRO	SMHN, conjunto A, Asa Norte	70.710-908	DIARIAMENTE
SULOG	Gerência de Armazenamento e Distribuição de Medicamentos e Materiais Laboratoriais - GADMLAB	SGAP, Lote 06, Bloco G, - SIA, Área Especial - Guará	71.215-000	CONFORME DEMANDA
SULOG	NUMEBE (GADMLAB)	S.I.A TR 04 LOTES 1840/1890	71.200-040	CONFORME DEMANDA
SULOG	NÚCLEO DE FARMÁCIA AMBULATORIAL JUDICIAL (NUFAJ)	SGAP LOTE 6 BLOCO G - SIA - PARQUE DE APOIO SES-DF	71.215-000	SEMESTRAL

SULOG	Gerência de Comp. Esp. da Assist. Farmacêutica - GCEAF	ASA SUL - ESTAÇÃO DO METRÔ 102/103 - SMHS - 101 A/E 1 - BRASÍLIA - D32	70.330-400	QUINZENAL
SULOG	Farmácia de Alto Custo - Gama	Praça 1, s/n – Setor Leste, Gama/DF	70.330-000	MENSAL
CBMDF	1º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Vila Planalto - Via N1 LT 04 AE S/N	70.100-000	QUINZENAL
CBMDF	2º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Taguatinga Norte QNB - Área Especial nº01	72.115-300	SEMANAL
CBMDF	3º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	SIA - Trecho 01 Área Especial 01	70.200-010	QUINZENAL
CBMDF	6º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Núcleo Bandeirante - 3º Avenida AE nº02	71.700-000	QUINZENAL
CBMDF	7º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Brasília - Área Especial nº 01 Lote S/N Setor Tradicional	72.720-030	QUINZENAL
CBMDF	8º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Ceilândia Norte - QNM 18, Área Especial Nº2	72.210-180	SEMANAL
CBMDF	9º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Avenida W1 1 – Área Especial nº 09 Setor Norte, DF	73.316-690	QUINZENAL
CBMDF	10º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Paranoá - Quadra 33 Lote 03	71.570-010	QUINZENAL
CBMDF	11º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Lago Sul -QI 11 Área Especial S/N	71.625-205	QUINZENAL
CBMDF	13º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Guará I - QE 02 Área Especial S/N	71.010-011	QUINZENAL
CBMDF	15º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Brasília Asa Sul - Bloco "A" AE nº16	70.610-200	QUINZENAL
CBMDF	16º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Gama - Quadra 02, Área Especial S/N, Setor Norte	72.430-000	QUINZENAL
CBMDF	17º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	São Sebastião - EQ 201/202, AE S/N	71.690-000	QUINZENAL
CBMDF	18º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Santa Maria Norte - QR 118 AE S/N	72.800-000	QUINZENAL
CBMDF	19º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Candangolândia - QR 01-A LT 01/02 Praça Bosque	71.725-070	QUINZENAL
CBMDF	21º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Riacho Fundo - Quadra 306/7 AE S/N	70.297-400	QUINZENAL
CBMDF	22º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Sobradinho - Quadra Central AE "E"	73.010-700	SEMANAL
CBMDF	25º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Águas Claras - Av Sibiruna, Lote 07	71.928-720	QUINZENAL
CBMDF	34º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Lago Norte - SHIN QI 03, Lote "E", AE S/N	71.605-200	QUINZENAL
CBMDF	36º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Recanto das Emas - AE nº01, Quadra 300, Av Recanto das Emas	72.620-159	QUINZENAL
CBMDF	37º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Samambaia Sul - QD 201, Conj 02, Lote 01, AE S/N	72.341-002	QUINZENAL
CBMDF	41º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Ceilândia Norte - QES, ST Industrial, AE nº05	72.265-503	QUINZENAL
CBMDF	45º GMB - Grupamento de Bombeiro Militar - CBMDF	Sudoeste - EQRS 7/8, Lote 03	70.675-760	MENSAL
CBMDF	Grupamento de Aviação Operacional - GAVOP	SAIN - Lote "D", Módulo "E" - AEROPORTO	70.610-600	MENSAL
CBMDF	Grupamento de Proteção Ambiental - GPRAM	Asa Norte - SGAN 916 AE S/N	70.910-160	QUINZENAL
CBMDF	Grupamento de Atendimento de Emergência Pré-Hospitalar - GAEPH	Guará II - QE 38 AE nº6-B Lote 01	71.070-040	SEMANAL
CBMDF	SIERRA III	Rodovia BR 060, altura do Km 13	72.317-800	QUINZENAL



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA SILVA ANDRADE - Matr.1440193-2, Diretor(a) de Aquisições**, em 27/02/2026, às 15:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **196091668** código CRC= **14D7725F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF

00060-00084933/2025-94

Doc. SEI/GDF 196091668

## SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - DF

**Estudo Técnico Preliminar 478/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 00060-00084933/2025-94

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar visa fundamentar a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular e contínua, dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF.

2.2. Atualmente, este serviço é prestado através do Contrato Administrativo nº 054864/2025 (177088126), formalizado entre a a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa B-GREEN GESTÃO AMBIENTAL S.A., por meio da Dispensa Eletrônica nº 90.082/2025 (174583467), tendo sua vigência de 25/07/2025 a 25/07/2026, sem possibilidade de prorrogação.

2.3. Anteriormente os serviços eram prestados pela empresa BELFORT Gerenciamento de Resíduos Ltda., por meio do Contrato nº 042958/2021–SES/DF, cuja vigência encerrou em 25 de julho de 2025. A referida empresa manifestou-se formalmente por meio da Resposta ao Ofício nº 35 (documento SEI nº 163206285) e da Resposta ao Ofício nº 122 (documento SEI nº 167269257), solicitando a prorrogação contratual por apenas mais 90 (noventa) dias, no período de 26 de fevereiro de 2025 a 27 de maio de 2025, não demonstrando interesse, a partir desta data, na renovação integral do prazo originalmente previsto.

2.4. O serviço é de natureza essencial e contínua, sendo imprescindível para a manutenção das condições de salubridade, proteção ambiental e funcionamento regular das unidades de saúde. A interrupção deste serviço ocasionaria prejuízos significativos ao regular funcionamento das unidades, acarretaria graves prejuízos, comprometendo a higidez dos ambientes de trabalho, a segurança sanitária e ambiental, e expondo servidores e utentes a riscos significativos.

2.5. A Secretaria de Saúde do Distrito Federal não dispõe de recursos técnicos, logísticos nem de infraestrutura adequada para a execução direta das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde. A ausência desses meios torna inviável a realização do serviço por execução própria, o que justifica, de forma inequívoca, a necessidade de terceirização junto a empresa com expertise comprovada no setor.

2.6. A contratação proposta tem, igualmente, o propósito de otimizar os processos de trabalho, assegurando a eficiência na gestão dos resíduos gerados pelas unidades públicas de saúde. Tal medida contribuirá para o adequado funcionamento das unidades, além de promover o bem-estar dos servidores e da população usuária. Considerando o caráter essencial, contínuo e ininterrupto da atividade, a contratação de empresa especializada mostra-se imperiosa, configurando-se como solução eficaz para garantir a continuidade dos serviços, mitigar riscos e assegurar a observância dos princípios da eficiência, continuidade e supremacia do interesse público. Ademais, o êxito do processo licitatório será determinante para o cumprimento das normas legais e regulamentares vigentes.

2.7. Os resíduos dos serviços de saúde (RSS) são todos os resíduos gerados em estabelecimentos de saúde, centros de pesquisa, laboratórios e demais estabelecimentos relacionados com a área de saúde. Os RSS são classificados em função de suas características e consequentes riscos que podem acarretar ao meio ambiente e à saúde.

2.8. Os RSS apresentam características específicas, devendo ser segregados, acondicionados, transportados e tratados de acordo com sua classificação de risco, conforme exigido pelas normativas sanitárias e ambientais vigentes.

2.9. De acordo com a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a RDC ANVISA nº 222/2018, os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) são classificados em cinco grupos, conforme o tipo e o grau de risco envolvido:

I - GRUPO A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.

II - GRUPO B: Resíduos contendo produtos químicos que apresentam periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

III - GRUPO C: Rejeitos radioativos. Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.

IV - GRUPO D: Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares.

V - GRUPO E: Resíduos perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, fios ortodônticos cortados, próteses bucais metálicas inutilizadas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas e lamínulas, espátulas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri).

2.10. O descarte dos RSS não pode ser realizado por meio do serviço de coleta regular, uma vez que tais resíduos representam risco significativo à saúde humana e ao meio ambiente. Diante disso, é imprescindível a adoção de procedimentos técnicos específicos para o manejo, segregação, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final dos diferentes tipos de resíduos gerados, conforme estabelecido pela Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA.

2.11. A gestão dos resíduos com risco biológico, abrange sua coleta, tratamento e disposição final, é um procedimento indispensável para a preservação da saúde pública e a proteção ambiental. Dada a sua relevância, a interrupção desse serviço é inadmissível, pois acarretaria graves riscos sanitários. Esses resíduos incluem materiais potencialmente contaminados, como sangue e seus derivados, fluidos biológicos, peças anatômicas e outros elementos que podem abrigar agentes patogênicos, tais como vírus, bactérias e fungos. Caso não sejam devidamente tratados, esses microrganismos representam uma ameaça significativa, favorecendo a disseminação de enfermidades. Assim, torna-se imperativo que todas as etapas desse processo sejam executadas de maneira contínua, segura e rigorosamente controlada.

2.12. Todo serviço gerador de RSS deve dispor de um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), em conformidade com as regulamentações vigentes. Esse plano deve contemplar todas as etapas do gerenciamento, incluindo a geração, identificação, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos. Os serviços objeto deste Estudo Técnico serão executados nas unidades de saúde da rede da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e nas fundações a ela vinculadas.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Hotelaria em Saúde	Larissa Costa Didier
Diretoria de Apoio Operacional	Rosana Mara Mundim Tomaz de Carvalho

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O prazo para execução dos serviços será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes de acordo com o previsto no Art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021

4.2. Os serviços deverão ser executados em estrita observância às normas técnicas e à legislação vigente, especialmente à RDC nº 222 /2018 da ANVISA, à Resolução CONAMA nº 358/2005, bem como às demais disposições aplicáveis, devendo atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

4.3. Caberá à empresa contratada o fornecimento de recipientes apropriados e respectivos lacres de segurança, destinados ao acondicionamento, coleta e transporte externo dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados em cada unidade vinculada à Secretaria de Estado de Saúde, observadas as normas sanitárias, ambientais e de segurança pertinentes.

4.4. O fornecimento dos materiais e insumos necessários à execução dos serviços deverá ocorrer em quantidade suficiente para atender integralmente à demanda das unidades geradoras, devendo a contratada utilizar veículos adequados, devidamente identificados e licenciados pelos órgãos competentes, em conformidade com as normas técnicas da ABNT, ANVISA, CONAMA e demais legislações e regulamentações aplicáveis, de modo a assegurar a execução contínua, plena e segura dos serviços previstos no objeto contratual.

4.4.1. O contrato deverá conter cláusula específica que obrigue a contratada a manter estoque mínimo de embalagens, caixas coletoras, etiquetas de identificação e demais insumos indispensáveis à execução dos serviços. O quantitativo deverá ser planejado de forma a garantir a continuidade da prestação, mesmo em caso de eventual atraso no fornecimento por parte de terceiros, evitando a interrupção das atividades essenciais.

4.5. A Contratada prestará os serviços de coleta de resíduos nas unidades de saúde geradoras da rede da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES/DF), conforme descrito no Anexo deste Estudo Técnico Preliminar, o qual apresenta a relação detalhada de todos os locais e a frequência de coleta exigida pela SES/DF.

4.6. Considerando a constante expansão da estrutura da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), novas unidades geradoras de resíduos poderão ser incluídas no escopo contratual, conforme a necessidade da Contratante, especialmente em decorrência de medidas emergenciais de saúde pública eventualmente decretadas pelo Governo do Distrito Federal ou pelo Governo Federal. Da mesma forma, poderá ocorrer a exclusão de unidades geradoras, seja em função do encerramento de tais medidas ou por outras razões justificadas. Nessas hipóteses, haverá o redimensionamento proporcional do quantitativo de resíduos de serviços de saúde a ser coletado, tratado e destinado, ajustando-se o contrato conforme a nova realidade operacional.

4.7. A Contratada deverá providenciar o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo profissional responsável, conforme determina o Art. 1º da Lei nº 6.496/1977 e a Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023 e/ou conforme exigências do respectivo Conselho Regional de Química (CRQ), quando aplicável.

4.7.1. A substituição, a qualquer tempo, de um ou mais responsáveis técnicos pela execução da obra ou prestação do serviço obriga ao registro de nova ART, vinculada à ART anteriormente registrada, conforme determina o art. 30 da Resolução nº 1.137.

4.8. A Contratada deverá submeter-se aos mecanismos de programação, supervisão e fiscalização estabelecidos pela Contratante, incluindo, mas não se limitando a: diários de manutenção, registros de acesso e presença das equipes, controles de utilização de materiais, entre outros instrumentos de monitorização definidos pela Contratante.

4.9. A Contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde – PGRSS elaborado por cada órgão ou unidade geradora de resíduos de saúde objeto do contrato.

4.10. A Contratada deverá fornecer os recipientes devidamente identificados de acordo com o grupo de resíduos e seus respectivos lacres, obedecendo as características definidas na legislação específica, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018 e a Resolução CONAMA nº 358/05, para o acondicionamento, a coleta e o transporte dos resíduos de serviços de saúde das unidades geradoras, em quantidade suficiente para a demanda, e reserva técnica, de forma a atender o fluxo de sua geração, o tipo de resíduo e que sejam compatíveis com a programação de coleta, com o PGRSS de cada Unidade e com a identificação do estabelecimento gerador.

4.10.1. Caberá ao servidor da unidade geradora atentar para a devida identificação do recipiente, e em caso de desconformidade, não aceitar o mesmo, sendo a Contratada responsável pela substituição imediata, sem prejuízo para a coleta.

4.11. A Contratada deverá manter um sistema completo de higienização, descontaminação, limpeza e manutenção dos recipientes coletores, equipamentos e veículos, de tal forma que tudo esteja dentro dos padrões estabelecidos nas Resoluções ANVISA e CONAMA e demais normas técnicas pertinentes.

4.12. A Contratada deverá assegurar que todos os recipientes destinados ao acondicionamento dos resíduos estejam devidamente identificados com o nome da unidade geradora correspondente, de forma clara e visível, de modo a permitir a rápida e precisa visualização das informações pela equipe de fiscalização e demais envolvidos na operação.

4.12.1. Os recipientes deverão ser identificados pela contratada com cada tipo de resíduo a ser armazenado, atendendo a legislação vigente.

4.13. A Contratada deverá possuir frota de veículos especializados, devidamente identificados e licenciados/autorizados pelos órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor.

4.14. A Contratada deverá garantir, de forma rigorosa, que todos os seus colaboradores estejam devidamente equipados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários ao manuseio dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), sendo estes fornecidos pela própria empresa e em conformidade com a Lei Federal nº 6.514/1977 e com a Norma Regulamentadora nº 06, aprovada pela Portaria GM nº 3.214/1978. Os EPIs deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, de modo a assegurar a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores.

4.14.1. Compete ainda à Contratada a responsabilidade pela execução dos serviços de lavagem e desinfecção dos uniformes e dos EPIs, devendo esta atividade ser realizada exclusivamente em locais licenciados pela Vigilância Sanitária e Ambiental para tal fim.

4.14.2. Caberá à Contratante, por intermédio dos servidores designados para a fiscalização nas unidades geradoras, observar, exigir o cumprimento e relatar eventuais irregularidades relacionadas à ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) ou de identificação adequada por parte dos funcionários da Contratada, adotando as providências cabíveis conforme previsto no contrato.

4.15. A Contratada deverá providenciar, promover e manter ações contínuas de capacitação e treinamento direcionadas às equipes de profissionais que atuam no setor. Os treinamentos deverão abranger o uso correto e o manuseio dos materiais disponibilizados para o acondicionamento dos resíduos, bem como os procedimentos relativos à coleta, transporte, tratamento e disposição final dos mesmos. O treinamento deverá ser comprovado semestralmente, com a assinatura dos profissionais participantes. Ressalta-se que a execução desta obrigação não acarretará qualquer ônus à Contratante.

4.15.1. No ocasião das unidades geradoras ofertarem treinamento e/ou capacitação, estes poderão ser oferecidos a participação ao colaboradores da prestadora dos serviços.

4.16. A Contratada deverá dispor de um sistema de escoamento técnico emergencial, devidamente estruturado para assegurar a continuidade dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), de modo a garantir que tais atividades não sofram qualquer tipo de interrupção. É vedada, em qualquer hipótese, a paralisação desses serviços, inclusive em casos de greve, manifestações, problemas operacionais ou quaisquer outras causas. Em situações emergenciais, a Contratada deverá adotar, de forma imediata, todas as medidas necessárias para a continuidade plena e eficaz da execução contratual, assegurando a minimização de riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

4.17. A Contratada deverá zelar pela observância das normas de higiene pública e pela preservação ambiental durante toda a execução dos serviços. Deverá, ainda, comunicar imediatamente à Contratante a ocorrência de quaisquer infrações ambientais verificadas, tais como acidentes decorrentes de descargas irregulares de resíduos ou a inexistência ou inadequação dos recipientes utilizados para o acondicionamento, coleta e transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), a fim de possibilitar a adoção de medidas corretivas e preventivas.

4.18. A Contratada deverá apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, um Plano de Contingência e Emergência para situações de risco, contemplando as medidas de segurança pública aplicáveis aos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). O plano deverá, ainda, incluir um sistema eficaz de comunicação imediata à Contratante sobre a ocorrência de infrações ambientais, assegurando a adoção tempestiva de ações corretivas e preventivas.

4.19. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, a compatibilidade com as condições exigidas para a execução das obrigações assumidas, preservando, integralmente, os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira apresentados no processo licitatório, conforme previsto na legislação vigente.

4.20. A Contratada responderá e arcará, no que lhe compete, pelo atendimento a todas as exigências dos órgãos públicos Federais, Estaduais ou Municipais, inclusive os de controle ambiental, derivadas da prestação dos serviços.

4.21. A Contratada responsabilizar-se-á pelas despesas e quaisquer impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados.

4.21.1. Na ocorrência de omissões ou lacunas nos recolhimentos de que trata o item anterior, a Contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para comprovar-se adimplente em relação a todos os empregados, bem como para sanar a irregularidade detectada, sem prejuízo de eventuais sanções e penalidades previstas neste Estudo Técnico Preliminar, e demais instrumentos originadores da contratação pretendida.

4.22. A Contratada deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços, pela mão de obra por ela empregada e pelos eventuais danos pessoais ou materiais deles decorrentes, inclusive por acidentes provocados por seus veículos e equipamentos.

4.23. A Contratada deverá comunicar à Contratante, por escrito, todos os eventuais defeitos, irregularidades ou falhas de ordem técnica constatados na execução dos serviços junto às unidades geradoras.

4.24. A Contratada obriga-se a permitir aos órgãos de fiscalização livre acesso a seus depósitos, oficinas, garagens e outras dependências, possibilitando a vistoria das instalações e anotações relativas a máquinas, equipamentos, veículos, funcionários e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os elementos referentes aos serviços por ela prestados.

4.25. As tratativas referentes à fiscalização dos serviços pela Contratante, bem como quaisquer irregularidades ou ocorrências verificadas durante a execução dos serviços, serão formalizadas por meio da plataforma virtual do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, e encaminhadas à empresa por correspondência eletrônica.

4.26. A Contratada será integralmente responsável pelo pagamento de quaisquer multas, penalidades ou sanções aplicadas por órgãos integrantes do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, incluindo aquelas decorrentes de responsabilidade civil e/ou criminal, que venham a ser impostas em razão de impactos ambientais provocados por falhas, negligência ou má operação na unidade de tratamento e/ou na destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

4.27. Cabe à Contratada a emissão de todas as notas fiscais referentes aos serviços prestados.

4.28. A documentação comprobatória do serviço licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativas/quantitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133, em tudo o que couber.

4.29. A Contratada deverá apresentar à Contratante, após a assinatura do contrato e sempre que solicitado, a seguinte documentação comprobatória relativa ao tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS):

4.30.1. Certificação de Tratamento e disposição final de resíduos potencialmente infectantes, perfurocortantes (Grupos A e E).

4.30.2. Certificação de tratamento e disposição final dos resíduos do Grupo B (químicos), obrigatoriamente realizados em aterro de resíduos perigosos Tipo I, conforme disposto nos artigos 57 a 60 da RDC nº 222/2018 da ANVISA.

4.30.3. Laudo de monitoramento do processo de tratamento de resíduos, emitido pelo órgão ambiental competente.

4.30.4. Descritivo técnico do percentual de redução do volume do resíduo tratado e o processo de descaracterização utilizado antes da disposição final.

4.30.5. Laudo de controle de emissão de gases gerados no processo de tratamento.

4.30.6. Licença Ambiental de Operação (LAO) emitida pelo órgão ambiental competente para atividade de tratamento de RSS, conforme Resolução CONAMA nº 237/1997;

4.30.7. Licença ou autorização ambiental para transporte de resíduos perigosos dentro dos limites estaduais, emitida pelo órgão competente, conforme a Resolução CONAMA nº 358/2005;

4.30. A Contratada obriga-se a atender as legislações vigentes e suas atualizações, referenciadas abaixo:

- Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos;
- Decreto Distrital nº 44.330/2023 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal;
- Lei nº 12305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto nº 10.936/2022 - Regulamenta a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólido;
- ABNT – NBR 7500 - Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 7503 – Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 9735 - Conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 10004 – Resíduos Sólidos – Classificação. Norma técnica da ABNT –
- Norma técnica da ABNT – NBR 10007 – Amostragem de Resíduos – Procedimentos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 11175 - Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho – Procedimento.
- Norma técnica da ABNT – NBR 12235 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 12809 - Manuseio de resíduos de serviços de saúde.
- Norma técnica da ABNT – NBR 12810 - Coleta de resíduos de serviços de saúde.
- Norma técnica da ABNT – NBR 13221 - Transporte terrestre de resíduos.
- Norma técnica da ABNT – NBR 13463 - Coleta de resíduos sólidos – Classificação.
- Norma técnica da ABNT – NBR 14064 - Gases de efeito estufa.
- Norma técnica da ABNT – NBR 14652 - Coletor-transportador Rodoviário de Resíduos de Serviços de Saúde.
- Norma técnica da ABNT – NBR 14725 - Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente.
- NR – 06 - Ministério do Trabalho e Emprego – Equipamento de Proteção Individual.
- NR – 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.
- Resolução ANVISA - RDC nº. 222/18 – Gerenciamento de Resíduos em Serviços de Saúde.
- Resolução CONAMA – nº. 358/05 – Tratamento e Disposição Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde.
- Resolução CONAMA – nº 237/97 – Licenciamento Ambiental.
- Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022 - Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Cumpre esclarecer que os editais analisados para a elaboração deste artefato possuem natureza similar à do objeto ora proposto, sendo utilizados como referência comparativa. Destes instrumentos, foram extraídas cláusulas e disposições que melhor atendem às necessidades específicas e às peculiaridades operacionais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com as devidas adaptações legais e técnicas.

5.2. Observou-se que, para a realização do serviço demandado, os estabelecimentos de saúde congêneres — especialmente hospitais e entidades públicas — realizam a contratação de forma similar à pretendida, cumprindo as exigências legais e normativas aplicáveis.

5.3. Durante a elaboração deste estudo técnico preliminar, foi realizada pesquisa no site *Painel de Preços* do Governo Federal. A pesquisa considerou compras públicas já homologadas, aplicando-se filtros para definição da unidade de fornecimento, que, para o presente objeto, será quilograma/tonelada.

5.4. Considerando que a unidade padrão de massa no Sistema Internacional de Unidades (SI) é o quilograma (kg), tem-se:

- 1 kg = 1.000 g
- 1 t = 1.000 kg, portanto, 1 tonelada corresponde a 1.000.000 de gramas.



5.5. Com o objetivo de ampliar o levantamento de mercado e identificar empresas atuantes no segmento, foi considerada a última pesquisa de preços realizada no processo SEI nº 00060-00028705/2021-19. Foram utilizadas as *Pesquisas de Preços – Banco de Preços* (documentos SEI nº 159255138 e nº 159255156), realizadas em 21/12/2024, pela Gerência de Pesquisa de Preços. A partir destes dados, a Gerência de Hotelaria em Saúde emitiu parecer técnico (documento SEI nº 161658572), atestando a compatibilidade de alguns itens com o objeto previsto no contrato.

5.6. Considerando o Mapa Comparativo de Preços 161804198, de certames anteriores homologados junto aos diversos órgãos e entes públicos, a *unidade de medida dos preços públicos foram ajustadas de forma a ficar igual à unidade de medida (tonelada/mês) do Contrato nº 042958/2021-SES/DF (56743832), de onde originou-se o Relatório 89 - Pesquisa de preços (161804606), emitido pela Gerência de Pesquisa de Preços.* Contudo os preços públicos encontrados, após consulta ao Painel de Mapa de Preços de NFe do Distrito Federal (159255131), não foi possível confirmar se os resultados obtidos referiam-se ao mesmo objeto solicitado, devido à falta de detalhamento necessário para ratificar a utilização do valor como parâmetro de pesquisa de preços. Sendo assim, foi elaborado o Mapa Comparativo de Preços, documento Sei 161804198 juntado ao presente processo com os valores unitários (R\$) dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular, dos resíduos de serviços de saúde Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), conforme classificação da RDC nº 222/2018 da ANVISA com os preços públicos encontrados e validados na pesquisa de preços, conforme tabela a seguir:

Contudo, os preços públicos encontrados por meio da consulta ao Painel de Mapa de Preços de NFe do Distrito Federal (159255131) não puderam ser confirmados como correspondentes ao objeto solicitado, devido à ausência de informações detalhadas que permitissem ratificar a utilização desses valores como parâmetro na pesquisa de preços.

Item:	1					
Objeto:	Coleta, transporte, tratamento e disposição final, de forma regular, dos resíduos de serviços de saúde Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E)					
Quantidade:						
Unidade de Fornecimento:	Ton/Mensal					
Código SES:						
Código BR:						
Responsável Compra / Responsável Cotação	Fonte	Data	Quantidade	Preço Unitário	Preços Válidos	
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO   ESP-SECRETARIA DA SAUDE   ESP-HOSP. GUILHERME ALVARO, SANTOS	www.gov.br/compras/pt-br / Parecer técnico (161658572)	29/10 /2024	7.000	R\$ 8.100,0000		
PODER LEGISLATIVO   Câmara dos Deputados	www.gov.br/compras/pt-br / Parecer técnico (161658572)	23/09 /2024	2.681	R\$ 2.840,0000	R\$ 2.840,0000	
MUNICIPIO DE CHOPINZINHO / 987503 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO - PR	https://www.gov.br/pncp/pt-br / Parecer técnico (161658572)	17/12 /2024	528	R\$ 9.080,0000		

MUNICÍPIO DE CARANGOLA/MG	licitanet.com.br / Parecer técnico (161658572)	12/12 /2024	6.000	R\$ 6.400,0000	R\$ 6.400,0000
MUNICIPIO DE SINOP / 01 - Departamento de Licitações	https://www.gov.br/pncp/pt-br / Parecer técnico (161658572)	27/11 /2024	11.500	R\$ 2.800,0000	R\$ 2.800,0000
MINISTERIO DA SAUDE / 250059 - INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	https://www.gov.br/pncp/pt-br / Parecer técnico (161658572)	22/11 /2024	58.752	R\$ 7.170,0000	R\$ 7.170,0000
MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL / 985475 - PREFEITURA MUN DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR	https://www.gov.br/pncp/pt-br / Parecer técnico (161658572)	18/11 /2024	12	R\$ 2.790,0000	R\$ 2.790,0000
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINA	app2.licitardigital.com.br/pesquisa / Parecer técnico (161658572)	12/11 /2024	2.418	R\$ 6.800,0000	R\$ 6.800,0000
Prefeitura Municipal de Monte Belo	app2.licitardigital.com.br/pesquisa / Parecer técnico (161658572)	21/10 /2024	6.200	R\$ 2.700,0000	R\$ 2.700,0000
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO TOCANTINS/PA	licitanet.com.br / Parecer técnico (161658572)	04/09 /2024	4.800	R\$ 3.530,0000	R\$ 3.530,0000
Mediana		R\$ 4.965,0000			
Valor Mínimo (-50%)		R\$ 2.482,5000			
Valor Máximo (+50%)		R\$ 7.447,5000			
Média Final		R\$ 4.378,7500			
Mediana Final		R\$ 3.185,0000			
Valor de Referência		R\$ 3.185,0000			
Contrato nº 042958/2021-SES/DF (56743832)		R\$ 1.317,6700			
Obs.1: A unidade de medida dos preços públicos foram ajustadas de forma a ficar igual à unidade de medida (tonelada/mês) do Contrato nº 042958/2021-SES/DF (56743832).					
Obs.2: Foram excluídos da pesquisa de preços os valores considerados exorbitantes.					

5.7. Nessa perspectiva, foram aplicados filtros estatísticos à base de dados, resultando na geração dos seguintes relatórios analíticos:

- **Valor Mínimo** (ajustado em -50%): R\$ 2.482,5000
- **Valor Máximo** (ajustado em +50%): R\$ 7.447,5000
- **Média Final**: R\$ 4.378,7500
- **Mediana Final**: R\$ 3.185,0000

5.8. Com base nesses resultados, chegou-se ao **Valor de Referência** para a contratação em **R\$ 3.185,0000** tonelada/mês, por se tratar do valor da mediana, considerado mais representativo e adequado à realidade do mercado, especialmente diante das inconsistências encontradas nos valores extremos.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Na contratação em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face do serviço ser considerado comum.

6.2. A contratada, quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde - PGRSS elaborado pelas unidades de saúde da rede SESDF, além de obedecer às diretrizes constantes na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC da Anvisa nº 222 de 28 de março de 2018.

6.3. O quantitativo médio mensal de resíduos coletados e tratados foi apurado com base no histórico de pesagens realizadas em cada unidade geradora, conforme levantamento constante do item 7 deste Estudo Técnico Preliminar, abrangendo o período de janeiro de 2024 a março de 2025. O resultado obtido corresponde a 192,37 (cento e noventa e duas vírgula trinta e sete) toneladas/mês, ao qual foi acrescida margem de segurança de 25% (vinte e cinco por cento), a fim de contemplar eventuais variações operacionais e flutuações no volume de geração dos resíduos.

6.3.1. Assim, **o quantitativo estimado de resíduos a serem coletados e tratados no âmbito desta contratação é de 240,46 (duzentas e quarenta vírgula quarenta e seis) toneladas/mês.** Este valor corresponde à média mensal apurada com base nos registros efetivos de coleta e tratamento, consolidados pela área técnica competente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) no período de referência.

Ressalta-se que tal estimativa possui finalidade exclusivamente programática, destinada ao planejamento e dimensionamento da execução contratual, não constituindo obrigação de pagamento pela totalidade das quantidades previstas. O pagamento será realizado somente pelas quantidades efetivamente demandadas e executadas, conforme aferição e comprovação pela fiscalização contratual.

6.4. O quantitativo estimado servirá de base para o planejamento logístico, operacional e financeiro do contrato, devendo a contratada manter capacidade técnica e operacional compatível com as variações de demanda que possam ocorrer durante a vigência contratual, inclusive em situações excepcionais decorrentes de emergências sanitárias ou expansão da rede assistencial.

6.5. A Contratante reserva-se o direito de promover ajustes no quantitativo estimado, para mais ou para menos, em razão de alterações na estrutura organizacional, no funcionamento das unidades geradoras ou em decorrência de fatos supervenientes devidamente justificados. Tais ajustes não implicarão em direito adquirido à contratada, sendo a remuneração limitada aos serviços efetivamente prestados, conforme critérios estabelecidos no instrumento contratual e legislação vigente.

6.6. A Contratada deverá fornecer, em quantidade suficiente, recipientes apropriados (tais como bombonas ou outros que atendam à legislação vigente), destinados à dispensação e armazenagem dos resíduos descritos anteriormente. Esses recipientes deverão estar devidamente identificados conforme os critérios estabelecidos na NBR 7500/2023, sendo de responsabilidade da Contratada a manutenção, conservação e descontaminação dos mesmos, em conformidade com o Procedimento Operacional Padrão (POP) de Higienização de Bombonas.

6.6.1. A CONTRATADA deverá fornecer, continuamente, os recipientes (bombona ou contêiner) para a coleta dos resíduos, contendo as seguintes características: resistentes, rígidas e estanques, com tampa rosqueável, adequadas para o armazenamento dos resíduos líquidos, sólidos, químicos e tóxicos, com identificação conforme legislação vigente, em número suficiente para dispensação e armazenagem dos resíduos, sendo a empresa responsável pela manutenção, conservação e descontaminação dos mesmos.

6.6.2. A Contratada deverá fornecer recipientes apropriados (bombonas ou contêineres) em coloração padronizada e diferenciada, visando o estrito cumprimento da segregação na fonte e a identificação visual dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) de acordo com sua classificação de risco. Desse modo, a Contratada deverá disponibilizar os recipientes em, no mínimo, 03 (três) distintas identificações visuais, que correspondam, respectivamente, aos resíduos Potencialmente Infectantes (Grupo A),

Resíduos Químicos (Grupo B) e Resíduos Perfurocortantes (Grupo E). Esta exigência visa garantir a aderência aos requisitos de biossegurança e gerenciamento de RSS estabelecidos na Resolução CONAMA nº 358/2005 e na RDC ANVISA nº 222/2018.

6.7. A Contratada deverá dispor de sistema informatizado de controle e rastreabilidade que permita comprovar, em tempo real, a coleta, o transporte e a entrega dos recipientes contendo Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). O sistema deverá estar integrado a dispositivo móvel com leitor de QR Code ou tecnologia similar, assegurando o registro eletrônico das operações de forma georreferenciada. Cada movimentação deverá ser automaticamente registrada em plataforma digital acessível à Contratante, permitindo o acompanhamento contínuo, a geração de relatórios e a validação eletrônica das atividades executadas.

6.7.1. O sistema deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações mínimas para cada operação: identificação da unidade geradora de resíduos (nome e código da unidade), o total de recipientes existentes na unidade com seus respectivos pesos, quantitativo de recipientes efetivamente coletados e os respectivos pesos aferidos no momento da coleta, bem como data, hora e local da operação, com registro georreferenciado, identificação do condutor/coletor e do funcionário da Contratante responsável pela validação, confirmação eletrônica da coleta por meio de login e senha ou assinatura digital do servidor designado pela unidade ou funcionário responsável pela validação.

6.7.2. Os dados acima deverão ser armazenados em ambiente digital seguro, com acesso pela fiscalização contratual, e integrados ao MTR Digital, nos termos da Portaria MMA nº 280/2020.

6.8. Os recipientes utilizados para o acondicionamento dos resíduos (bombonas ou outro modelo que atenda à legislação vigente) somente poderão ser recolhidos pela Contratada caso estejam devidamente lacrados e identificados pela unidade geradora, em conformidade com os procedimentos operacionais e as normas aplicáveis, assegurando a integridade e a rastreabilidade do material coletado.

6.9. A Contratada não realizará a coleta dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) que estiverem acondicionados fora dos recipientes adequados, ou em recipientes incompatíveis com o tipo de resíduo, desde que seja comprovado que os recipientes corretos foram previamente entregues, em quantidade suficiente, conforme previsto contratualmente. Também não será realizada a coleta de resíduos depositados fora da área de abrigo externo da unidade geradora, quando esta dispuser dessa estrutura, ou ainda em condições que não atendam às exigências da legislação vigente.

6.10. Os recipientes coletados deverão ser substituídos imediatamente por outros higienizados pela Contratada.

6.11. A Contratada deverá coletar os resíduos nos endereços indicados no lista de locais, anexo deste documento, em dias e frequência indicados, conforme o horário a ser estabelecido com a Contratante.

6.12. A Contratada deverá garantir a realização da coleta conforme estabelecido neste Estudo Técnico Preliminar, inclusive em situações adversas no seu processo operacional. Não será admitido o descumprimento da programação estabelecida, sendo obrigatório o atendimento dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do horário previsto para a coleta. Esta exigência deve observar e estar em conformidade com a legislação distrital vigente, visando assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços essenciais de gestão de resíduos de serviços de saúde.

6.12.1. **Não poderá haver interrupção superior a 24 (vinte e quatro) horas entre coletas consecutivas**, excetuando-se os casos em que a Contratante tenha definido previamente outra frequência. A Contratada ficará obrigada a realizar nova coleta sempre que houver descumprimento deste intervalo, inclusive em feriados civis e religiosos, de forma a garantir a continuidade ininterrupta do serviço e a regularidade na gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde.

6.13. A Contratada deve atender às exigências legais, assim como às normas NBR 7.500, NBR 10.004:2024 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como às Resoluções nº 5.232/16 e 701/04, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para transporte de resíduos perigosos, ou outras que vierem a complementá-las ou substituí-las, devendo estar licenciada/autorizada a realizar a coleta externa de resíduos de saúde.

6.14. A logística de coleta, assim como a quantidade, o dimensionamento dos recipientes e de seus respectivos lacres, deverá garantir a acomodação adequada dos resíduos, com margem de segurança suficiente para evitar transbordamentos. A Contratada deverá assegurar que os recipientes estejam em conformidade com os limites de preenchimento previstos na legislação vigente, de forma a prevenir riscos sanitários, ambientais e operacionais durante o armazenamento, a coleta e o transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde.

6.15. As ações emergenciais destinadas a garantir a continuidade dos serviços em condições adversas deverão estar formalmente descritas em um Plano de Contingência e Emergência, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Este plano deverá ser apresentado pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, e será analisado pelos gestores e/ou fiscais designados, que deverão aprovar ou solicitar ajustes no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento.

6.16.1. Em caso de greve dos funcionários da Contratada, esta deverá apresentar, no Plano de Contingência e Emergência, ação para garantia dos serviços em caso de interrupção do processo de coleta até a disposição final do resíduo.

6.16. A Contratada deverá adequar os dias e horários das coletas de acordo com as necessidades específicas de cada tipo de unidade geradora, respeitando as particularidades operacionais e assistenciais de cada estabelecimento. A programação ajustada deverá ser comunicada por escrito às respectivas unidades, com antecedência razoável, garantindo a previsibilidade e a continuidade dos serviços.

6.17. A Contratada deverá apresentar, como parte do Plano de Trabalho, a indicação do local destinado à lavagem diária dos recipientes de coleta, o qual poderá estar integrado ou não à própria planta de tratamento de resíduos ou ao espaço destinado à lavagem e desinfecção diária dos veículos. Esse local deverá dispor de sistema de captação das águas servidas, devidamente conectado à rede pública de coleta e tratamento de esgotos, atendendo aos padrões de lançamento estabelecidos pelo órgão competente. Alternativamente, poderá ser utilizado sistema próprio de tratamento de efluentes, desde que devidamente licenciado pelo órgão ambiental responsável. O procedimento deverá estar claramente detalhado no Plano de Trabalho, evidenciando o cumprimento das exigências ambientais e operacionais aplicáveis.

6.17.1. Ao final de cada turno de trabalho, os veículos coletores deverão ser submetidos a procedimentos de limpeza e desinfecção simultânea, utilizando-se preferencialmente jatos de água quente sob pressão, conforme estabelecido na NBR 12810. Esta prática visa assegurar as condições sanitárias adequadas dos equipamentos, prevenindo a contaminação cruzada e garantindo a conformidade com os padrões de biossegurança.

6.18. Deverá ser realizada a pesagem obrigatória das bombonas no ato do recolhimento, diretamente na unidade geradora, com a devida assinatura do responsável local. Além disso, uma nova pesagem deverá ocorrer no local de incineração dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) coletados. A Contratada deverá entregar à Contratante um relatório semanal contendo os dados consolidados dessas pesagens, garantindo rastreabilidade, controle e transparência em todo o processo.

6.18.1. Os resíduos de serviços de saúde serão pesados no ato de recolhimento e o valor a ser pago pelo serviço será baseado nesta pesagem, considerando o valor unitário proposto do peso.

6.18.1.1. A pesagem dos resíduos será efetuada individualmente para cada tipo de resíduo, conforme sua respectiva classificação legal e as diretrizes estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS.

6.18.2. O pagamento deverá ser realizado mensalmente, sendo definido o valor mensal de acordo com a quantidade de resíduo coletado (Quantidade X Valor Unitário).

6.18.3. A pesagem deverá ser realizada com equipamentos aferidos dentro do intervalo de validade previsto pelo órgão regulador (INMETRO) pela contratada na presença do Fiscal do Contrato e/ou responsável local, e deverá ser emitido um comprovante da pesagem.

6.18.4. Todo o equipamento necessário para o fiel cumprimento da execução do serviço será da empresa contratada.

6.19. A Contratada deverá utilizar o MTR Digital, conforme Portaria MMA nº 280/2020. A Contratada deverá emitir e manter atualizado o Manifesto de Transporte de Resíduos exclusivamente por meio da plataforma eletrônica nacional, observando os parâmetros legais. O documento deverá conter todas as informações necessárias à conferência e rastreabilidade do resíduo transportado, devendo ser acessado e validado eletronicamente pelo servidor designado pela Contratante.

6.20. A Contratada deverá apresentar, à Contratante, relatório mensal contendo as informações sobre a geração dos resíduos, no qual deverão constar, obrigatoriamente: o número diário de bombonas utilizadas, o peso correspondente por tipo de resíduo coletado e o total mensal consolidado. Este relatório tem por objetivo subsidiar o acompanhamento da prestação dos serviços e garantir a rastreabilidade e o controle da gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

6.21. A Contratada deverá incluir, em seu Plano de Trabalho, informações detalhadas sobre os processos de tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). Essas informações deverão contemplar os métodos utilizados, a conformidade com a legislação ambiental vigente e os locais licenciados onde serão executadas as referidas etapas, garantindo total transparência e rastreabilidade das atividades.

6.22. O tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) deverá obedecer integralmente às normas técnicas e sanitárias estabelecidas na RDC nº 222/2018 da ANVISA, garantindo segurança, eficácia e conformidade ambiental em todas as etapas do processo.

6.23. Os resíduos pertencentes ao Grupo A5 devem ser segregados adequadamente e acondicionados em sacos vermelhos duplos, que funcionam como barreira de proteção, sendo posteriormente armazenados em recipientes exclusivos e devidamente identificados. O seu tratamento final deve ser realizado por incineração, conforme estabelecido na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, e na RDC nº 222/2018 da ANVISA.

6.24. Os resíduos classificados no Grupo B, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento específico e, posteriormente, encaminhados à destinação final ambientalmente adequada, conforme previsto na legislação vigente. Sempre que forem caracterizados como rejeitos, deverão ser obrigatoriamente dispostos em aterro de resíduos perigosos – Classe (Tipo) I, em conformidade com as orientações dos órgãos ambientais competentes.

6.24.1. Fica sob responsabilidade da Contratada a coleta de pilhas, baterias, acumuladores de carga, lâmpadas fluorescentes e demais resíduos contendo mercúrio, devendo a mesma indicar previamente a forma de tratamento e destinação final pretendida para esses materiais. A Contratada deverá, ainda, disponibilizar cópia do Certificado de Tratamento dos Resíduos à respectiva unidade geradora, assegurando a rastreabilidade e o cumprimento das normas ambientais e sanitárias aplicáveis.

6.24.2. A contratada deverá disponibilizar embalagens do tipo caixa de papel kraft para o recolhimento dos resíduos do grupo B, conforme demanda da unidade.

6.25. Deverá ser emitido pela contratada e entregue ao fiscal/gestor do contrato, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, o Certificado de Destinação Final – CPF, que comprove que o material foi destinado de maneira correta.

6.26. O tratamento dos resíduos pertencentes ao Grupo B deverá ser realizado de forma separada e independente do tratamento dos resíduos classificados nos Grupos A e E, respeitando-se as especificidades químicas e os riscos associados a cada tipo de resíduo

6.27. Os locais destinados ao tratamento e à disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A, B e E, deverão ser devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente. A Contratada deverá apresentar relatório mensal à Contratante, contendo cópia do Certificado de Tratamento dos Resíduos encaminhado aos órgãos competentes, no qual conste a comprovação da redução da carga microbiana compatível com o Nível III de Inativação Microbiana, bem como a eliminação das características químicas que ofereçam risco ao meio ambiente e à saúde pública, conforme estabelecido na Resolução CONAMA nº 358/2005 e na RDC/ANVISA nº 222/2018.

6.28. A Contratada não poderá modificar os postos de tratamento, ou os locais de disposição final dos resíduos, sem prévia autorização escrita da Contratante, cabendo-lhe obedecer rigorosamente os locais de destinação final dos resíduos de serviços de saúde, licenciados pelo órgão ambiental competente.

6.28.1. Caso a Contratada opte por utilizar estação de transferência de resíduos no processo de logística e transporte, esta deverá estar devidamente licenciada pelos órgãos ambiental e sanitário competentes, em conformidade com a legislação vigente

6.29. Todos os resíduos infectantes (Grupo A) e perfurocortantes (Grupo E) coletados deverão ser obrigatoriamente submetidos a tratamento térmico eficaz, conforme as normas sanitárias e ambientais vigentes. É expressamente vedado o aterramento direto desses resíduos, mesmo em aterros industriais, sem que tenham passado previamente por tratamento térmico (incinerados em temperaturas elevadas) que assegure a inativação microbiológica e a descaracterização do risco.

6.30. A unidade geradora deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, o peso estimado e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. A pesagem será acompanhado por um servidor da unidade de saúde geradora do resíduo e assinará o registro do peso apurado no recolhimento do resíduo.

## **VEÍCULOS, MÁQUINAS e EQUIPAMENTOS**

### **CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CAMINHÕES**

6.31. O transporte deverá ser feito, devidamente acondicionado nas bombonas ou contêineres específicos, em veículo tecnicamente adequado e em conformidade com a legislação atual (Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e ABNT), identificado conforme NBR 7500 e obedecendo ao disposto na NBR 13221, NBR 12810, NBR 10004 e Resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016 do Ministério dos Transportes e suas atualizações.

6.32. A Contratada deverá dispor de sistema de manutenção e conservação para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos, máquinas e equipamentos, incluídos recipientes para os resíduos, visando manter os padrões exigidos pela Contratante e pela legislação específica.

6.33. Os caminhões deverão possuir balança móvel integrada que permita a pesagem dos recipientes na origem, com registros automáticos em sistema informatizado. Na hipótese de falha ou impossibilidade técnica da pesagem causada pela Contratada, o recolhimento dos resíduos deverá ser efetuado sem prejuízo à continuidade do serviço, sendo vedada a cobrança pelo volume coletado sem registro de peso. O servidor local da unidade geradora, designado pela Contratante, deverá lavrar ocorrência circunstanciada do fato no sistema, com identificação do funcionário da Contratada presente.

6.34. A pesagem dos recipientes deverá ser realizada por sistema eletrônico embarcado nos veículos, com balança calibrada e integrada ao sistema informatizado da Contratada. O equipamento deverá registrar automaticamente o peso bruto, a tara (zerada conforme o tipo de recipiente) e o peso líquido, vinculando essas informações à respectiva unidade geradora. Os dados da pesagem deverão ser transmitidos em tempo real ao sistema de rastreabilidade e controle, podendo ser acessados digitalmente pela fiscalização da Contratante. Quando tecnicamente inviável a integração eletrônica, admite-se a emissão de ticket impresso como registro auxiliar, devendo ser conferido e validado pelo servidor da unidade geradora no ato da coleta.

6.35. A coleta de resíduos químicos e substâncias explosivas, entre outros, não classificados como resíduos com risco biológico, também deverá ser realizada por veículo licenciado ou autorizado pelo órgão ambiental competente.

6.36. A Contratada deverá apresentar relação detalhada, na data do início da execução do contrato, dos veículos, máquinas e equipamentos a serem utilizados nos serviços de coleta e transporte, relacionando marca, modelo, fabricante, capacidade, ano de fabricação.

6.37. A Contratada deverá garantir o perfeito funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos, promovendo os reparos, ou sua manutenção sem interromper o funcionamento normal dos serviços.

6.38. Todos os veículos automotores, máquinas e demais equipamentos, a serem utilizados pela Contratada para a realização do serviço, deverão estar devidamente licenciados e/ou autorizados pelo DETRAN e em perfeitas condições de operação, antes mesmo do início da execução dos serviços, de acordo com cada tipo de resíduo, cabendo-lhe entregar à Contratante cópia de todas as licenças e autorizações vigentes quando da assinatura do contrato.

6.38.1. A empresa deverá possuir licença ambiental e estar devidamente licenciada nos órgãos competentes bem como seus veículos, incineradores e motoristas formalmente habilitados pelo MOPP (movimentação de produto perigoso).

6.38.2. Para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, exigir-se-á a disponibilidade de uma frota de veículos em bom estado de conservação, com, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação.

6.39. Deverão ser utilizados veículos devidamente equipados com dispositivos que impeçam o derramamento de líquidos percolados, bem como dotados das ferramentas e equipamentos necessários ao recolhimento e transporte adequado dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), em estrita consonância com a legislação sanitária, ambiental e de transporte vigente.

6.39.1. A Contratada não deverá permitir, em hipótese alguma, que os veículos venham a derramar resíduos, ou líquido percolado, em vias e logradouros públicos.

6.39.2. A Contratada deverá apresentar, por escrito, um protocolo de conduta específico para situações de derramamento de resíduos durante as etapas de coleta e transporte. O documento deverá conter as medidas corretivas e preventivas a serem adotadas imediatamente, incluindo a obrigatoriedade de notificação aos órgãos ambientais competentes e à Vigilância Sanitária, conforme previsto na legislação vigente e nos procedimentos de emergência ambiental e sanitária.

6.40. Para a coleta e o transporte externo dos resíduos de serviços de saúde deverão ser utilizados veículos que atendam às exigências legais e às normas da ABNT.

6.40.1 O transporte deve ser feito por veículo em carroceria fechada, estanque, identificado conforme NBR 7.500 e obedecendo ao disposto na NBR 13.221, NBR 12.810, NBR 10.004 e Resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016 do Ministério dos Transportes e suas atualizações.

6.41. A descontaminação do veículo de transporte dos resíduos deverá ser realizada no pátio de serviço da Contratada, conforme legislação e normas vigentes.

6.42. Deverá ser feita, pela Contratada, a lavagem e desinfecção dos veículos coletores, em local licenciado ambientalmente e que possua sistema de captação das águas servidas à rede coletora e tratamento público de esgoto, atendidos os padrões de lançamento estabelecidos pelo órgão competente com a devida autorização do órgão ambiental, ou a um sistema de tratamento adequado igualmente licenciado pelo órgão ambiental. O Plano de Trabalho deverá detalhar este procedimento.

6.42.1. Ao final de cada turno, os veículos coletores devem ser submetidos à limpeza e desinfecção simultânea, mediante o uso de jatos de água preferencialmente quentes e sob pressão, conforme NBR 12810.

6.43. A Contratada deverá manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos e equipamentos de segurança e proteção exigidos pela legislação, constituindo obrigação contratual a lavagem diária dos veículos coletores de RSS e a manutenção da pintura em perfeito estado de conservação.

6.44. A Contratada se obriga a atender, a qualquer momento, por solicitação da Contratante, a exigência de troca de máquinas e equipamentos que estejam em desacordo com as necessidades dos serviços.

6.45. Os veículos, máquinas e equipamentos deverão atender aos padrões de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis, sob pena de imediata substituição dos mesmos. Em particular, destaca-se a emissão de fumaça negra pelos veículos, máquinas e equipamentos, devendo atender às prescrições do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

6.46. A Contratada será inteiramente responsável por todas as despesas relativas aos maquinários, equipamentos e ferramentas utilizadas nos serviços, cabendo-lhe, inclusive, o fornecimento de todo e qualquer componente, peças de reposição, combustíveis, lubrificantes e outros elementos necessários à sua boa operação e manutenção, durante a vigência do Contrato.

6.47. Todas as inspeções e ensaios a serem realizados nos equipamentos deverão estar em conformidade com as normas vigentes.

6.48. A Contratante não se responsabilizará pela integridade dos veículos e equipamentos vinculados ao contrato em casos de greve ou perturbação da ordem pública, cabendo à Contratada responder pela eventual violação de leis, regulamentos, ou posturas aplicáveis aos serviços, perpetrados por si, seus empregados ou prepostos.

#### **DAS INSTALAÇÕES**

6.47. A Contratada deverá dispor de garagem ou pátio de estacionamento, escritório para controle e planejamento das atividades, bem como instalações para atendimento de seu pessoal operacional, além de vestiário com chuveiros, sanitários, armários e refeitório compatíveis com o número de empregados e em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Trabalho em vigência.

#### **CRONOGRAMA DE COLETA DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE**

6.48. A Contratante elaborará um cronograma de coleta para os estabelecimentos de saúde, considerando as suas necessidades e particularidades, o qual poderá ser ajustado conforme a necessidade ao longo da execução do contrato.

6.49. A Contratante deverá comunicar imediatamente, à Contratada, qualquer alteração na relação de estabelecimentos da rede, para atualização do Cronograma de Coleta.

#### **APRESENTAÇÃO DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**

6.50. Todos os veículos e equipamentos deverão estar disponíveis e operacionais 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

6.51. A Contratante terá 5 (cinco) dias úteis para aprovação dos veículos.

#### **APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO VISUAL**

6.52. A Contratada deverá apresentar os veículos com a programação visual em 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da aprovação dos veículos pela Contratante, devendo seguir o estabelecido no artigo 34 da Resolução nº 21/2016 - ADASA.

6.53. Deve constar na lateral dos veículos uma identificação contendo nome da empresa, telefone para contato, número de identificação do veículo, tipo de resíduo transportado, logomarcas do prestador dos serviços e do Distrito Federal e os telefones do Serviço de Atendimento ao Usuário e da ouvidoria da Adasa.

6.54. A falta de Programação Visual nos veículos não impedirá o início da execução dos serviços, entretanto, a Contratada poderá ser penalizada se não houver motivo justificável.

6.55. Em caso de não aprovação da programação visual, a empresa poderá sofrer as sanções previstas na legislação, inclusive glosa na medição, referente ao período da instalação e das substituições ao longo da vigência contratual.

6.56. A arte será definida e fornecida pela Contratada.

6.57. A programação visual dos caminhões deve ser apresentada para aprovação da Contratante, antes do envelopamento, e suas definições poderão ser alteradas mediante determinação desta. A Contratante terá 5 (cinco) dias úteis para aprovação da programação visual dos veículos.

6.58. A Contratada deverá seguir os termos da Norma Regulamentadora da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (NR 06), no que diz respeito ao fornecimento de EPI's aos seus colaboradores.

### **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. Com o intuito de **evitar prejuízos ao regular andamento processual e assegurar a continuidade da instrução administrativa**, foi realizado um levantamento baseado nos **dados históricos de resíduos recolhidos** no período de janeiro de 2024 a março de 2025, totalizando 15 (quinze) meses, conforme registros do contrato anteriormente vigente.

7.2. O cálculo de quantidade solicitada foi baseado nas planilhas de pesagem de resíduos hospitalares gerados em todas Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital que compõe o Sistema de Saúde do Distrito Federal, no período de janeiro de 2024 a março de 2025, salientando que o período analisado engloba o cenário da pandemia de Dengue e da COVID-19.

7.3. A partir desses dados, procedeu-se ao cálculo de uma média aritmética de geração de resíduos (em quilogramas/toneladas), à qual foi acrescido um percentual adicional de 25% como margem de segurança técnica. Essa margem visa considerar as constantes alterações no funcionamento das unidades de saúde, seja pela implantação de novos serviços, inauguração de novas unidades — como a Policlínica do Gama, o Bloco Auxiliar do Hospital Regional de Planaltina, uma Unidade Básica de Saúde em Santa Maria, duas



Unidades Básicas de Saúde em Brazlândia —, bem como outras previstas para abertura. Também foram considerados a ampliação do período e horário de atendimento das unidades já existentes e a previsão de inauguração de novas estruturas assistenciais, o que pode impactar diretamente na quantidade de resíduos gerados.

EMPRESA RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO - BELFORT GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA													
PESAGENS - SES-DF - Período 01/01/2024 a 31/12/2024													
LOCAL	Jan-24	Fev.-24	Mar-24	Abr.-24	Mai-24	Jun-24	Jul-24	Ago-24	Set-24	Out-24	Nov-24	Dez-24	Total Anual
CRDF	146,55	112,15	110,20	170,63	112,90	127,30	174,50	99,65	109,65	234,04	151,92	246,60	1.796,09
HAB	1.422,30	1.394,05	1.742,20	2.283,45	2.019,85	1.703,40	1.780,90	2.051,45	1.913,85	1.885,15	1.576,70	1.778,50	21.551,80
HMIB	12.899,20	13.104,75	15.904,20	15.797,80	15.400,90	13.908,25	14.294,30	12.083,75	11.737,07	10.809,49	11.249,20	10.807,15	157.996,06
HSVP	362,20	356,30	310,35	522,05	399,00	346,00	510,60	437,90	488,40	295,80	296,10	335,20	4.659,90
SRSCE	22.544,00	19.041,25	23.347,20	30.014,88	29.842,60	25.973,48	23.906,50	24.833,60	25.410,55	26.601,00	23.826,41	22.315,38	297.656,85
SRSCS	7.316,88	7.222,20	8.166,31	9.059,21	8.846,85	7.286,51	7.645,99	7.951,65	7.166,85	9.197,16	8.003,26	7.671,85	95.534,72
SRSLE	12.332,30	12.935,80	14.945,80	13.600,20	13.317,05	11.692,75	13.512,25	13.134,75	12.324,95	12.510,65	12.288,25	13.092,24	155.686,99
SRSNO	25.195,50	23.660,34	24.709,13	24.683,16	24.615,70	24.517,48	25.639,20	24.454,85	21.462,10	23.989,50	20.824,10	19.913,35	283.664,41
SRSOE	31.755,75	33.676,95	34.045,76	37.187,16	40.706,67	35.273,20	25.639,20	35.043,59	34.552,51	35.455,90	29.934,32	30.200,33	403.471,34
SRSSU	17.686,05	18.997,36	21.527,81	21.029,88	21.969,60	19.648,98	20.412,26	21.199,63	21.137,67	19.316,40	19.528,09	17.904,97	240.358,70
SRSSO	53.560,26	49.831,67	23.347,20	55.584,52	53.744,66	49.478,79	50.131,84	48.457,24	45.373,94	56.428,96	48.351,82	42.186,76	576.477,66
SVS	1.319,27	1.527,45	1.298,50	2.830,50	1.164,47	1.449,66	1.502,59	2.360,90	2.323,66	1.570,20	1.101,37	1.204,10	19.652,67
CBMDF	570,25	446,02	471,95	485,59	499,65	421,48	526,40	487,47	434,23	463,50	406,35	573,60	5.786,49
TOTAL PESO POR MÊS	187.110,51	182.306,29	169.926,61	213.249,03	212.639,90	191.827,28	185.676,53	192.596,43	184.435,43	198.757,75	177.537,89	168.230,03	2.264.293,68
MÉDIA: total de peso Jan a Dez / (12 meses)													
Média 2024: 188.691,14 kg													

EMPRESA RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO - BELFORT GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA				
PESAGENS - SES-DF - Período 01/01/2025 a 31/03/2025				
LOCAL	Jan-25	fev.-25	Mar-25	Peso total
CRDF	113,60	115,40	116,45	345,45
HAB	1.436,70	1.608,45	1.564,35	4.609,50
HMIB	12.965,97	13.650,45	12.349,75	38.966,17
HSVP	390,20	291,30	238,95	920,45
SRSCE	22.288,05	23.950,44	25.374,00	71.612,49
SRSCS	6.959,77	7.693,40	8.013,00	22.666,17
SRSLE	12.690,42	11.619,45	12.807,85	37.117,72
SRSNO	21.330,50	21.087,55	21.631,82	64.049,87
SRSOE	31.285,05	31.059,68	34.520,50	96.865,23
SRSSU	18.061,80	18.387,10	20.431,20	56.880,10
SRSSO	45.516,96	48.318,15	49.169,85	143.004,96
SVS	3.371,16	7.861,55	3.204,24	14.436,95
CBMDF	526,62	444,05	424,70	1.395,37
TOTAL PESO MÊS	176.936,80	186.086,97	189.846,66	552.870,43
MÉDIA: total de peso Jan a Mar / (3 meses)				
Média: 184.290,1433 kg				

7.4. Na pretensa contratação, almeja-se a inclusão da Fundação Hemocentro de Brasília, para isso foi realizado levantamento de demanda no processo sei 00063-00001014/2025-17, Documento de Formalização de Demanda - DFD 3 (163050624), de onde se obteve o quantitativo apurado de 4,5 toneladas/mês. Nesta mesma seara, almeja-se também a inclusão das unidades FEPECS - Sede Asa Norte e FEPECS - Unidade Samambaia, no processo Sei 00064-00001060/2025-80, Documento de Formalização de Demanda - DFD 4 (168605656), chegando-se ao total mensal de 60kg/mês. Assim sendo, chegou-se a média final abaixo:

MÉDIA FINAL (2024 e 2025)	
Peso total de Jan à Dez/2024	2.264.293,68 kg
Peso total de Jan à Mar/2025	552.870,43 kg

Hemocentro (em 15 meses 2024 e 2025)	67.500 kg
Fepecs Sede Asa Norte e Unidade Samambaia (em 15 meses 2024 e 2025)	900 kg
Total (peso 2024 e 2025)	2.885.564,11 kg
Média em Kg (total de peso/15)	192.370,94067 quilogramas
Toneladas mensal	192,3709 toneladas/mensal
Margem de segurança de 25 % (vinte por cento)	<b><u>240,46 toneladas/mês</u></b>

7.5. Em decorrência de epidemias ou pandemias, é possível inferir que a geração de resíduos infectantes tende a aumentar, refletindo diretamente no acréscimo da quantidade de resíduos produzidos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). Contudo, trata-se de um cenário imprevisível, cujos efeitos variam de acordo com o período sazonal e a prevalência de doenças, fatores que influenciam significativamente na produção de resíduos nas unidades de saúde.

7.6. Deste modo, com base no levantamento acima, foi apurado um quantitativo médio mensal estimado de **240,46 (duzentos e quarenta, vírgula quarenta e seis)** toneladas/mês.

7.7. Assim, o quantitativo estimado estimado para a contratação é de:

- 7.7.1. Mensal: 240,46 (duzentos e quarenta, vírgula quarenta e seis) toneladas;
- 7.7.2. Anual: 2.885,52 (Dois mil, oitocentos e oitenta e cinco vírgula cinquenta e duas) toneladas;
- 7.7.3. 30 meses: 7.213,80 (sete mil, duzentos e treze vírgula oitenta) toneladas.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 22.002.090,00

### ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os valores constantes da tabela inserida no item 7 (estimativa das quantidade a serem contratadas) do presente Estudo Técnico Preliminar foram obtidos na pesquisa inicial.

	unitário	mensal	anual	30 meses
Quantitativo Kg (Tonelada)	1 Kg	240.460 Kg (240,46)	<b>2.885.520 Kg</b> (2.885,52)	<b>7.213.800 Kg</b> (7.213,80)
Valor estimado	R\$ 3,05	R\$ 733.403,00	R\$ 8.800.836,00	R\$ 22.002.090,00

8.2. O quantitativo médio mensal de **240,46 (duzentos e quarenta, vírgula quarenta e seis)** toneladas/mês, foi multiplicado por 30 (trinta) meses, posteriormente sendo multiplicado pela estimativa do valor de Referência para a contratação, de R\$ 3.005,00 (três mil e cinco reais) por tonelada, ou seja, R\$ 3,05 (três e cinco centavos), conforme exposto na pesquisa de preço, onde chegou-se ao valor de **R\$ 22.002.090,00 (vinte e dois milhões, dois mil e noventa reais)** correspondente ao período de 30 (trinta) meses.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. De acordo com o **Decreto nº 39.546, de 14 de dezembro de 2018**, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), a organização da pasta encontra-se **dividida da seguinte forma**:

### **Administração Central – ADMC**

1. Secretaria--Adjunta de Assistência em Saúde
2. Secretaria--Adjunta de Gestão em Saúde
3. Secretaria Adjunta de Governança em Saúde
4. Gabinete
5. Assessoria Jurídico-Legislativa
6. Fundo de Saúde do Distrito Federal - FSDF
7. Controladoria Setorial da Saúde
8. Subsecretaria de Vigilância à Saúde
9. Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde
10. Subsecretaria de Planejamento em Saúde
11. Subsecretaria de Administração Geral
12. Subsecretaria de Gestão de Pessoas
13. Subsecretaria de Logística Em Saúde
14. Subsecretaria de Infraestrutura Em Saúde
15. Subsecretaria de Compras e Contratações - SUCOMP

### **07 (sete) Superintendências de Regiões De Saúde:**

- Superintendência da Região de Saúde Central - SRSCE
- Superintendência da Região de Saúde Centro-Sul - SRSCS
- Superintendência da Região de Saúde Oeste - SRSOE
- Superintendência da Região de Saúde Sul - SRSSU
- Superintendência da Região de Saúde Sudoeste - SRSSO
- Superintendência da Região de Saúde Norte - SRSNO
- Superintendência da Região de Saúde Leste - SRSLE

### **Além das superintendências, há 04 (quatro) Unidades de Referência Distrital:**

- Hospital Materno Infantil
- Hospital de Apoio de Brasília
- Hospital São Vicente de Paulo
- Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal

### **Órgãos vinculados à SESDF:**

1. Fundação Hemocentro de Brasília – FHB;
2. Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS;
3. Conselho de Saúde do Distrito Federal

9.2.Ademais, o Hospital da Criança de Brasília não será contemplado neste Estudo Técnico, uma vez que possui gestão própria, distinta da estrutura administrativa direta da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. As unidades abaixo, não estão incluídas neste Estudo Técnico Preliminar por estarem contratualizadas com o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF):

1. Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF
2. Hospital Regional de Santa Maria - HRSM
3. Unidades de Pronto Atendimento - UPA's
4. Hospital Cidade do Sol

9.3. Considerando a Portaria Conjunta nº 40, de 5 de dezembro de 2018, que institui o Serviço Unificado de Atendimento Pré-Hospitalar (SUAPH) para o atendimento de urgências e emergências no âmbito do Distrito Federal, estabelecido em parceria entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), esclarecemos que o SUAPH integra o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que atuam de forma conjunta, utilizando infraestrutura, recursos humanos, materiais, insumos, medicamentos e equipamentos de ambas as instituições, conforme previsto no Plano de Trabalho anexo e parte integrante da referida Portaria. Dessa forma, as unidades do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal estão incorporadas às disposições contratuais, no que se refere à gestão de resíduos gerados durante o atendimento pré-hospitalar. Tal ação já é prevista e executada no âmbito do contrato administrativo vigente, conforme demonstrado no Processo SEI nº 00053-00021622/2021-43, o qual relata a necessidade de cumprimento das disposições estabelecidas na referida Portaria.

- 9.4. Considerando que se trata da execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde, classificados como Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), as alternativas de contratação se restringem às empresas que demonstrem capacidade técnica e operacional para atender integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 9.5. A não subdivisão do objeto em lotes justifica-se pelo fato de os serviços envolverem o manuseio de resíduos perigosos, cuja responsabilidade deve ser centralizada, evitando a fragmentação de obrigações que comprometeria a segurança, a rastreabilidade e o controle efetivo da operação. A gestão unificada do contrato também favorece a simplificação dos processos de fiscalização e execução pela Administração Pública.
- 9.6. Adicionalmente, como muitas unidades geradoras possuem baixo volume de produção de resíduos, a centralização contratual permite otimizar os recursos disponíveis, promovendo maior eficiência, economicidade e agilidade na prestação dos serviços.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 10.1 Registra-se que atualmente, em referência às contratações pretéritas, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal possui vigente o Contrato Administrativo nº 054864/2025 (177088126), formalizado entre a a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa **B-GREEN GESTÃO AMBIENTAL S.A.**, por meio da Dispensa Eletrônica nº 90.082/2025 (174583467), tendo sua vigência de 25/07/2025 a 25/07/2026, sem possibilidade de prorrogação.
- 10.2. O objeto do presente Estudo não tem correlação ou interdependência com outras contratações no âmbito da SES/DF.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- 11.1. A contratação está **alinhada com os objetivos estratégicos** estabelecidos no **Plano Distrital de Saúde, para o Quadriênio de 2025-2028**, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme segue:
- 11.1.1. **EIXO:** GESTÃO DO SUS
- 11.1.2. **DIRETRIZ:** Gestão de Infraestrutura Predial e Tecnologia da Informação e Comunicação.
- 11.1.3. **DESCRIPTIVO DA DIRETRIZ:** Promover a melhoria contínua e a modernização da estrutura física e tecnológica da SES-DF.

ALINHAMENTO AO MAPA ESTRATÉGICO	
MISSÃO	Promover atenção à saúde integral e de qualidade à população segundo os princípios do SUS.
VISÃO	Ser um sistema de saúde excelência que a população conheça, preze e confie.
VALORES	Respeito à pessoa, ética, responsabilidade social, integridade, inclusão, transparência, sustentabilidade, humanização e segurança do paciente
GESTÃO	Promover a melhoria da infraestrutura dos serviços de saúde e do transporte sanitário.
	Aperfeiçoar a qualidade do gasto público com ênfase na racionalização de recursos e na sustentabilidade do sistema de saúde.

- 11.2. O objeto da presente contratação encontra-se **previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) dos exercícios de 2025 e 2026**, em conformidade com o planejamento orçamentário da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, assegurando a **previsibilidade fiscal e a compatibilidade com a disponibilidade orçamentária** para a execução contratual.
- 11.3. A presente contratação encontra-se **prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), da Diretoria de Apoio Operacional**, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em conformidade com os princípios do planejamento institucional e com as exigências da **Lei nº 14.133/2021**, que estabelece a obrigatoriedade de alinhamento prévio das contratações ao planejamento anual da Administração Pública.
- 11.2.1. PCA da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal:

Nº ITEM	1
	Serviço de limpeza urbana COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS, Descrição: contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de coleta,

DESCRIÇÃO DO ITEM	transporte e destinação final dos resíduos do serviço de saúde animal potencialmente Infectantes, químicos e perfurocortantes, conforme características e demais especificações contidas neste Termo de Referência.
CÓDIGO SES	Não se aplica
CÓDIGO BR	19380
CÓDIGO E-COMPRAS (ID)	17460
QUANTIDADE PREVISTA DA COMPRA /CONTRATAÇÃO	<b>240,46 toneladas/mês; 2.885,52 toneladas /ano;</b> <b><u>7.213,80 toneladas/30 meses;</u></b>

11.4. O objeto da pretensa contratação está previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual PLOA de 2025 e de 2026.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação de empresa especializada para coleta, tratamento e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde da SES-DF proporcionará diversos benefícios legais, econômicos, ambientais e de saúde pública especialmente considerando a estrutura das Unidades de Saúde da SES-DF.

### 12.2. Benefícios de Conformidade ( Legalidade):

12.3. Com a contratação de empresa especializada, objeto do presente certame, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) almeja assegurar o cumprimento da legislação ambiental e sanitária aplicável ao Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), contribuindo para a adequada gestão dos resíduos e, consequentemente, para a mitigação de riscos de autuações, multas e demais penalidades administrativas.

### 12.4. Benefícios Econômicos:

12.5. A contratação de empresa especializada para o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde representa uma estratégia de redução de custos para a Administração Pública. Tal medida contribui para a diminuição dos gastos operacionais, uma vez que a empresa contratada deverá dispor de equipamentos adequados e empregar técnicas mais eficientes, promovendo a otimização da gestão dos resíduos. Essa atuação especializada possibilita a redução da quantidade de resíduos gerados, além de aprimorar a eficácia de todo o processo de manejo, tratamento e destinação final.

### 12.6. Benefícios Ambientais:

12.7. Redução do risco de contaminação ambiental e à saúde pública. Isso porque tais empresas dispõem de equipamentos apropriados e seguem procedimentos padronizados para o manejo de resíduos perigosos, assegurando o tratamento e a destinação final de forma segura e eficiente. A correta coleta e gestão desses resíduos evita a contaminação do ar, da água e do solo, mitigando os impactos ambientais negativos e promovendo a proteção do meio ambiente e da saúde da população.

### 12.8. Benefícios de Saúde Pública:

12.9. O recolhimento e o manejo adequados dos resíduos de serviços de saúde contribuem para a redução do risco de disseminação de doenças causadas por agentes patogênicos presentes nesses materiais. A adoção de procedimentos técnicos corretos, bem como o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pela empresa contratada, garante não apenas a segurança ambiental e sanitária, mas também a proteção dos trabalhadores envolvidos nas atividades de recolhimento, transporte, tratamento e destinação final desses resíduos.

12.10. A combinação dos benefícios mencionados contribuirá significativamente para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) otimize a gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde. Conforme exposto neste estudo técnico preliminar essa abordagem permitirá a redução de riscos à saúde pública e ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que promoverá maior eficiência na prestação dos serviços, com ganhos de economicidade para a Administração.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. No contexto específico desta contratação, torna-se imprescindível a capacitação dos servidores ou responsáveis pela fiscalização contratual, de modo a assegurar a correta e eficiente execução do contrato. Nesse sentido, é fundamental a observância das condicionantes normativas vigentes, especialmente no que diz respeito à:

- Acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- Definição de cronograma e programação de início dos serviços junto à unidade beneficiada;
- Possibilidade de prorrogação contratual, nos termos legais;
- Procedimentos para atesto de faturas, recebimento dos serviços e relato de eventuais irregularidades.

Todas essas ações devem ser conduzidas em conformidade com a legislação aplicável e suas atualizações, bem como as orientações previstas na Cartilha do Executor de Contrato da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), acessada em 24/10/2025, por meio do seguinte link: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/617899/Cartilha-do-Executor-do-Contrato.pdf/8476c19b-afab-176f-f7df-9f690c2db094?t=1649073151424>.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A Contratada deverá declarar, formalmente, que atende aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos no Art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, a qual dispõe sobre a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, incluindo os órgãos da administração direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais dependentes. Deverão ser observados os requisitos ambientais, especialmente aqueles relacionados à adoção de práticas com menor impacto ambiental em comparação com produtos, serviços ou processos similares disponíveis no mercado.

14.2. A contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA e Lei Distrital nº 4.352, de 30 de junho de 2009.

14.3. Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados em conformidade com as exigências legais vigentes, respeitando as normas relacionadas ao meio ambiente, à saúde pública e à limpeza urbana. O acondicionamento deve seguir, ainda, as diretrizes estabelecidas pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

14.4. As estações de transferência de resíduos de serviços de saúde devem possuir licenciamento ambiental válido, emitido pelo órgão ambiental competente. Durante todo o processo de transferência, devem ser mantidas as características originais de acondicionamento dos resíduos, sendo vedada qualquer forma de abertura, rompimento ou transferência de conteúdo entre embalagens, de forma a garantir a integridade e a segurança do material, conforme exigências legais e ambientais.

14.5. A destinação ambiental dos resíduos de serviços de saúde deve observar as disposições da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como demais legislações e normas ambientais aplicáveis, assegurando o correto manejo, tratamento e disposição final, em conformidade com os princípios da proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Considerando o conjunto de documentos produzidos no presente Estudo Técnico Preliminar e sua correlação com as orientações normativas, que versam sobre futura contratação de serviços de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos hospitalares do Grupo A, B e E, de acordo com as boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), regulamentado pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC nº 222/2018 e normas ambientais vigentes.

15.2. Considerando que tal demanda reprimida foi construída com diversas áreas requisitantes, unidades hospitalares que compõem a rede de saúde do DF, e que ausência de prestação destes serviços gera riscos graves que afetam a saúde de pacientes e profissionais lotados naquelas unidades.

15.3. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da futura contratação de serviços, com base no presente Estudo Técnico Preliminar fase preparatória de planejamento, a fim de se garantir boas condições de salubridade nos estabelecimentos de saúde da SESDF. Tal medida visa possibilitar a prestação de serviços de qualidade para os pacientes junto a Rede de Saúde do Distrito Federal, bem como contribuir significativamente melhoria do bem-estar de todos os cidadãos do DF e evitar os riscos patogênicos decorrentes do descarte inadequado dos resíduos dos serviços de saúde.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NUBIANE BRAGA LOURENCO**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 11:42:15.*

**ROSANA MARA MUNDIM TOMAZ DE CARVALHO**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 10/11/2025 às 15:17:51.*

**MARIA JULIA GOMES DE FARIA**

Integrante Técnica



*Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 11:43:18.*